

11/02/2019

Grande Imprensa

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Discreto na universidade, Vélez quer ser visto como pensador na Educação](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Os desafios da educação](#)

[Militarização das escolas: paz ou medo?](#)

[O futuro feito em equipe](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Conhecer para ser: saber jurídico na educação básica](#)

O ESTADO DE S. PAULO - SP

[‘Precisamos de uma Lei Rouanet para a ciência’](#)

O GLOBO - RJ

[Mais escola, menos crime](#)

[Estado quer colocar PMs armados dentro de escolas](#)

[Agricultura familiar não chega à merenda dos alunos](#)

CIÊNCIA: SUBSTANTIVO FEMININO

VALOR ECONÔMICO - SP

[MBAs ajudam alunos a navegar no caos global](#)

Imprensa Estadual

FOLHA DE LONDRINA - PR

[Século 21: o profissional em constante atualização](#)

A TARDE - BA

[Os dois lados do EAD](#)

GAZETA DO POVO – PR

[Reitor da UFRJ que apoia MST pode até tentar se reeleger, mas Bolsonaro vai deixar?](#)

Agências de notícias e sites

G1

[Educação no sistema prisional é tema de evento na Apac de São João del Rei](#)

NEXO

[O debate sobre educação sexual no Brasil. E por que abordá-la nas escolas](#)

VERMELHO

[Coneb da UNE debate a mercantilização da educação no Brasil](#)

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[A força das frentes no novo Congresso](#)

[Fies oferece 550 mil contratos](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Vai que é tua](#)

[Entidades brigam na Justiça para decidir quem representa escolas particulares](#)

[Professores universitários são demitidos após denúncias de agressão sexual](#)

[Obra infantil de Monteiro Lobato é tão racista quanto o autor, afirma autora](#)

Imprensa Estadual

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SP

[Oncologia domina campo de pesquisas da FMABC](#)

JORNAL GGN

[Das catacumbas de Chicago, uma política de exclusão social – a história cobrará seu preço](#)

Agências de notícias e sites

FOLHA DE TOCATINS

[Cine Cultura promove sessão comentada do filme Vice, com 8 indicações ao Oscar 2019](#)

THE WORLD NEWS - BRASIL

[Das catacumbas de Chicago, uma política de exclusão social – a história cobrará seu preço](#)

G1

[Pesquisadoras brasileiras rifam iPhone para pagar viagem a congresso acadêmico nos EUA](#)

PORTAL EXAME

[Dodge quer que R\\$ 1,9 mi de delator da Odebrecht seja destinado ao MEC](#)

Grande Imprensa

CORREIO BRAZILIENSE - DF

[Fies oferece 550 mil contratos](#)

[Jovens - Estudem mais, o país precisa!](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP

[Não realizar prejuízo é falácia que vale para ações ou casamento infeliz](#)

Revistas

ISTOÉ - SP

[Sem livros](#)

Imprensa Estadual

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO

[Como assim?](#)

EXTRA - RJ

[Cursos online e gratuito de Educação Financeira](#)

FOLHA DE LONDRINA - PR

[A língua dos sinais em evidência](#)

GAZETA DE ALAGOAS - AL

MELHORIA NA EDUCAÇÃO

Agências de notícias e sites

CBN

[Em cinco anos, Brasil investe 5% do investido pela União Europeia em pesquisas sobre envelhecimento](#)

JORNAL DA FRANCA

[Unesp seleciona tutores para disciplina de Libras: inscrições até dia 11/02](#)

TÉCNICO DE AGRONEGÓCIO

[Pesquisadores desenvolvem feromônio sintético de importante praga do coqueiro](#)

AGÊNCIA CÂMARA

[Câmara analisa projetos antagônicos sobre o que pode ser ensinado na escola](#)

AGÊNCIA ESTADO

[Raquel defende R\\$ 1,9 mi de delator da Odebrecht para educação básica](#)

G1

[Programa de pós-graduação do Instituto MetrÓpole Digital oferece 12 vagas com bolsa de R\\$ 1.500 no RN](#)

JORNAL DO OESTE

[Sindicato move ação e Uniesp é derrotada na justiça](#)

Agências de notícias e sites

CATANDUVA NET

[Buscas gays no Tinder viram tema de mestrado em universidade federal](#)

JORNAL DA CIÊNCIA

[Não haverá corte nas bolsas, diz presidente da Capes em visita à Andifes](#)
[Aplicativo que permite previsão imediata do clima leva primeiro lugar do Prêmio Péter Murányi 2019](#)

[Universidades apresentam projetos de modernização](#)
[Bolsa Nota 10 abre o calendário 2019 de editais da Faperj](#)

SIMI

[Tecnologia ajuda na coleta de informações debaixo d'água](#)
Imprensa Estadual

O PROGRESSO - MA

[Marco Aurélio: Persistimos na luta pela Bonificação no Enem](#)
Agências de notícias e sites

JORNAL DIA A DIA

[IFMS adota cartão Pesquisa para facilitar gestão de recursos em projetos institucionais](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

[Universidades apresentam projetos de modernização](#)
[Parfor : Alemanha é destino de estudos de alunos do Paraná](#)

UNIVERSIA BRASIL

[Qual a diferença entre uma pós-graduação e um MBA?](#)

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA

[MEC atua para resolver situação das crianças venezuelanas para que possam estudar no Brasil](#)

[Lançado projeto-piloto para formar em libras professores e servidores públicos de todo o país](#)

[Mais resultados do Enceja 2018 serão divulgados nesta sexta-feira](#)

[Aplicativo do Inep auxilia avaliação in loco dos cursos de graduação e Instituições de Educação Superior](#)

FOLHA DE S. PAULO - SP - COTIDIANO

Discreto na universidade, Vélez quer ser visto como pensador na Educação
Titular da pasta da gestão Bolsonaro não teve grande projeção como docente, dizem ex-colegas

Uma postagem no Twitter do então presidente eleito Jair Bolsonaro (PSL) na noite de 22 de novembro tirou um professor colombiano radicado no Brasil desde a década de 1970 de um considerável anonimato. Até dias antes do anúncio, o próprio Ricardo Vélez Rodríguez, 75, jamais havia pensado que um dia seria ministro da Educação.

Uma importante empreitada do agora ministro foi a criação de um programa de mestrado em filosofia em 1994, na federal de Juiz de Fora, mas que acabou descredenciado pela **Capes** (órgão do MEC que avalia a pós-graduação) em 2000.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2019/02/discreto-na-universidade-velez-quer-ser-visto-como-pensador-na-educacao.shtml>

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO

Os desafios da educação

Joao Doria

Governador do Estado de São Paulo

Com 3,5 milhões de estudantes na maior rede estadual pública do Brasil, São Paulo conquistou, ao longo dos anos, avanços importantes na área da educação. Mesmo sem ser responsável pelo ensino infantil, o Estado apoia os municípios com o programa Creche-Escola, que já entregou mais de 300 unidades. Na outra ponta, seu ensino médio é o mais inclusivo do país, com a melhor taxa de alunos de 15 a 17 anos cursando a série correta. Nessa etapa desafiadora, o número de matrículas em vagas de tempo integral mais que dobrou em quatro anos. Professores e funcionários têm o mérito valorizado e recebem bonificações em dinheiro, pelo cumprimento de metas de qualidade.

Os resultados do Ideb (Índice de Desenvolvimento no Ensino Básico) anunciados em 2016 mostraram que o Estado tinha então a melhor educação pública do Brasil, com as melhores notas nos três ciclos do ensino básico avaliados – um desempenho que ainda não foi igualado nacionalmente.

No ano passado, a atualização bianual do Ideb indicou que São Paulo continuava avançando nos anos iniciais e finais do ensino fundamental, mas seus resultados nos dois ciclos haviam sido ultrapassados pelo bom desempenho de Estados com redes muito menores. No ensino médio, maior desafio da educação no Brasil e no mundo, a rede paulista foi ultrapassada e também teve recuo no índice.

Para o estado com o maior orçamento anual do país investido em educação, é claro que o Ideb mais recente acendeu uma luz amarela. Pelo tamanho de sua rede e pelo número de crianças e jovens que têm na qualidade da educação pública o grande motor de mobilidade social e oportunidades na vida, São Paulo tem a obrigação de ser líder tanto em evolução de aprendizagem como na formulação de políticas públicas educacionais.

Em 1º de fevereiro, na volta às aulas, nossos alunos encontraram a rede motivada pelas diretrizes de 2019 e com professores na maioria absoluta das salas de aula. Temos 99% das vagas docentes preenchidas, o melhor indicador para o início do ano letivo.

O governo do Estado garantiu esse índice ainda em janeiro, recorrendo prontamente ao STF para anular decisão que impedia a contratação de professores temporários e ameaçava deixar 60 mil alunos sem docentes em sala. Com as aulas já iniciadas, fizemos a convocação de 3.230 professores que vão atuar em classes de 1º ao 5º ano, todos aprovados no mais recente concurso público da categoria, homologado em 2015.

A educação começa com bons professores, todos preparados, orientados, atualizados e, sobretudo, motivados para oferecer a nossas crianças e adolescentes condições adequadas de ensino. É essencial, também, garantir ambiente propício para a aprendizagem. Por isso, até o fim deste ano, 2.100 das nossas escolas passarão por processos de revitalização e pintura.

O programa Escola + Bonita não melhora só a infraestrutura. Oferece à comunidade escolar um ambiente organizado, respeitoso, limpo e bonito. Ele propicia aprendizado melhor para os alunos e ambiente mais adequado a professores e servidores. A rede estadual paulista é um universo de aproximadamente 14 milhões de pessoas que se beneficiarão de organização e valorização das escolas.

O Ideb mais recente deixou claro: São Paulo pode fazer mais para garantir que suas

crianças e jovens tenham as melhores oportunidades de vida. E vai fazer. Começamos 2019 com foco na aprendizagem e determinados a multiplicar todas as oportunidades para que ela aconteça. Nenhuma sociedade pode aceitar que uma criança ou um jovem não aprenda. É a qualidade da educação que vai decidir em quanto tempo o Brasil conseguirá, sem desvios, alcançar o caminho do desenvolvimento justo e sustentável.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO

Militarização das escolas: paz ou medo?

Gláucia Foley

Juíza de direito, coordenadora do Programa Justiça Comunitária e membra da Associação dos Juízes para para a Democracia

O binômio vigiar e punir, por sua mediocridade, não é capaz de lidar com o complexo fenômeno da violência escolar. Somente o protagonismo dos sujeitos e a cidadania participativa são capazes de reconstruir o tecido social, transformando espaços sociais fragmentados em oportunidades de coesão social, cooperação e solidariedade. A violência se enfrenta com a construção democrática da paz. Afinal, como já nos ensinou o genial Marcelo Yuka, “paz sem voz, não é paz, é medo”.

Há aproximadamente seis anos, o Programa Justiça Comunitária do TJDF, por meio do projeto “Vozes da Paz”, vem atuando em algumas escolas da Ceilândia para colaborar com o processo de pacificação no contexto escolar. A premissa adotada é a de que, como a escola reproduz as relações de poder da sociedade, a violência não deve ser associada a nenhum segmento específico e a construção da paz está visceralmente ligada ao exercício da democracia e à expressão de todas as vozes que integram o universo escolar.

O projeto estimula a adoção de dinâmicas de diálogo que envolvem todos os membros da comunidade escolar, em uma estrutura horizontal, circular e de reciprocidade. Para que esses círculos funcionem, é preciso que todos tenham voz e que não haja predominância de interesses de nenhum grupo específico. É um espaço livre de qualquer coerção e julgamento. Os resultados são inspiradores: cooperação proporcionada pela mudança na relação entre alunos e equipes docentes, administrativas e terceirizadas; abertura de canais criativos de comunicação entre alunos que não interagem porque não pertenciam à mesma “tribo”; participação direta no orçamento escolar; uso compartilhado e ecológico do patrimônio escolar; adoção no ambiente familiar dos mecanismos pacificadores vivenciados na escola; participação na elaboração dos valores e princípios que devem pautar as regras de convívio social.

Quando se adota mecanismos de resolução de conflitos pautados no diálogo democrático, permitindo que todas as necessidades e identidades sejam reconhecidas e respeitadas, a disciplina – essencial em qualquer processo educativo – não resulta do medo, mas da corresponsabilidade de cada um pela construção de um espaço seguro de autonomia, dignidade e respeito. E é natural que, nesse processo, os índices de violência diminuam porque as vozes, antes caladas, não precisam mais gritar para serem ouvidas.

O desenvolvimento da consciência moral, como nos ensina Piaget, é fruto das relações de cooperação. A educação para a liberdade, igualdade e fraternidade implica exercício de autonomia e corresponsabilidade. O significado que se confere aos conteúdos

aprendidos deve estar alinhado à vivência democrática e cidadã no espaço escolar.

O projeto denominado “Programa de Gestão Compartilhada”, um eufemismo para a militarização das escolas, representa um movimento diametralmente oposto à pacificação nas escolas por meio do desenvolvimento da autonomia, essencial para o exercício da ética democrática.

A votação em uma das unidades a serem atendidas pelo programa, pela qual 58,76% manifestaram apoio ao projeto – em sua grande maioria, pais e mães dos alunos –, não resultou de um processo reflexivo envolvendo audiências públicas, nas quais os profissionais da educação pudessem expor suas preocupações com base em estudos científicos. A escolha parece refletir muito mais a dificuldade das famílias diante dos desafios que implicam a formação e educação de seus filhos nos tempos atuais.

Quando o comportamento ético depende de um sistema pautado na vigilância e na punição, a consciência moral não se desenvolve. A cidadania – cuja dimensão mais valiosa está na alteridade entre os seres humanos – não se constrói pela obediência cega às normas, pelo cumprimento às liturgias marciais e pela punição como mecanismo de controle comportamental.

A cidadania resulta de uma formação crítica – e, como tal, reflexiva, questionadora, inquieta – e deve permear todo o processo educacional. Não faz o menor sentido limitá-la ao espaço das aulas de “moral e cívica”, cujo método, em geral, reproduz a abordagem adestradora “Super Nanny” que estabelece um “cantinho do pensamento”, associando o pensar a uma punição a ser cumprida em um espaço limitado e pasteurizado.

Para além do aspecto comportamental, o projeto também pretende unificar as identidades, por meio da uniformização dos cortes de cabelos: meninos de cabelo curto e meninas de coque. Aqui, é preciso questionar: qual será a punição prevista para um jovem que anseia expressar a sua identidade – tão singularmente construída – rejeitando a estética oficial? Como desenvolver autonomia, pluralidade e liberdade, quando o espaço das escolhas subjetivas cede lugar à imposição monolítica da ordem?

[topo](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - CIDADES

O futuro feito em equipe

Grupo de estudantes da Universidade de Brasília constrói carro a partir do zero para participar de competição nacional em São Paulo

Noites maldormidas, cálculos complicados e dedicação máxima. Esses são os três principais elementos da vida dos estudantes de engenharia da equipe Piratas do Cerrado da Universidade de Brasília (UnB). Composto por 17 universitários, o grupo trabalha na construção, partindo do zero, de um carro, do tipo minibaja, para participarem de competições regionais e nacionais.

Daqui a 12 dias, os bajeiros, como são conhecidos, vão participar do Campeonato Baja SAE — etapa nacional, competindo com outras 87 equipes de universidades e institutos de tecnologia e engenharia. Algumas delas são a Universidade Federal de São Paulo (USP), o Instituto Militar de Engenharia (IME) e a Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

A equipe Piratas do Cerrado foi criada em 1997 por cinco alunos da engenharia mecânica e chegou no seu ápice em 2007, ao ganhar o campeonato regional do Nordeste. A melhor colocação da equipe no nacional foi 12º lugar. Este ano, a expectativa dos integrantes é alta. Segundo o capitão da subárea de powertrain, Gabriel Guerreiro, 21 anos, estudante de engenharia mecânica, após muitas escolhas e cálculos, é possível transmitir a potência total do motor até a roda do carro, com a capacidade de melhor aceleração, velocidade e rendimento máximo.

“O motor padrão estabelecido pelo regulamento é bem fraco e precisamos fazer um projeto de engenharia bom que consiga transpor os obstáculos que a competição impõe. E há três anos, desde que entrei, fomos planejando o projeto que foi evoluindo mais e desenvolvendo ao máximo os componentes do motor. Acredito que chegou a nossa hora de brilhar”, afirma.

Na preparação para a competição, as portas de madeira no interior do Laboratório de Termociência e Metrologia Dinâmica, da Faculdade de Tecnologia, se transformam na entrada da segunda casa dos integrantes da equipe Piratas do Cerrado durante essas férias. Motor, engrenagem, circuito elétrico, tudo que compõe um veículo, os estudantes de engenharia da UnB fazem. “Bajeiro é resolvedor de problema”, de acordo com a capitã da subárea de suspensão do projeto, a estudante de engenharia mecânica Marisa de Ávila, 23.

Preparação

Integrante da equipe há três anos, Marisa acredita que estão preparados para passar por todas as etapas da competição e espera que o carro alcance o TOP 20. “O campeonato regional do ano passado foi preparação para este nacional. E este ano, alcançamos o auge do nosso planejamento. Estamos seguindo o cronograma e agora é testar o carro rodando, treinar o piloto e fazer simulações das apresentações da competição”, destaca.

O carro que foi construído desde agosto de 2018, além de ser um dos mais testados pela equipe, vem com alguns diferenciais. O design foi elaborado para representar o cerrado, bioma característico da região Centro-Oeste e um dos mais degradados do Brasil. Animais em extinção têm suas formas representadas, elementos que formam vitrais na pintura do carro mostram a fragilidade do ecossistema e dos animais e ressaltam a importância da preservação e do uso sustentável do meio ambiente. As cores laranja, amarelo e preto foram usadas para representar as queimadas, o cerrado e o lobo-guará.

Segundo Lucas Martins Ricardi, 20, capitão da equipe, o carro deste ano é enxuto, pequeno e fácil de manobra. Além disso, apresenta um desempenho alto. “Muitos cálculos foram realizados para melhorar o desempenho e a durabilidade. A expectativa é não quebrar nada e o freio não falhar”, considera.

Responsabilidade

O piloto do minibaja e membro da equipe de powertrain, Alex da Silva, 20, aponta que dirigir o sonho de todos é uma carga enorme. “Ser piloto é uma responsabilidade muito grande, carregar o projeto que todo mundo projetou e construiu durante dias e noites é complicado. Só de existir a possibilidade de quebra de qualquer elemento, dá muita tensão”.

E, na competição, isso é o que mais vai acontecer. O carro vai ser avaliado de todas as

formas para conseguir passar por todos os defeitos e irregularidades do terreno. Testes de manobrabilidade, tração, aceleração, velocidade, de segurança e uma corrida com todos os carros durante quatro horas são algumas das etapas da competição.

Este ano, por ser a 25ª edição do campeonato, a organização preparou uma prova surpresa. As três equipes que forem melhor colocadas e conseguirem concluir todas as etapas serão classificadas para o campeonato mundial, que ocorre nos Estados Unidos.

Muito além do campeonato

Letícia Corrêa Bastianon Santiago, 23, estudante e capitã organizacional do baja acredita que os dias e noites que atravessa trabalhando na equipe são de extrema relevância para a sua profissão. “São incontáveis horas, passamos muito tempo no baja, chegamos às 9h e, às vezes, viramos a noite aqui. No entanto, acredito que ganhei muito com o baja, foi um crescimento pessoal inigualável, aprendi muita coisa, como gestão de pessoas e liderança, aspectos que serão importantes pra minha vida profissional”, afirma.

Assim como Letícia, Pedro Carvalho, 20, integrante da subárea da eletrônica e estudante de engenharia mecânica, acredita que colocar em prática o que aprende em sala de aula é uma das maiores vantagens de participar da equipe. No seu primeiro campeonato nacional como membro efetivo do grupo, Pedro diz que vai ter a emoção de ver o projeto de eletrônica que planejou funcionando no carro.

O professor Márcio Muniz, diretor da Faculdade de Tecnologia (FT) da UnB, destaca a importância do projeto multidisciplinar e integrado para a formação dos estudantes de engenharia. “É uma oportunidade de treinarem uma série de competências que o ensino formal não oferece, como trabalho em equipe, liderança, gestão de projetos, iniciativa, empreendedorismo. É um complemento às atividades didáticas e treinamento de habilidades que um engenheiro precisa”, destaca.

O curso de engenharia mecânica na UnB é avaliado com nota máxima (5) pelo no Ministério da Educação (MEC), mas, de acordo com o diretor da faculdade, é preciso reformular a grade curricular para estimular ainda mais projetos como esse, que complementam a graduação dos estudantes.

Iniciativas

Segundo o também professor da FT Antônio Brasil Júnior, também coordenador acadêmico da equipe, iniciativas como o Piratas do Cerrado formam os engenheiros do futuro que vão contribuir para o desenvolvimento da tecnologia nacional.

Para os integrantes da equipe, não é só trabalho, é ser parte de algo maior, tirar os planos do papel e ter uma relação de amizade duradoura com vários companheiros do grupo, por conta das muitas horas de convivência. A paixão pelo que fazem, aliada a total determinação move a equipe e une todos os membros. Ao tentar resumir o que é ser parte do Piratas do Cerrado, a maioria dos integrantes sintetizaram em poucas palavras: é ser família.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - OPINIÃO

Conhecer para ser: saber jurídico na educação básica
Jovens precisam compreender direitos e deveres

Sob os auspícios de um novo governo eleito, surge o melhor ensejo para que um tema fundamental volte à baila: o ensino básico nas escolas públicas e privadas do país. No ensino médio, em particular, os desafios são imensos. Em 2017, somente 59,2% dos jovens com até 19 anos haviam concluído essa etapa da educação básica. É preciso universalizá-lo.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/opiniao/2019/02/conhecer-para-ser-saber-juridico-na-educacao-basica.shtml>

topo ↕

O ESTADO DE S. PAULO - SP - SONIA RACY

‘Precisamos de uma Lei Rouanet para a ciência’

Cientista da USP adverte que, além de faltar verba, burocracia atrapalha demais a pesquisa

Cientista respeitada e experiente, Lygia Pereira da Veiga dá resposta precisa sobre tratamentos espirituais como os que eram feitos por João de Deus, hoje preso e desacreditado. Sabe explicar este tipo de coisa? “Eu precisaria fazer um estudo científico, pegar várias pessoas, ver quem foi até ele e fez o tratamento, comparar com quem não fez, saber se o primeiro grupo estatisticamente teve uma melhora... Eu demonstraria, pelo método científico, se o que ele faz tem algum valor”. Assim pondera a carioca, neta do fundador da editora José Olympio, filha do fundador da Sextante e de mãe socióloga. Prova de que sempre teve intimidade com livros – herdada do avô José Olympio e do pai Geraldo Carneiro – foi que aos 12 anos ela venceu um concurso do Círculo do Livro, com um conto sobre um satélite da Nasa que caiu em seu quintal. Só muito mais tarde, já na Engenharia na PUC do Rio, um professor sugeriu: “Fica de olho na engenharia genética...”

Ela fez mais que ficar de olho. Encantou-se com “esse universo superinteressante” de genes e embriões e tornou-se uma das maiores autoridades no assunto. Já na USP – onde chegou atraída por convite da Fapesp, nos anos 90 – foi responsável pelo estabelecimento de uma primeira linhagem brasileira de células-tronco embrionárias de multiplicação in vitro. Nesta entrevista ela põe o dedo nas falhas da ciência no Brasil: “Aqui a ciência não é prioridade, não é vista como o motor da economia”. E sugere, curta e direta: “Seria legal se gente tivesse uma Lei Rouanet para a ciência”. A seguir, os principais trechos da conversa.

Em que consiste, de fato, esse seu trabalho com células-tronco e embriões?

As células tronco são uma espécie de célula coringa, com capacidade de se transformar em células diferentes. Temos células-tronco na medula óssea, capazes de produzir sangue. As célulastronco do embrião têm a maior versatilidade de todas. “Sabem fazer” neurônio, coração, osso, sangue...

E a que isso leva?

Leva a uma técnica crucial, a da fertilização in vitro, pela qual você guarda embriões. E quando um casal os guardou mas decide não ter mais filhos, eles são doados para pesquisa. Assim se consegue material para multiplicar as células obtendo as de músculo cardíaco, de fígado, neurônios...

E servem para todo mundo? Sim, há empresas nos EUA que já testaram com animais e agora estão testando em seres humanos. Outros testes são para tentar produzir insulina, para tratamento de diabete.

Isso tudo é pesquisa sofisticada e tem um preço, não? Como é a questão do investimento na ciência?

A indústria nos EUA investe muito em ciência, em especial às áreas biológicas, que é onde eu trabalho. Mas o papel do governo é fundamental. O National Health Institute é o maior financiador disso por lá.

Há algo equivalente no Brasil? Seria o nosso CNPq, Conselho Nacional de Pesquisas. O Ministério de Ciência e Tecnologia e o da Saúde também investem. E são fundamentais para a pesquisa básica, aquela que não visa uma aplicação, a geração de um produto imediato.

Que é o que a indústria faz. Exatamente. A pesquisa básica visa entender apenas como a natureza funciona. A partir daí é que você tem a pesquisa aplicada, a da indústria, que vai gerar um produto. Mas você nunca sabe de onde vão vir essas coisas. Pra se ter uma ideia, o maior avanço da genética nos últimos anos, que é a edição dos genomas – a capacidade de ir a uma célula e mudar os genes de uma forma específica – começou com uma pesquisadora que estava estudando como as bactérias se defendem de um vírus. Descobriu uma ferramenta que agora está sendo usada para criar soja transgênica, boi transgênico, novas terapias. Isso vai ser Prêmio Nobel daqui a alguns anos. E veio da pesquisa básica.

E, a seu ver, o que se pode esperar desse investimento?

Essa é a palavra exata, investimento. Temos batido nessa tecla: ciência não é gasto, é investimento. A cada real investido, o retorno é enorme. Países como EUA e Rússia, em tempos de crise financeira aumentam o investimento em ciência. Sabem que essa é a maneira orgânica de fazer a economia rodar. Não é baixando o imposto da linha branca, entendeu?. No Brasil a gente precisa muito dessa agenda.

E não a temos, né?

Não. Aqui a ciência não é prioridade, não é vista como o motor da economia. Nos últimos quatro anos a gente teve uma diminuição de quase

50% da verba para a ciência.

Tanto assim?

Sim, e agora a gente está com uma esperança nesse novo governo, voltamos a ter Ministério da Ciência e Tecnologia...

Cujo ministro é um astronauta. É um cientista. Porque não é qualquer um que consegue chegar até a Nasa e a Nasa o colocar dentro de um foguete pra ir ao espaço. É alguém que sabe como é feita uma pesquisa.

Percebeu alguma mudança?

O novo ministro já disse que uma das metas é aumentar o investimento em ciência para 3% do PIB – está em um ponto e alguma coisa. A gente vê uma energia muito boa. É uma oportunidade de fazer outra coisa, que é tentar melhorar a ciência melhorando a burocracia.

Como é isso?

O governo me dá um dinheiro pra fazer uma pesquisa inovadora e eu não tenho como prever o que virá. De repente percebo uma coisa nova e para confirmar isso preciso de um reagente novo. Nos EUA o dinheiro chega no dia seguinte. Aqui, demora dois meses.

E aí a pesquisa vai pro brejo? Ou alguém passa na frente. E tem mais. Nessa espera de dois meses esse reagente foi tão maltratado, no caminho da Receita para a Anvisa, de não sei mais o que, e às vezes chega às nossas mãos já meia boca e o experimento não funciona tão bem. É um horror, e isso é histórico.

É o preço que se paga pela burocracia, não?

O próprio governo está jogando dinheiro fora. A boa notícia é que este é um problema que não depende de dinheiro. Se você juntar Receita, Anvisa e players envolvidos dá pra diminuir o processo para duas semanas, 10 dias. Se o fizerem, vão revolucionar a ciência no País.

E é gente que acaba indo embora daqui.

Sim. Os outros países, EUA, Europa, estão doidos pra atrair gente boa. Seria legal, mesmo, se a gente tivesse uma Lei Rouanet para a Ciência.

Seria um bom começo.

Sim, traria benefício imediato. Ia ser tão bacana. A gente tem o Pronon, o Proad, programas junto ao Ministério da Saúde, mas é preciso uma coisa mais ampla. E agora tem esse problema do teto dos gastos.

E já se sabe que 2019 vai ser difícil na área econômica.

Por isso eu bato muito na tecla da burocracia, que só depende da vontade política. E pode trazer um impacto tremendo.

Voltando às pesquisas, qual sua avaliação do chinês que anunciou ter feito seres humanos geneticamente modificados? Isso foi um choque. O que o chinês fez? Ele resolveu criar pessoas resistentes ao HIV.

De que maneira?

Nós temos um gene chamado CCR5, que produz uma proteína que é chave de entrada para o HIV. O vírus entra na proteína e consegue entrar nas células. Mas parceiros que

tinham um defeito nesse gene não produziam essa proteína e o HIV não conseguia entrar. Bárbaro, não? A partir daí estão desenvolvendo uma alternativa: você pega uma célula da medula óssea, faz com que ela não tenha mais esse gene CCR5 e devolve essa célula da medula ao paciente. Ele começa a produzir sangue sem essa proteína e vai zerar o HIV. Já está sendo testado nos EUA. O que o chinês fez? Levou isso ao limite: tentou criar crianças já nascidas sem o risco de desenvolver o HIV. Ele não publicou nada a respeito, apenas falou.

Quais as consequências?

O problema é que não há segurança ainda para aplicar dessa forma. O chinês chutou o balde de todas as regras.

Diria que ele estava brincando de Deus?

Se brincar de Deus é ficar fazendo reformas na natureza, acho que o ser humano vem brincando de Deus desde que adquiriu consciência, inteligência. Mas o chinês extrapolou absolutamente. A boa notícia foi que a China também repudiou a ideia.

Queria ouvi-la sobre a figura de João de Deus. Independentemente do que ele andou fazendo com pacientes, como lida com esse inexplicável?

O que me rege é o método científico. Observar a natureza, a partir disso criar hipóteses, fazer experimentos para testá-las. Durante muitos séculos o ser humano achava que o trovão era um deus. O que o João de Deus fazia eu não posso dizer que não vale nada porque não sei explicar, entendeu?

‘PARA CADA REAL INVESTIDO EM CIÊNCIA, HÁ UM GANHO ENORME’

E você também não pode dizer que vale muito porque não sabe explicar.

Eu precisaria fazer um estudo científico, pegar várias pessoas, ver quem foi até ele e fez o tratamento, comparar com quem não fez. Em seguida, saber se o primeiro grupo estatisticamente teve uma melhora... Assim eu demonstraria, pelo método científico, se o que ele faz tem algum valor. Agora, entender o mecanismo pelo qual ele faz já é outra história. Esse mecanismo a gente chama de espírito, de energia. Podem existir outras ondas, energias, a gente ainda não desenvolveu aparelhos para medir.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Mais escola, menos crime

Quando avaliamos o retorno do investimento em educação, em geral, a variável mais considerada é a aprendizagem dos alunos. Faz todo sentido dar atenção a esse aspecto tão fundamental da escola, mas, por vezes, esquecemos de que é preciso olhar também para além da sala de aula. Foi o que fizeram os pesquisadores Brian Bell (Oxford), Rui Costa e Stephen Machin (ambos da London School of Economics), ao investigar o impacto que a ampliação da idade de escolaridade obrigatória teve na criminalidade nos EUA.

O estudo “Why Education Reduces Crime” (Por que a Educação Reduz o Crime) se baseou em reformas feitas em alguns estados americanos, que ampliaram a idade em

que o jovem tem obrigatoriedade de estar na escola. No Brasil, por lei, esse período vai dos 4 aos 17, mas muitos abandonam antes disso. Nos EUA, a maior parte dos Estados adota a idade de 18 como a última de escolaridade compulsória. Os autores analisaram estatísticas de gerações de jovens de 15 a 24 anos que foram impactadas logo no primeiro ano pela mudança, e compararam com os dados daqueles que, por apenas um ano, não foram afetados pela nova legislação. Em linha com a literatura acadêmica do tema, os autores mostram que a ampliação reduziu o envolvimento em crimes. No caso do estudo, essa redução foi de 6%.

O mais interessante da pesquisa, porém, foi tentar dissecar a causa disso. Como não foram identificados ganhos significativos nos salários ou na empregabilidade dos jovens depois de formados, os autores concluíram que o principal efeito foi simplesmente ter aumentado o tempo que eles ficam na escola numa idade em que o risco de serem vítimas ou autores de crimes é maior. Esse impacto positivo foi verificado não apenas no ano em que os adolescentes estavam na escola, mas também depois de formados.

A relação entre mais escolaridade e menos crimes já foi verificada no Brasil. Um estudo do pesquisador Daniel Cerqueira (Ipea), divulgado em 2016, mostrou que a cada aumento de 1% na matrícula de jovens de 15 a 17 anos, há uma diminuição de 2% na taxa de homicídios em municípios. Ao revisar a literatura acadêmica do tema, Cerqueira identificou vários estudos que apresentavam explicações de por que isso acontecia. Apesar de o trabalho feito nos EUA não ter captado essa dimensão específica, um dos fatores mais comuns associados ao fenômeno é a maior empregabilidade e renda de quem fica mais tempo na escola.

Outra explicação está na própria assimilação de valores de cidadania. Uma terceira hipótese está no fato de que jovens tendem a pensar menos nos efeitos futuros e mais nos imediatos de suas decisões, e estar na escola contribui para uma visão de longo prazo. Também é identificado um efeito entre pares (conviver com outros jovens que estudam diminui a chance de se envolver em crimes). Por fim, há a explicação encontrada no estudo americano: o fato de estar mais tempo na escola e menos tempo nas ruas simplesmente reduz a chance de o adolescente se envolver em crime.

A criminalidade não é a única dimensão afetada pela educação. Mesmo com todos os nossos sérios problemas de aprendizagem, a expansão da matrícula no Brasil contribuiu para a redução de gravidezes precoces não planejadas, do número médio de filhos por mulher e da mortalidade infantil. Também está associada a melhores indicadores de saúde, renda e empregabilidade. Tudo isso precisa ser considerado quando avaliamos o custo-benefício do investimento no setor.

[topo](#) 

O GLOBO - RJ - RIO

Estado quer colocar PMs armados dentro de escolas

Secretários de Educação e de Polícia Militar afirmam que programa poderá ser implantado em 40 unidades da rede estadual

O governo do estado pretende colocar policiais militares armados no interior de escolas da rede. A princípio, 40 unidades receberão o efetivo, que será pago com recursos da Secretaria de Educação, por meio do Programa Estadual de Integração na Segurança (Proeis). Para que atuem dentro de colégios, PMs poderão receber gratificação para trabalhar no período em que estariam de folga. A adesão será voluntária, e a ideia é que a medida seja implementada em julho.

Secretário de Educação, Pedro Fernandes afirma que o pedido de patrulhamento em unidades foi feito por diretores de escolas:

— Essa foi uma das demandas que recebi durante minhas visitas a colégios. Vamos juntar esses diretores e, trabalhando em conjunto com a PM, avaliar e definir onde é possível realizar a alocação dos policiais. Inicialmente, estamos trabalhando com um número de 40 escolas.

Fernandes não detalhou que unidades terão policiamento. E afirmou que ainda não é possível precisar quantos agentes serão empregados na tarefa:

— Não sabemos o efetivo exato e nem o montante que será investido. Isso depende de uma série de variáveis, como carga horária e até do número de participantes que vão aderir ao programa.

OPINIÕES DIVERGENTES

Professor de educação física em dois colégios estaduais —os Cieps 129, em Itaboraí, e 122, em São Gonçalo —, Tiago Luz não é favorável à iniciativa, que chegou a ser implementada em 2012, mas foi suspensa por falta de recursos: —Naquela ocasião, diretores de colégios em áreas de vulnerabilidade social foram ameaçados por conta da presença de policiais. A PM é essencial, sim, mas o reforço nas escolas deveria ser feito com profissionais da educação: inspetores e porteiros.

O secretário da Polícia Militar, Rogério Figueredo, disse que o objetivo do governo é estreitar laços entre agentes e alunos da rede pública:

—Aproximar o policial militar dos estudantes é um fator de grande relevância, já que as facções criminosas procuram cooptar jovens, especialmente nas áreas periféricas. É importante que uma criança ou um adolescente tenha como referência a figura do policial e não a de um criminoso.

Segundo Figueredo, o objetivo do programa é também "reforçar a proteção de alunos, professores e servidores administrativos, bem como garantir a segurança patrimonial". Para ele, o emprego de PMs desarmados não é uma opção:

—A arma faz parte da indumentária do policial militar. O uso faz parte de sua formação profissional. Portanto, o policial está capacitado, técnica e psicologicamente, para utilizar armamento com base na análise de cenário.

Pedro Fernandes, por sua vez, ressaltou que a medida só será implementada em escolas cujos diretores demandarem o patrulhamento.

No ano passado, o Colégio estadual Paulo Freire, no Cachambi, foi cenário de um episódio de violência. Dois criminosos renderam um funcionário, invadiram a escola e roubaram quatro servidores, levando bolsas, chaves e documentos da unidade.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE

Agricultura familiar não chega à merenda dos alunos

Política nacional de alimentação determina que 30% dos recursos usados na compra de alimentos para escolas devem ser empregados em pequenas propriedades, mas metade das cidades brasileiras não faz isso

SÃO PAULO - Considerado um dos maiores projetos de nutrição do mundo, o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) precisa de alguns ajustes. A conclusão é de uma nova pesquisa, recém-publicada, que avaliou a implementação da política. Criado em 1954, o PNAE alimenta cerca de 20% da população nacional: crianças e adolescentes que estudam em instituições públicas de ensino básico.

Hoje, cumpre uma dupla função. Além de garantir alimentos às escolas, deve servir como instrumento para fortalecer a agricultura familiar. Uma lei de 2009 estabelece que 30% dos recursos enviados pelo governo federal para estados e municípios no âmbito do programa devem ser destinados à compra de itens produzidos nessa modalidade. É aí que mora o problema: metade dos municípios brasileiros não atende a essa determinação.

O alerta foi feito por pesquisadores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e da Universidade de Brasília. O objetivo dos pesquisadores era verificar a efetividade do PNAE:

— Queríamos entender se a política precisava de ajustes. E saber como funcionava sua relação com a agricultura familiar — diz Patrícia Machado, da UFSC, que liderou o trabalho. As conclusões indicaram que o programa é abrangente, cumpre a função de alimentar as crianças e adolescentes, mas falha como instrumento de estímulo à agricultura familiar.

— Ele tem o mérito de ser universal e gratuito, o que é raro no mundo — diz o economista Walter Belik, especialista em segurança alimentar da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp).

COMIDA LOCAL

O PNAE foi criado ainda durante o governo de Getúlio Vargas, com o nome de Campanha Nacional de Merenda Escolar. Ao longo dos últimos 60 anos, foi modificado para dar maior autonomia a estados e municípios no processo de compra de alimentos e de modo a privilegiar a aquisição de comida fresca, como frutas e verduras.

— Até a década de 1990, os alimentos enviados às escolas eram comprados pelo governo federal de forma centralizada, em Brasília, e remetidos ao restante do país — diz Belik.

— A alimentação era ruim. Não era possível adquirir produtos perecíveis.

Desde 1993, a aquisição de alimentos é feita de maneira descentralizada. Para cada R\$ 1 repassado pelo governo federal, o município ou estado encarregado da compra investe outro R\$ 1. Em 2015, esse repasse foi de R\$ 3,8 bilhões.

A alteração na regra permitiu que a comida fosse comprada localmente e que o cardápio escolar melhorasse. Em parte, isso aconteceu graças à aproximação do programa com

pequenos produtores rurais. Segundo Machado, da UFSC, são eles os responsáveis por produzir a maior parte das frutas, verduras e hortaliças consumidas no Brasil.

Nesse aspecto, o país seguiu passos já trilhados por outros, como EUA e Dinamarca, onde programas de alimentação escolar também são usados como instrumentos de incentivo à produção rural local. Em alguns países, destaca Machado, são privilegiados os alimentos orgânicos, como forma de promover hábitos alimentares mais saudáveis.

Mas a relação entre o PNAE e esses pequenos agricultores precisa ser aprofundada. Os pesquisadores chegaram a essa conclusão depois de mandar questionários eletrônicos a todos os municípios brasileiros. Pouco mais de 90% deles responderam. Dessa amostra, 76% disseram adquirir itens de pequenos produtores, uma boa notícia. Mas 50% das cidades destinam menos que o mínimo estabelecido em lei para esse fim.

DESIGUALDADE REGIONAL

Essa porcentagem varia conforme a região do país. Segundo o trabalho, os municípios que menos destinam recursos do PNAE à agricultura familiar são os do Centro-Oeste. Os que mais destinam, os do Sul: — Essa diferença é, em parte, reflexo das características dessas regiões: no Centro-Oeste, é menor o número de pequenas propriedades rurais — diz Machado.

Por lá, as escolas e secretarias de educação têm maior dificuldade em estabelecer contato com pequenos produtores. Destinam mais recursos à agricultura familiar, também, aqueles municípios cujas secretarias de educação contam com o trabalho de nutricionistas. Segundo Machado, é um sinal de que é preciso investir em assessoria técnica:

— Precisamos auxiliar municípios e agricultores. Assessorar as redes de produção local para que os agricultores consigam entrar em contato com as escolas. — defende ela.

topo ↕

O GLOBO - RJ - SOCIEDADE CIÊNCIA: SUBSTANTIVO FEMININO

Mulheres lutam por espaço em pesquisas e na academia

renato.grandelle@oglobo.com.br

Já fazia parte da rotina. A bióloga Rafaela Falaschi conversava com outras mulheres sobre as dificuldades que enfrentava no mundo acadêmico e era interrompida pelos homens, que a chamavam de “amarga” e asseguravam que não havia machismo nos laboratórios. Após ouvir relatos parecidos, decidiu criar o site “Mulheres na Ciência”, onde artigos poderiam ser compartilhados e comentados sob o ponto de vista feminino. Em apenas um mês, a iniciativa atraiu mil pessoas. E tornou-se um exemplo da tomada de espaços antes monopolizados por homens em diversas áreas de pesquisa.

Hoje, quando se comemora o Dia Internacional das Mulheres na Ciência, levantamentos mostram como elas assinam cada vez mais artigos e ampliaram seu registro de patentes e parcerias internacionais. Brasil e Portugal são dois dos países com maior equidade de gênero no mundo científico, deixando para trás os Estados Unidos e a União Europeia. Ainda assim, ressalta Rafaela, há muitos desafios pela frente, como debater os cargos e os financiamentos disponíveis para elas.

— O percentual de mulheres que se dedicam à ciência diminui à medida em que elas progredem na carreira — lamenta. — São diversos motivos, especialmente os voltados aos estereótipos de gênero, além do ambiente ainda muito hostil tanto na academia quanto em espaços empresariais. Os números de mulheres com diploma universitário podem ser crescentes, mas o caminho para alcançar a equidade em postos de chefia, onde as decisões são tomadas, ainda é longo.

Um relatório publicado em 2017 pela consultoria holandesa Elsevier, que analisou mais de 5,5 milhões de estudos, atestou

como a distribuição das mulheres na ciência é desequilibrada. Elas são pelo menos 40% do contingente dedicado às áreas de Humanas e Biológicas. No entanto, são menos de 25% do contingente de Exatas, que abrange carreiras como Engenharia, Matemática e Física.

—Desde cedo as mulheres são desestimuladas a seguir carreira nas ciências duras por falta de aptidão natural e por isso tendem a evitá-las — explica Rafaela. — Outro fator que explicaria este fenômeno é o estereótipo da figura do cientista. Em geral imagina-se que ele é um homem branco, velho, despenteado, com cara de maluco e de jaleco branco.

Meghie Rodrigues, pesquisadora da Diretoria de Desenvolvimento Científico do Museu do Amanhã, acredita que, nos últimos anos, o cenário retratado pelo levantamento holandês está mudando:

— Há um preconceito arraigado sobre o que é “profissão de homem” e “profissão de mulher”. De fato, a participação das mulheres nas engenharias é muito pequena, realmente vergonhosa, mas a academia está cada vez mais engajada em debater esta representatividade.

OBRIGAÇÕES FAMILIARES

Entre os estudantes que ingressam no ensino superior, 57% são mulheres, mas os homens lideram na outra ponta: formam a maioria do corpo docente (54%) e têm mais bolsas de produtividade em pesquisa (64%), segundo o Inep, o CNPq e a iniciativa “Parent in Science”. Presidente emérita da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Helena Nader lembra que as mulheres acumulam obrigações que podem afetar sua trajetória profissional.

— As mulheres têm filhos e, por isso, se afastam da profissão — destaca Helena, que foi a terceira mulher a presidir a SBPC, uma entidade fundada em 1948. — A segregação é enorme, porque ela é vista como a responsável por tomar conta da casa.

Em seu relatório, a Elsevier assinala que as mulheres, além da maternidade, também deixam mais o trabalho do que o homem para cuidar da saúde de membros da família. Como resultado, recebem menos convites para participar de pesquisas internacionais e conferências no exterior.

— Isso reforça a opinião pública de que as mulheres são menos competentes ou capazes para ocupar empregos científicos — avalia Rafaela.

topo ↕

VALOR ECONÔMICO - SP - EMPRESAS

MBA's ajudam alunos a navegar no caos global

"Nas escolas de negócios, geralmente não ensinamos geopolítica", diz Cedomir Nestorovic, professor e diretor executivo acadêmico de MBA da Essec Business School, de Cingapura. Mas em uma era de volatilidade geopolítica sem precedentes, em que suposições estabelecidas - e muitas das instituições - da ordem global do pós-guerra estão sendo questionadas, isso poderá mudar.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www.valor.com.br/carreira/6112127/mbas-ajudam-alunos-navegar-no-caos-global>

topo ↕

FOLHA DE LONDRINA - PR - ESPECIAL

Século 21: o profissional em constante atualização

O dinamismo do mercado de trabalho desafia as empresas a valorizarem os colaboradores que buscam formação continuada

QUALIFICAÇÃO

Encare a mudança. O mercado hoje é amplo, dinâmico e global e exige transformações estruturais nas empresas. O foco também mudou. Se antes os holofotes eram voltados para a produção, hoje eles se refletem nos clientes.

Não é à toa que o capital humano tem sido nos últimos tempos a "chave" para criação de valores e sobrevivência das organizações. Nesse "reinventar" do universo corporativo, os profissionais que estão alinhados com as exigências do século 21 estão mais perto de conquistar um lugar ao sol.

Como? "Estando em constante atualização", responde Adriana Martelo Valero, coordenadora do curso de administração da PUCPR (Pontifícia Universidade Católica do Paraná), campus Londrina.

"As empresas veem com bons olhos e dão preferência aos profissionais que possuem pós-graduação, que estão buscando se especializar, pois esse aprofundamento de conteúdo dá ênfase no aspecto prático, em um curto período de tempo", destaca a docente, que também atua como profissional de recursos humanos.

Gina Mardones

Gina Mardones - As empresas veem com bons olhos e dão preferência aos profissionais que possuem pós-graduação, diz a docente Adriana Valero

"As empresas veem com bons olhos e dão preferência aos profissionais que possuem pós-graduação", diz a docente Adriana Valero

Ou seja, para subir um degrau na empresa ou conquistar a tão desejada vaga, a palavra de ordem é qualificação. Para estruturar tal afirmação, ela cita uma pesquisa da Robert Half (uma das maiores empresas de recrutamento especializado em todo o mundo), realizada com executivos em 2018, cujo resultado mostrou que 66% dos profissionais recebem aumento salarial depois que finalizam uma pós e 48% recebem promoção

efetiva.

É claro que a decisão sobre qual curso e modalidade seguir requer antes uma boa reflexão sobre a carreira. "Você já tem os conhecimentos específicos sobre a área em que deseja atuar? Se ainda não tem, esse é o foco da pós-graduação. Se já tiver, busque algo que complemente sua visão, como por exemplo, gestão de negócios, gestão de projetos, cursos que ampliem o seu conhecimento e atuação no mercado", afirma Tatiana Angelotto, especialista em carreiras do Núcleo de Carreiras do Insper (Instituto de Ensino e Pesquisa), em São Paulo.

Considerando as projeções para 2019 e 2020, Valero acrescenta que o mercado brasileiro está otimista em relação às áreas de negócios, como produção, marketing, planejamento e finanças; direito; tecnologias em geral; engenharias e saúde, especialmente voltada à terceira idade.

Foi pensando em ampliar o leque na área de administração de empresas, que Patrícia Ferreira de Souza, 30, optou por um MBA (Master of Business Administration) em finanças, auditoria e controladoria. Ela trabalhava em uma operadora de plano de saúde e percebeu que muitas oportunidades para crescer profissionalmente foram limitadas pela falta de especialização.

"Hoje em dia o que conta mesmo é o que você estudou após a graduação. Eu atuava na área de finanças e nos recrutamentos internos a primeira pergunta que faziam era a respeito de especialização", conta a estudante em fase final do curso. "Escolhi o MBA por abranger minha área em três modalidades e em um prazo curto. Sei que não posso ficar estagnada. Vou seguir investindo em um curso de inglês e, quem sabe, na área de liderança", completa.

MATURIDADE E SOFT SKILLS

Para a gerente do Núcleo de Carreiras do Insper, Carolina Fouad, uma falha comum entre os brasileiros é acreditar que só o conhecimento técnico é importante. "O mercado exige mais maturidade e soft skills. O profissional tem que estar apto em relacionamentos, interfaces, interações com o mercado externo e ter muito jogo de cintura para lidar com diferentes públicos e situações", pontua.

Nesse contexto, ela cita como indispensável para os profissionais a capacidade de aprender rapidamente novas informações e o funcionamento do mercado. "Além de resiliência para lidar com frustrações, pois não fazemos só o que gostamos no trabalho, disposição para trabalhar em equipe e pensamento crítico com orientação para resultados e comunicação", ressalta.

AUMENTO

Dados da **Capex (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** mostram que entre 2013 e 2016, o SNPG (Sistema Nacional da Pós-Graduação) cresceu 25% no País, passando de 3.337 para 4.175 programas.

Neste período, houve um aumento significativo (77%) no número de cursos de mestrado profissional, seguido de doutorado (23%) e mestrado acadêmico (17%). As informações

foram divulgadas pela coordenação de comunicação social da **Capes**.

O levantamento considerou programas com, pelo menos, um ano de funcionamento, e critérios como proposta de programa, corpo docente, corpo discente, produção intelectual e inserção social.

Micaela Orikasa

topo ↕

A TARDE - BA - OPINIÃO

Os dois lados do EAD

Reitor da Universidade Católica do Salvador (UCSAL)

Muitas são as pessoas que vinculam o Ensino à Distância (EAD) ao avanço da tecnologia e, conseqüentemente, pensam que o método é relativamente novo. Entretanto, os primeiros relatos deste método são de 1728, na cidade norte-americana de Boston, através de Caleb Philips, que enviava as lições para os alunos inscritos, por meio de correspondências. Já em 1849, na cidade da Grã-Bretanha, Isaac Pitman ofereceu curso de Taquigrafia por cartas. No Brasil, pesquisas indicam que em 1900, na cidade do Rio de Janeiro, circularam os primeiros anúncios de cursos profissionalizantes também por correspondência.

Vinte anos mais tarde, a revolução do EAD no Brasil se deu com o surgimento da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, que tinha o objetivo de levar conhecimento popular através do sistema de radiodifusão que estava em curso não só no país, mas no mundo. No fim dos anos 1960 e início dos anos 1970 foi a vez da televisão ser o braço direito do Ensino à Distância, com o surgimento de inúmeros programas que auxiliaram no ganho de conhecimento de muitas pessoas. Com o avanço da Internet, o EAD também se qualificou e, por conseqüência, expandiu a chegada da informação a centenas de milhares de cidadãos.

Ainda mais se tratando do Brasil que possui dimensões continentais. Atualmente, são inúmeras as plataformas (smartphones, tablets e computadores) onde estão disponíveis cursos de variados temas até um mestrado, por exemplo. O Ensino à Distância é muito importante, pois facilita o acesso de pessoas que não têm condições de assumir custos elevados, além de propiciar que se possa conciliar a agenda de trabalho com a de estudos. Por outro lado, a abrangente oferta de opções de EAD deve ser vista com rigor e atenção, já que nem todas as instituições estão capacitadas ou até mesmo autorizadas para ministrar cursos.

Nem toda experiência de EAD é favorável, seja pelas condições oferecidas pelas faculdades e universidades, seja pelo comprometimento do indivíduo. O ensino à distância exige uma disciplina ainda maior do que o estudo presencial, pois qualquer conteúdo pragmático requer silêncio, concentração e metodologia de estudo.

Os sites do governo (MEC) e as próprias agências de controle oferecem mecanismos para que os estudantes saibam se o curso é válido ou não, além de outras informações verídicas das instituições. É imprescindível que ele seja acessado para que ninguém sofra qualquer dano financeiro. Importante também é observar se as instituições de ensino estão credenciadas para aquele curso, além de avaliar a tradição dessas universidades. A maturidade institucional e científica é muito importante, pois vai declinar sobre o valor ético a ser oferecido aos estudantes.

topo 

GAZETA DO POVO – PR - EDUCAÇÃO

Reitor da UFRJ que apoia MST pode até tentar se reeleger, mas Bolsonaro vai deixar?

O presidente não é, e nunca foi, forçado por lei a escolher o primeiro nome. Toda vez que não o fez, no entanto, enfrentou forte resistência

Nunca foi tão importante estar bem informado. Sua assinatura financia o bom jornalismo.

assine a gazeta

Em 1998, estudantes e servidores da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) invadiram o prédio da reitoria por 44 dias. Não queriam permitir que o novo reitor assumisse e só deixaram o edifício depois que a polícia interveio. O motivo da revolta era simples: como manda a lei desde 1995, a universidade apresentou ao Ministério da Educação uma lista tríplice de candidatos, pela ordem em que foram escolhidos pela comunidade acadêmica da instituição.

O primeiro colocado, que figurava como o primeiro da lista, era Aloísio Teixeira, um ex-militante do Partido Comunista Brasileiro (PCB) que viveu na clandestinidade e chegou a ser preso e torturado em 1969. Mas o ministro Paulo Renato Souza, do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (PSDB), escolheu o terceiro nome, José Henrique Vilhena de Paiva. Vilhena cumpriu o mandato até 2002 e não se apresentou para reeleição. Foram quatro anos de manifestações e protestos por parte de alunos e técnicos. O Plano Estratégico traçado pelo reitor ficou no papel, porque cada uma das mudanças que ele tentou implementar foi alvo de protestos e barrada pelo Conselho Universitário. Vilhena chegou a manter um guarda em sua porta, para garantir sua própria segurança.

Quando o período de gestão acabou, um grupo de parlamentares, artistas, sindicatos e entidades estudantis, incluindo a Central Única dos Trabalhadores (CUT), realizou um ato de despedida com o nome “Xô Vilhena!”. Aloísio Teixeira acabaria, por fim, se tornando reitor, em julho de 2003, quando seu nome foi o mais votado e o ministro da educação do governo Lula, do Partido dos Trabalhadores (PT), Cristóvam Buarque, referendou a escolha. Aloísio acabaria reeleito e se manteria na reitoria até 2011.

Tensão atual

O episódio de duas décadas atrás dá uma boa ideia da tensão que, possivelmente, vai se repetir em 2019. É ano de eleições para reitor na UFRJ, e o grupo do presidente Jair Bolsonaro tem defendido, por enquanto reservadamente, que o primeiro nome da lista tríplice não seja automaticamente referendado. E o reitor atual dificilmente cairia no gosto do presidente da república: Roberto Leher está no primeiro mandato, é filiado ao Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), mantém diversos militantes do partido em sua equipe e, na cerimônia de posse, há quatro anos, usou um boné do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Leher pode se candidatar à reeleição – a legislação permite que o reitor se apresente para um segundo mandato. Procurado, ele respondeu, via assessoria de imprensa: “Ainda não há candidatos definidos para a consulta deste ano.” O pleito ainda não tem data marcada, mas tradicionalmente a escolha acontece entre abril e maio, com o governo referendando o nome em junho e a posse do novo reitor acontecendo em julho.

“A escolha dos nomes que comporão as listas tríplices de candidatos a Reitor e Vice-Reitor a serem encaminhadas ao Ministério da Educação será realizada em reunião conjunta dos Colegiados Superiores da UFRJ”, informa a assessoria. “Previamente, a UFRJ realiza uma pesquisa eleitoral de caráter informativo e que não está vinculada à escolha no Colégio Eleitoral”.

Eleições questionadas

O Ministério da Educação (MEC), desde o início da gestão de Michel Temer, em 2016, vem tentando impedir que os conselhos universitários simplesmente indiquem para o Ministério da Educação os nomes eleitos pela comunidade de professores, técnicos e estudantes. Segundo a lei 9.192, de 1995, o conselho precisa ser formado por no mínimo 70% de professores e é esse órgão que deve indicar o reitor.

Nos últimos meses, o MEC pediu a revisão da escolha do reitor, sempre que identificou sinais de que a votação entre professores, estudantes e servidores, muitas vezes com primeiro e segundo turnos, é que conduziu a decisão do conselho. A nota técnica 400, publicada em dezembro passado, reforçou essa posição do ministério. Diferentes universidades, como a Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), a Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM) e a Universidade Tecnológica Federal do Paraná (UTFPR), receberam do MEC a ordem de refazer seus processos de escolha de reitores – no caso da UFTM, a situação segue indefinida. Daí a UFRJ deixar claro, em nota, que a eleição realizada entre professores, alunos e funcionários é uma “pesquisa eleitoral” com “caráter informativo”.

O presidente não é, e nunca foi, forçado por lei a escolher o primeiro nome. Mas, toda vez que não o fez, enfrentou forte resistência – a ponto de, em 2016, Michel Temer voltar atrás na decisão de não referendar a escolha de Márcia Abrão, o nome mais votado dentro da Universidade de Brasília. A assessoria do reitor da UFRJ indica que ele concorda com a escolha do primeiro nome: “A indicação do primeiro colocado deve ser respeitada como um valor da democracia e em respeito à autonomia de cada instituição”. É importante o alinhamento dos reitores com o pensamento do presidente da República? “As universidades são lugares de liberdade de pensamento, com autonomia garantida pelo artigo 207 da Constituição Federal”, responde a assessoria do reitor. “Suas administrações independem de alinhamento com o Governo Federal e a liberdade de cátedra garante aos docentes posicionamento crítico sobre a realidade social, econômica e política dos povos”.

No caso da UFRJ, não referendar o nome indicado pela comunidade já se mostrou uma ideia problemática. E isso num momento em que a instituição está no centro dos acontecimentos: primeiro porque é ela quem gere o Museu Nacional, destruído por um incêndio em setembro de 2018. Segundo porque, sendo a primeira universidade federal do Brasil, vai completar cem anos no dia 7 de setembro de 2020; portanto, durante o mandato do próximo reitor.

Várias instituições federais de ensino superior se orgulham da antiguidade de suas fundações. É o caso da Universidade Federal de Juiz de Fora, que surgiu a partir da Faculdade de Direito, em 1923. Ou da Universidade Federal do Paraná, cujas atividades foram iniciadas em 1912. Mas nenhuma delas foi fundada como instituição federal de ensino superior. Esse posto, o de universidade federal mais antiga do Brasil, cabe à UFRJ.

Fundada como Universidade do Rio de Janeiro em 1920, ela remonta a 1792, com a fundação a Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho, que depois daria origem à Escola Politécnica. Hoje oferece 179 cursos de graduação e 345 de pós-graduação. Mantém sete museus e nove unidades hospitalares, além de 43 bibliotecas. Mantém campi em cinco cidades, Rio de Janeiro, Angra dos Reis, Duque de Caxias, Itaperuna e Macaé.

A instituição tem 60 mil alunos e 3735 professores. Entre os estudantes que passaram pela instituição e depois se tornaram referência em suas áreas de atuação estão o médico Carlos Chagas, o arquiteto Oscar Niemeyer, o paisagista Roberto Burle Marx, os escritores Clarice Lispector e Jorge Amado, o historiador Sérgio Buarque de Holanda, o educador Anísio Teixeira, o economista Mário Henrique Simonsen, o poeta Vinicius de Moraes e o compositor Ary Barroso.

A UFRJ já teve 28 reitores, incluindo o médico Raul Leitão de Cunha, ex-ministro da Educação e Saúde, o ex-ministro da Educação Raymundo Augusto de Castro e o ex-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social, Carlos Lessa. Além de Aloísio Teixeira e Roberto Leher, diferentes reitores foram abertamente alinhados a grupos e partidos de esquerda. Horacio Cintra de Magalhães Macedo, por exemplo, reitor entre 1985 e 1989, foi filiado ao Partido Comunista Brasileiro até a morte. O próprio Carlos Lessa se exilou no Chile com o início da ditadura e, mais recentemente, firmou sua filiação ao PSOL.

“Concurso de popularidade”

Ao longo dos próximos quatro anos, enquanto Jair Bolsonaro for presidente, todas as 68 universidades federais brasileiras vão passar por eleições de reitor. Se ele resolver comprar a briga e não mais escolher o primeiro nome das listas tríplices, esse seria um gesto autoritário? “Sim, entendemos como um ato autoritário”, responde Antonio Gonçalves Filho, reitor da Universidade Federal do Maranhão e presidente do Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (ANDES).

“Defendemos como sindicato que a escolha de gestores deva encerrar-se dentro da própria instituição, através de votação direta universal ou paritária. A composição de uma lista para a escolha de reitores é um ataque à autonomia das universidades, assim como o engessamento da consulta à comunidade universitária”, defende.

Jacques Marcovitch, ex-reitor da Universidade de São Paulo entre 1997 e 2001 e professor do Instituto de Relações Internacionais da instituição, discorda. “A lista tríplice é uma fórmula que transmite ao tomador de decisões as preferências da comunidade acadêmica em sua votação para o dirigente de uma instituição de ensino superior. Na universidade pública, os três nomes representam a instituição mantida pelo contribuinte e o governante eleito dispõe da prerrogativa de nomear um deles. Não vislumbramos qualquer traço de autoritarismo nessa prática”.

No caso da USP, como instituição estadual, a lista é fornecida ao governador. A universidade não realiza eleições. “Eu próprio, quando fui eleito, figurava em primeiro lugar na lista tríplice, mas somente me considerei reitor quando o governador fez a sua escolha e me nomeou. Tivesse ele escolhido o segundo ou terceiro nome, estaria

exercendo seu direito normativo”. O ex-reitor também defende a postura do MEC em não concordar com as eleições diretas.

“Exponho aqui duas razões. A primeira é que as melhores universidades do mundo, segundo inquérito escrito que promovi na Reitoria, rejeitam fortemente esse processo. Algumas chegaram a considerá-lo um ‘concurso de popularidade’, e não a busca do melhor executivo principal da instituição”. Além disso, diz o professor, eleições no ambiente universitário são diferentes de eleições gerais para eleger representantes da população.

“O modelo ‘cada pessoa, um voto’, certamente o mais legítimo na vida política, é menos representativo e meramente populista no meio acadêmico. Os estudantes e os funcionários são participantes transitórios da universidade, enquanto os docentes e pesquisadores ali estão para sempre e fizeram dela o seu projeto de vida. Os seus votos, portanto, são extraordinariamente qualificados”.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Educação no sistema prisional é tema de evento na Apac de São João del Rei
O I Encontro Para Constituição da Rede Nacional de Formação em Educação Social e Prisões ocorrerá até terça (12) e também discutirá a formação de educadores sociais.

Por G1 Zona da Mata

O "I Encontro Para Constituição da Rede Nacional de Formação em Educação Social e Prisões" será realizado no auditório da Associação de Proteção e Assistência aos Condenados (Apac) de São João del Rei, no Bairro Vila Jardim São José, nestas segunda (11) e terça-feiras (12).

"Nós damos importância maior para a educação e sabemos que ela é a base para a ressocialização. O encontro também vai falar dos desafios, da proposta, do que tem que ser feito no âmbito prisional para melhorar a questão da educação para estas pessoas terem mais oportunidades na universidade e em cursos profissionalizantes", disse a assessora da Apac São João de Rei, Rafaella Vieira.

A Apac de São João del Rei foi escolhida para sediar o encontro a partir do resultado em atividades educacionais. A unidade possui escola prisional, que atende a Apac e o Presídio, responsável por implementar e construir as noções do ensino básico, fundamental e médio.

Também há também o ensino superior a distância, que é coordenado pela pedagoga Thaís Teixeira. No prazo de um ano, nove recuperandos ingressaram na Universidade Federal de São João del Rei (UFSJ). O mais recente foi um recuperando aprovado em 6º lugar no curso presencial de Engenharia Elétrica no Sistema de Seleção Unificado (Sisu) 2019. Antes, oito foram aprovados para o curso de Filosofia EAD.

Este ano, mais 20 internos, sendo da Apac Masculina e Feminina, vão cursar a distância através de bolsas conquistadas em parceria com o grupo Kroton. A Apac oferece ainda cursos profissionalizantes, em parceria com outras unidades de ensino.

Apac inaugura sede própria da unidade feminina em São João del Rei

São João del Rei é sede de uma das 48 Apacs do Brasil

Ao longo do dia e meio de evento, vão participar 12 estudiosos, que atuam diretamente com a construção de ambientes prisionais que pautam a educação e a formação de profissionais.

Um dos convidados especiais será Roberto da Silva, ex-interno da Fundação para o Bem-Estar do Menor, (Febem) que se tornou doutor em Educação pela Universidade de São Paulo (USP). Ele abrirá uma das primeiras mesas de debate, participará de uma mesa-redonda com os professores e professoras da escola prisional Escola Estadual Detetive Marco Antônio de Souza na noite de segunda (11), além de conversar com os recuperandos e recuperandas da Apac de São João delRei na terça-feira (12).

O evento é organizado pela Apac de São João del Rei, em conjunto com a Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), tendo apoio com Faculdade de Educação (FaE UFMG), que constitui o projeto de Mestrado em Educação e da Fraternidade Brasileira de Assistência aos Condenados (FBAC).

Programação do I Encontro para constituição da Rede Nacional de Formação em Educação Social e Prisões
Segunda-feira (11)

8h: acolhimento e abertura – Antônio Carlos de Jesus Fuzatto (Apac); Eleni Andrade (FBAC); Walter Ude (UFMG); juiz de Direito da Vara de Execução Penal, Ernane Barbosa, Promotora de Justiça (RN), Eiko Araki; Promotor de Justiça (MG), Luiz Carlos. Coordenação da mesa: Daniela Fazzion (Apac);
8h30: apresentação dos objetivos do encontro; justificativa para a iniciativa com Thais Santos (APAC), Railander Figueiredo (UFMG), Renan Barbosa (UFMG);
8h45: mesa "Apresentação do método Apac" com Antônio Carlos de Jesus Fuzatto (Apac) e Representantes do Sistema de Justiça. Mediação: Eleni Andrade (FBAC).
10h15: visita às unidades da APAC – masculina e feminina; Mediação: Daniela Fazzion (Apac), Thais Santos (Apac);
13:30: apresentação do Coral da Apac.
14h: palestra "Educação Social – conceitos, lições aprendidas, experiências paradigmáticas em prisões". Palestrante - Roberto da Silva (USP). Comentadores - Walter Ude (UFMG) e Antônio Carlos de Jesus Fuzatto (Apac);
15h30: abertura para debate. Mediação: Walter Ude;
16h15: mesa "Educação em prisões, educação social e o método Apac" com Antônio Carlos de Jesus Fuzatto (Apac), Fernando Fidalgo (UFMG), Thais Santos (Apac), Cida Mendes (Escola Apac), Eleni Andrade (FBAC). Comentadora: Estela Vieira (UFLA);
17h45: abertura para debates. Mediação: Estela Vieira (UFLA);
18h15: Encerramento Apac.

Terça-feira (12)

8h: retomada das atividades; aspectos significativos surgidos no dia anterior; apresentação dos objetivos do dia. Mediação: Heberth de Souza (UNIPTAN);
8h30: Atividades em grupos:
políticas sociais em interfaces com a justiça criminal;
educação de jovens e adultos e educação social;
formação e prática docente para atuação em prisões na perspectiva da educação social;

trabalho e inclusão social;

Mediação em cada grupo: Thais (Apac), Walter Ude (UFMG), Railander Figueiredo (UFMG), Estela Vieira (UFLA), Heberth de Souza (UNIPTAN) Renan Barbosa (UFMG);

10h15: abertura para apresentações dos grupos e debates; Constituição de Grupo de Trabalho para sistematização de conhecimentos sobre educação social e prisões e definição de cronograma de atividades do GT e próximo encontro (fevereiro).

Mediação: Antônio Carlos de Jesus Fuzatto (Apac);

12h: encerramento com Antônio Carlos de Jesus Fuzatto (Apac), Walter Ude (UFMG).

topo ↕

NEXO - TEMPO REAL

O debate sobre educação sexual no Brasil. E por que abordá-la nas escolas
O Nexo fez quatro perguntas sobre como e quando tratar do tema no contexto educativo a Caroline Arcari, pedagoga e educadora sexual

ABORDAGEM DE GÊNERO E SEXUALIDADE É DISCUTIDA EM MEIO AO AUMENTO NA TAXA DE DETECÇÃO DE HIV, A UM ÍNDICE DE GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA SUPERIOR À MÉDIA SUL-AMERICANA E DA INCIDÊNCIA DE VIOLÊNCIA SEXUAL NA FAIXA ETÁRIA

O combate à ideia de “ideologia de gênero” é, atualmente, o principal obstáculo para que a educação sexual seja pensada e implementada em escolas brasileiras.

O presidente Jair Bolsonaro já afirmou, em diversas ocasiões, ser contra a abordagem da sexualidade nas instituições de ensino. “Quem ensina sexo para a criança é o papai e a mamãe. Escola é lugar de aprender física, matemática, química”, disse em novembro de 2018.

Entre os ministros, Ricardo Vélez Rodríguez, da pasta da Educação, também se opõe à discussão de gênero no currículo. Em novembro de 2018, afirmou que “quem define gênero é a natureza”.

Já a ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, Damares Alves, se diz a favor do ensino de educação sexual, mas considera que há restrições de faixa etária e que o tema tem sido abordado de “forma errada”.

Em 8 de fevereiro de 2019, o ministro da Saúde, Luiz Henrique Mandetta também defendeu a matéria em entrevista à Agência Brasil: “Acho que tem que fazer, não dá para não fazer”.

Fora do Executivo, tramita no Congresso um projeto de lei elaborado pelo movimento Escola Sem Partido, que restringe o conteúdo ensinado aos estudantes nas salas de aula, proibindo professores de manifestar posicionamento político, ideológico e de gênero, o que seus defensores consideram “doutrinação”.

Foi arquivado no fim de 2018, mas pode voltar a ser discutido na Câmara dos Deputados em 2019.

A maioria dos brasileiros, no entanto, é favorável à inclusão de questões sobre gênero e sexualidade no currículo escolar.

É o que mostra uma pesquisa interna encomendada pelo Ministério da Educação em 2018. Nunca divulgado publicamente, o levantamento foi obtido pela Rede Globo por meio da Lei de Acesso à Informação e divulgado em fevereiro de 2019.

Das 2.004 pessoas que foram ouvidas, em 11 estados e o Distrito Federal, 55,8% responderam “sim” para a questão sobre se a “abordagem sobre as questões de gênero e sexualidade deve fazer parte do currículo escolar”. Além disso, 62,6% dos entrevistados não souberam definir o que “ideologia de gênero” significa.

Longe de ser novidade no debate político global, a cruzada contra o gênero remonta à década de 1990.

No contexto de debates promovidos pelas Nações Unidas, a noção de gênero, que vinha sendo discutida no ambiente acadêmico e no movimento feminista e LGBTI desde a década de 1970, tornou-se alvo de ataques conservadores, que apontavam-na “como instrumento de uma conspiração feminista internacional”, na definição da pesquisadora e co-coordenadora do Observatório de Sexualidade e Política Sonia Corrêa.

Além disso, os debates atuais sobre a abordagem de gênero e sexualidade no contexto escolar acontecem em meio a um quadro de aumento na taxa de detecção da Aids entre meninos de 15 a 19 anos, e de um índice de gravidez na adolescência, no Brasil, superior à média sul-americana.

Crianças e jovens são também vítimas de violência sexual, muitas vezes no próprio ambiente familiar. Segundo registros do SUS, 49,5 mil meninas de 10 a 19 anos sofreram estupro de 2011 a 2016. Em 58% dos casos, o crime ocorreu na residência. Em 36%, familiares ou parceiros íntimos foram os prováveis autores.

As dúvidas das crianças sobre sexualidade
O quadro abaixo, com informações de 2013 de organizações internacionais de proteção contra o abuso sexual infantil e estudo do comportamento sexual dos jovens, mostra as dúvidas mais comuns de crianças, por faixa etária, com relação a temas de sexualidade:

FAIXA ETÁRIA: MENOS DE 4 ANOS

CONCEITOS GERAIS

Meninos e meninas são diferentes;

Nomes corretos dos órgãos genitais;

Bebês vêm da barriga das mães;

Responder perguntas básicas sobre o corpo e funcionamento dele;

Explicar sobre privacidade. Por exemplo: por que cobrimos as partes íntimas, não tocar em partes íntimas dos colegas.

CONCEITOS DE PROTEÇÃO

A diferença entre os toques reconfortantes, agradáveis e bem-vindos e toques que são intrusivos, desconfortáveis ou dolorosos;

Seu corpo pertence a você;

Todo mundo tem direito de dizer ‘não’ ao ser tocado, mesmo que o toque seja de um adulto;

Nenhuma criança ou um adulto tem o direito de tocar as suas partes privadas;

Diga ‘não’ quando adultos pedem que você faça coisas erradas, como tocar partes privadas ou guardar segredos;

Existe diferença entre uma surpresa (que é algo que será revelado em breve) e um segredo (que é algo que você nunca deveria contar).

Para quem pedir ajuda caso seja tocado nas partes privadas.

FAIXA ETÁRIA: DE 4 A 6 ANOS

CONCEITOS GERAIS

Os corpos de meninos e meninas mudam quando crescem;

Explicações simples de como os bebês se desenvolvem na barriga da mãe e sobre o processo de nascimento;

Regras sobre limites pessoais (tais como:

manter as partes privadas cobertas, não tocar em partes privadas de crianças);

Respostas simples a todas as perguntas sobre o corpo e funções corporais;

Tocar suas próprias partes íntimas pode ser agradável, mas é algo feito em local privado.

CONCEITOS DE PROTEÇÃO

Abuso sexual é quando alguém toca em suas partes ou pede que você toque em suas partes privadas;

É abuso sexual, mesmo que seja por alguém que você conhece;

O abuso sexual nunca é culpa da criança;

Se um estranho tenta levá-lo com ele ou ela, correr e contar para os pais, professor, vizinho, policial ou outro adulto;

FAIXA ETÁRIA: DE 7 A 12 ANOS

CONCEITOS GERAIS

O que esperar e como lidar com as mudanças

Puberdade

Noções básicas de reprodução, gravidez e parto

Riscos de atividade sexual (gravidez,

Doenças transmitidas)

Noções básicas de contracepção

A masturbação é comum e não está associada a problemas a longo prazo, mas deve ser feito em local privado.

CONCEITOS DE PROTEÇÃO

O abuso sexual pode ou não envolver o toque

Como manter a segurança e limites pessoais quando conversar ou conhecer pessoas on-line

Como reconhecer e evitar situações sociais de risco

Regras de encontros

Fonte: Child Sexual Abuse Committee of the National Child Traumatic Stress Network em parceria com a National Center on Sexual Behavior of Youth (2013).

O Nexo fez quatro perguntas sobre como e quando tratar do tema no contexto educativo a Caroline Arcari, pedagoga e educadora sexual, especialista em Educação Sexual pelo Centro de Sexologia de Brasília e mestre em Educação Sexual pela Unesp.

Existe “cedo demais” para tratar de temas relacionados à sexualidade com crianças?
CAROLINE ARCARI Precisamos superar o mito de que a educação sexual pode erotizar ou incentivar a iniciação sexual precoce de crianças e adolescentes.

Pelo contrário! A OMS já comprovou, ao analisar mais de mil relatórios sobre os efeitos da educação sexual no comportamento de jovens, que quanto mais informação de qualidade sobre sexualidade, mais tarde os adolescentes iniciam a vida sexual. Quanto menos informação, mais precocemente se inicia a vida sexual.

A educação sexual que o senso comum tanto teme é uma das formas mais eficazes de enfrentamento da violência sexual

Educação sexual não é ensinar crianças a fazer sexo, como as notícias falsas nas redes sociais acabam veiculando. A educação sexual que o senso comum tanto teme é, na

verdade, uma das formas mais eficazes de enfrentamento da violência sexual.

Não se refere apenas ao conhecimento dos genitais e saber de onde vêm os bebês, mas aos conceitos de autoproteção, consentimento, integridade corporal, sentimentos, emoções, sonhos, identidade, tipos de toques que adultos estão ou não autorizados em relação ao corpo da criança e do adolescente, escolhas, higiene, saúde, relações — tudo isso é educação sexual.

A educação sexual faz parte da educação global e deve começar desde o nascimento. Quando fornecida com qualidade e material adequado a cada faixa etária, a educação sexual é extremamente protetiva. Crianças e adolescentes que têm educação sexual, na escola e em casa, estão seis vezes mais protegidas contra a violência sexual.

Todos esses assuntos destacados estão presentes desde o nascimento da criança. A educação sexual faz parte da educação global e deve começar desde o nascimento, mesmo antes da linguagem verbal se apresentar.

A própria sexualidade, conceito muito confundido pelo senso comum, nos é apresentada de maneira não verbal. Sexualidade nada mais é do que a busca pelo bem-estar, seja na relação com a gente mesmo ou com o outro.

E essa busca se dá desde o nascimento: pelo toque dos pais, pelo modo como a mãe amamenta, como o bebê sente segurança, o embalar de um colo, como percebe seu corpo, como começa a descobrir o mundo, as cores, as texturas, os sons.

A educação sexual nessa fase se dá nessa interação da criança com seu meio e com outras pessoas, tendo experiências afetivas, construindo sua imagem corporal, aprendendo sobre as partes do corpo, percebendo as diferenças anatômicas.

A partir daí, em cada faixa etária, a criança apresentará demandas e curiosidades diferentes, e a função da escola e da família é responder com honestidade seus questionamentos.

Nas suas experiências com outros países, você notou diferença na recepção do tema, em relação a como ele vem sendo tratado no Brasil?

CAROLINE ARCARI São várias as diferenças, até mesmo dentro de um mesmo país, se levarmos em conta instituições públicas e privadas, níveis de ensino, gestão política, etc.

Em Portugal, a educação sexual está prevista na lei. As instituições de educação infantil trabalham questões de sexualidade de forma contínua e rotineira, mas ainda há pouca atenção à violência sexual como política pública.

Em Cabo Verde, na África, a receptividade da temática como elemento curricular indispensável no enfrentamento à violência sexual é enorme, até porque é um país comprometido com políticas de enfrentamento ao turismo sexual.

Nunca encontrei algo parecido com a situação atual do Brasil

Na Holanda, a educação sexual começou como iniciativa pragmática de promoção de saúde sexual nos anos 1960. O governo teve sucesso ao criar estratégias para receber

apoio popular para a educação sexual no país nas décadas seguintes, conseguindo reduzir o índice de adolescentes grávidas para o nível mais baixo da Europa.

Um estudo realizado pela Unesco em 2011 mostrou que 97% das garotas e 94% dos garotos faziam uso de contraceptivos nas relações sexuais no país. O programa desenvolvido nas escolas é para crianças a partir dos 4 anos de idade e envolve conteúdos como autoestima, autoimagem, higiene, amizades, diferenças anatômicas, prevenção de violência sexual, puberdade, amor, consentimento, entre outros.

Uma pesquisa feita pela Federação Internacional de Planejamento Familiar (2017) comparou Argentina, Colômbia, Chile, México e Brasil em aspectos relacionados ao planejamento familiar e ao acesso das mulheres a métodos contraceptivos.

O trabalho concluiu que, em todos os países, a forte influência religiosa pode afetar o desenvolvimento de políticas relacionadas a contraceptivos, mas que, no Brasil, isso ocorre de forma mais intensa, resultando em índices desastrosos.

Políticos que vociferam contra a educação sexual estão prestando um enorme desserviço à proteção de crianças e adolescentes

No Brasil, um em cada cinco bebês nasce de uma mãe com idade entre dez e 19 anos, segundo o IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). A cada três mulheres casadas com idades entre 20 e 24 anos, uma se casou antes de completar a maioridade.

Apesar de já ter visitado vários outros países, nunca encontrei algo parecido com a situação atual do Brasil.

Qual sua leitura do momento político que o Brasil vive, em relação à educação sexual?
CAROLINE ARCARI A visão distorcida sobre a educação sexual virou pauta política conservadora, e as notícias falsas infelizmente contribuem para a reprodução do mito de que ela erotiza as crianças e facilita o acesso de abusadores aos seus corpos.

Políticos que vociferam contra a educação sexual sem fundamentação científica alguma, pautados na mentira e na polêmica, estão prestando um enorme desserviço à proteção de crianças e adolescentes contra a violência sexual.

Segundo essas pessoas, sexualidade é assunto reservado unicamente ao espaço doméstico e apenas competência da família. Isso é um erro por um motivo muito simples: em torno de 75% das denúncias de violência sexual envolvem ambiente intrafamiliar, ou seja, são casos cujos autores da violência são padrastos, pais, parentes ou pessoas em quem as crianças confiam e têm algum vínculo de responsabilidade e afeto.

Se educação sexual ficasse reservada à esfera familiar, como essas crianças teriam acesso à informação que poderá protegê-las dos abusos?

Prevenção de violência sexual não acontece a partir do silenciamento das escolas ou outros espaços educativos. O diálogo de qualidade, com profissionais bem preparados e materiais didáticos adequados, é o caminho para a proteção das infâncias e das juventudes.

Vou além: quem é contra a educação sexual nas escolas está sendo conivente com a violência sexual, simples assim.

Importante lembrar que, a despeito desse movimento conservador, nossa Constituição, o Estatuto da Criança e do Adolescente e tantos outros dispositivos legais e convenções internacionais reafirmam que a inclusão de temas de educação sexual no currículo são parte do direito das crianças e adolescentes de ampliar os seus referenciais a partir de concepções diversas e científicas, todas necessárias ao pleno exercício da autonomia individual e da cidadania.

Na sua visão, quais os maiores obstáculos para a implementação de uma educação sexual mais completa no Brasil?

CAROLINE ARCARI Precisamos de forma urgente enfrentar as fake news nas redes sociais e tornar o conceito sobre educação sexual uma informação acessível, palatável, que permita que a comunidade a compreenda a partir de toda a fundamentação científica que a sustenta.

Precisamos qualificar os profissionais que atuam na educação, saúde, serviço social, cujas formações iniciais na graduação não contemplaram as temáticas de sexualidade.

Precisamos de ensino público de qualidade e não de propostas como o Escola Sem Partido, absolutamente inconstitucional que pretende censurar a discussão democrática das questões relacionadas à sexualidade.

É imprescindível garantirmos às crianças e adolescentes o direito à informação, tanto na família como nas instituições escolares, de modo que favoreça a autonomia individual, acesso a múltiplas visões de mundo, o respeito aos direitos humanos e ao pensamento crítico.

topo ↕

VERMELHO - TEMPO REAL

Coneb da UNE debate a mercantilização da educação no Brasil

O atual cenário de monopólio, fusão de grandes grupos internacionais, mercantilização e financeirização da educação superior privada no país foi tema de debate na manhã desta sexta-feira (8), na Universidade Federal da Bahia (UFBA), em Salvador, durante a programação do 15º Coneb da UNE.

A mesa "Educação não é mercadoria: desafios do ensino privado no Brasil", teve como convidados o presidente da Confederação nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (Contee), Gilson Reis, a ex-diretora de universidades privadas da UNE Katherine Oliveira e o professor especialista em direito e ex-vice presidente regional da UNE Augusto Vasconcelos.

Segundo o presidente da Contee, a luta entre o setor público e privado remonta os últimos quase 100 anos. "Não é um fenômeno recente. Desde os anos 30 inicia-se um setor que luta por uma educação pública e de qualidade com construção popular e um outro lado sempre lutando pelo processo de privatização", disse.

Para ele, a elite dominante nunca priorizou a educação como um bem público para todos.

"A ofensiva contra a mercantilização do ensino só seu deu a partir da eleição do ex-

presidente Lula. Somente ali houve uma tentativa de recolocar a educação em outro patamar reforçando a educação pública com políticas como o Reuni, Prouni, a ampliação das federais, a construção do PNE com Dilma. Agora não há nenhum interesse na educação como direito, só como dinheiro”, avaliou.

Contudo, Gilson garante que, embora nunca tenha sido fácil, a resistência continua. ” Mesmo diante de todo esse cenário negativo, Esse encontro na Bahia, essa Bienal, poderá ser um marco importante na luta política brasileira . Nós estamos aqui unidos e vamos lutar transformar e resistir”.

Governo do desmonte

Augusto lembrou sua participação na Bienal de 99, também em Salvador, quando os estudantes já lutavam contra a privatização. Augusto é professor em duas universidades, uma pública e outra privada e afirma que as diferenças são gritantes.

”Trabalho na Unime, adquirida pelo grupo Kroton. Quando foi implantando o ensino à distância com maior carga horária, as ações nas bolsas de valores dispararam. Quando investidores perceberam que teriam um custo menor. A educação vira uma estratégia de acumulação de riqueza para poucos”, disse.

Para ele, o governo Bolsonaro é aliado do mercado.

”O novo governo é inimigo da educação. Temos um ministro da educação que não acredita que a universidade seja um direito de todos, o projeto de escola sem partido, temos até uma deputada que pediu para que alunos gravassem professores durante as aulas. Isso tudo é parte de um governo que prevê o desmonte da educação pública e é contra isso que precisamos lutar”, finalizou.

CORREIO BRAZILIENSE - DF - POLÍTICA

A força das frentes no novo Congresso

Grupos parlamentares formados por empresários, evangélicos, ruralistas e armamentistas testam força no Legislativo. Bancada da bala, da Bíblia e do boi (BBB) largam na frente

As Frentes Parlamentares que atuam em favor dos empresários, evangélicos, mulheres, ruralistas, armamentistas e sindicalistas terão força no novo congresso que se formou há pouco mais de uma semana. Estudo do Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap) mostra que as informalmente conhecidas bancada da Bíblia e da bala aumentaram de tamanho. Especialistas atribuem o resultado das eleições presidenciais como principal justificativa.

“O presidente Jair Bolsonaro priorizou a flexibilização da posse de armas e falou sempre à ‘tradicional família brasileira’. Sinalizou, portanto, sua intenção de ter contato com esses dois segmentos. Parlamentares que buscam apoio do Planalto podem estar se aproveitando disso para tentar se aproximar do novo governo”, analisa o professor de ciência política da Universidade Federal de Goiás (UFG) Marcelo Oliveira. De acordo com ele, o interesse em bancadas segmentadas é prática considerada antiga, mas eficaz. “Dá para conseguir muitos aliados”, diz.

A bancada em favor dos empresários reúne o maior número de parlamentares eleitos em 2018 — 193 pessoas (quadro), seguida pela de evangélicos (85) e de mulheres (85). Ao todo, existem 244 Frentes Parlamentares registradas na Câmara, segundo informa o site. Muitas estão inativas desde 2015, data do último despacho. “É praticamente uma

bancada temática para cada dois parlamentares. Isso sem pincelar que algumas pessoas simplesmente acumulam atividades atuando na presidência delas”, diz o analista político da HC7 Pesquisas Carlos Alberto Moura.

É o caso da deputada Erika Kokay (PT-DF), titular de sete diferentes bancadas suprapartidárias (Defesa da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) 100% Pública, Defesa da Reforma Psiquiátrica e da Luta Antimanicomial, Defesa do Setor Elétrico Brasileiro, Defesa dos Terceirizados da Câmara Federal, Defesa dos Direitos Humanos, Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana, de Enfrentamento as DST/HIV/AIDS).

“As frentes são instrumentos muito importantes, especialmente por serem suprapartidárias. Uma única pode envolver, a partir de temática, vários partidos. Por isso há dimensão maior. Elas representam a possibilidade de trabalhar com agenda do Legislativo acerca das matérias, articulação com outros segmentos do estado. São espaços para intervenção na agenda do Executivo, do Judiciário e da sociedade civil”, respondeu Erika.

Parentes

Deputados e senadores com parentes na política (filhos, esposas, sobrinhos) foram considerados no estudo divulgado pelo Diap. Ao todo, 174 congressistas que foram eleitos para a 56ª legislatura do Congresso têm relação com dinastias políticas. “Como eles não defendem oficialmente nenhuma ideia, podem ser considerados apenas um fato curioso. Algo a ser refletido quando alguém fala sobre ‘renovação do Congresso’”, critica o analista político da HC7 Pesquisas Carlos Alberto Moura.

Educação

Deputados de primeiro mandato, os pedetistas Tábata Amaral (SP) e Túlio Gadêlha (PE) visitaram o senador Cristovam Buarque (PPS-DF) em busca de conselhos sobre como articular a “bancada da Educação”. Atualmente, existem seis que tratam do tema distribuídas pela Câmara (Defesa dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, Defesa da Implantação do Plano Nacional de Educação, da Educação, Defesa da Qualidade da Educação, de Investimentos Federais na Educação, pela Educação do Campo).

“Bolsonaro priorizou a flexibilização da posse de armas e falou sempre à ‘tradicional família brasileira’. Parlamentares que buscam apoio do Planalto podem estar se aproveitando disso para tentar se aproximar do novo governo”, Marcelo Oliveira, professor de ciência política da Universidade Federal de Goiás (UFG)

[topo](#)

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA

Fies oferece 550 mil contratos

Estão abertas as inscrições ao programa de Financiamento Estudantil (Fies) para jovens que queiram obter empréstimos para custear mensalidades de instituições privadas de ensino superior. O prazo começou na última quinta-feira e vai até o próximo dia 14, por meio do site do Ministério da Educação (MEC). No total, o programa oferece 550 mil vagas. Os candidatos devem ficar atentos contudo, para as regras, que estão mais restritivas.

Desde o ano passado, com o objetivo de reduzir a inadimplência, que chega a quase

50% dos contratos, o governo mudou as normas para obtenção do empréstimo. A carência de 18 meses, por exemplo, foi reduzida. Assim, o estudante que contratar o financiamento deve iniciar o pagamento logo no mês subsequente ao fim da graduação, contanto que esteja empregado. As parcelas de pagamento serão descontadas diretamente do salário. O prazo de pagamento vai até 14 anos.

O resultado prévio da primeira chamada será em 25 de fevereiro. Para obter o crédito, os estudantes devem ter participado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), obtendo nota média 450, no mínimo, além de não terem zerado a redação.

Criado em 2001, pelo MEC, o Fies já passou por várias alterações no modelo de financiamento. O programa, que teve forte adesão durante os anos iniciais do governo da ex-presidente Dilma Rousseff, perdeu força à medida que crescia a inadimplência dos beneficiários. Atualmente, a previsão é de que, até 2021, sejam ofertados 100 mil contratos por ano.

Assim como em 2018, o Fies, em 2019, terá duas opções. Segundo o MEC, serão oferecidas 100 mil vagas na primeira modalidade, o “Fies”, que abarca alunos com renda per capita familiar mensal de até três salários mínimos, modelo no qual a taxa de juros é zero.

O financiamento mínimo nessa modalidade é de 50% do valor do curso, norma em vigor desde o segundo semestre de 2018. O limite máximo de financiamento é de R\$ 42.983,70 por semestre, o que equivale a uma mensalidade máxima de R\$ 7.163,95, equiparada a cursos como o de medicina.

Já a modalidade denominada “P-Fies” é destinada a estudantes de famílias com renda per capita de três a cinco salários mínimos. A taxa de juros varia de acordo com a instituição financeira contratada. Nesta opção, o limite de vagas é de até 450 mil. Em 2018, porém, o “P-Fies” teve apenas 0,34% das vagas preenchidas.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - PAINEL

Vai que é tua

O Ministério da Educação instituiu grupo de trabalho para elaborar sua política nacional de alfabetização, uma das metas para os 100 dias da pasta. O assunto vai demandar a criação de uma comissão formal.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://painel.blogfolha.uol.com.br/2019/02/10/ala-do-congresso-quer-incluir-punicao-a-abuso-de-autoridade-no-pacote-de-moro/>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO ABERTO

Entidades brigam na Justiça para decidir quem representa escolas particulares

A Justiça decidiu impedir a Fenep (federação das escolas particulares) de representar nacionalmente a categoria.

A determinação foi dada a pedido da Confenen (confederação dos estabelecimentos de ensino), que disputa com a federação o papel de representante patronal do setor.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/mercadoaberto/2019/02/jbs-pretende-questionar-a-cvm-no-supremo-para-anular-inqueritos.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - CIÊNCIA

Professores universitários são demitidos após denúncias de agressão sexual
Um dos docentes trabalhava na UFF e outros dois na Federal de Goiás; eles negam as acusações das alunas

São Paulo

Três professores de universidades federais brasileiras foram demitidos após denúncias de alunas por agressão sexual e longos processos administrativos dentro das instituições.

A Folha conversou com sete alunas que dizem ter sofrido assédio e preferiram não se identificar.

Rabelo também foi denunciado no Ministério Público Federal e na Delegacia Especializada da Mulher.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/ciencia/2019/02/professores-universitarios-sao-demitidos-apos-denuncias-de-agressao-sexual.shtml>

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - ILUSTRÍSSIMA

Obra infantil de Monteiro Lobato é tão racista quanto o autor, afirma autora
Historiadora revisita polêmica sobre racismo do escritor, cuja obra entra em domínio público

Lucilene Reginaldo

[RESUMO] Historiadora revisita a polêmica sobre o racismo nos livros infantis de Monteiro Lobato, a partir de leitura de texto do colunista Jorge Coli.

No último domingo (3/2), Jorge Coli publicou em sua coluna na Ilustríssima o texto intitulado “Viva Lobato!”. O artigo festeja a boa notícia de que as obras de Monteiro Lobato estão agora em domínio público.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2019/02/obra-infantil-de-monteiro-lobato-e-tao-racista-quanto-o-autor-afirma-autora.shtml>

topo ↕

DIÁRIO DO GRANDE ABC - SP - GERAL

Oncologia domina campo de pesquisas da FMABC

A qualidade de vida da costureira aposentada Aparecida Valverde Morales, 72 anos, estava comprometida pelas constantes crises de falta de ar e cansaço. Qualquer atividade, mesmo as que não exigiam muito esforço, já a deixavam cansada. Inicialmente, o quadro foi tratado como pneumonia, até que um mal estar intenso, em 2017, resultou em internação por vários dias. “Fizeram exames e identificaram muita água no pulmão”, lembrou a moradora do bairro Mauá, em São Caetano.

Sem um diagnóstico preciso no atendimento que vinha recebendo no convênio médico,

Aparecida pagou por consulta particular com especialista, que diagnosticou o câncer no pulmão. Por ser de um tipo não muito comum, a paciente foi encaminhada para um estudo no Hospital Sírio Libanês, na Capital. “Lembro que na época me preocupei com o dinheiro, mas não teve custo. Fizeram uma biópsia e enviaram o material para ser analisado na Alemanha. Quando retornou, viram que não era o perfil daquele estudo”, completou.

De volta ao atendimento do convênio, Aparecida foi orientada a procurar a FMABC (Faculdade de Medicina do ABC), que estava conduzindo pesquisa clínica nesta mesma área. “Há um ano estou fazendo o tratamento. Me sinto muito melhor, já não fico tão cansada e tenho sido muito bem tratada”, comemora.

Aparecida é uma das mais de 1.000 pessoas que fazem ou já fizeram parte de algum estudo do Cepho (Centro de Estudos e Pesquisas de Hematologia e Oncologia) da FMABC. “A área de oncologia é hoje a que recebe mais recursos e incentivos para desenvolvimento de novas drogas. Muitos dos medicamentos mais modernos que existem para câncer de mama, pulmão, linfomas, tiveram estudos conduzidos pela FMABC”, declarou o oncologista e diretor executivo do centro, Daniel Gomes Cubero. A área concentra o maior volume de estudos, atualmente, na instituição.

A pesquisa clínica é uma importante fase no desenvolvimento de novas drogas. “A medicina só evolui com estudos”, destacou o diretor médico do Centro de Pesquisa Clínica da FMABC, João Antonio Correa. A instituição é uma das principais referências nacionais para estes estudos e, atualmente, conta com mais de 70 protocolos em andamento, em diferentes áreas. Apenas no Cepho, que já existe há 22 anos, 50 estão em curso e 22 em fase regulatória. No Centro de Pesquisas Clínicas, nas áreas vascular (doença arterial periférica e úlcera venosa); dermatologia (psoríase, dermatite atópica, urticária, hidradenite); reumatologia (artrite reumatoide, lúpus, artrite psoriásica), entre outras, são 22 ativos e 32 em fase de regulação. Os pacientes que fazem parte dos estudos são atendidos nos ambulatórios da instituição.

Todo o processo de pesquisa inclui avaliações pelo comitê de ética da FMABC e também da Conep (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa). “Tudo é feito dentro do mais alto rigor. É avaliado se a pesquisa será segura para os pacientes, se não haverá risco, além de definir toda a cadeia de responsabilidades dentro do processo”, pontua Cubero. A fase regulatória só ocorre após a instituição aceitar participar da pesquisa (nos casos dos estudos patrocinados).

Além do Conep, a Anvisa (Agência Nacional de Vigilância Sanitária) acompanha todo o processo. “O Brasil é um dos países mais rígidos para se conduzir esses estudos. Aumenta a ansiedade dos pesquisadores, mas garante maior segurança aos pacientes”, afirma Correa.

Estudos aproximam academia e sociedade

Para o reitor da FMABC (Faculdade de Medicina do ABC), David Everson Uip, as pesquisas são uma das maneiras de se “quebrar os muros da universidade” e atrair ainda mais a população para perto da academia. “Pesquisa importante é aquela que tem resultados. E elas podem e devem ser incentivadas para estarem capilarizadas em todos os centros de conhecimento, desde as questões de atenção básica, como

desenvolvimentos de vacinas”, pontuou.

O oncologista e diretor executivo do Ceph-FMABC (Centro de Estudos e Pesquisas de Hematologia e Oncologia), Daniel Gomes Cubero explicou que existem basicamente dois tipos de pesquisas, as que surgem por ideias da própria instituição, perguntas que buscam ser esclarecidas por métodos científicos, e aquelas que são encomendadas pelos laboratórios farmacêuticos. “As nossas, a gente custeia, e o pesquisador sempre pode concorrer a recursos junto à instituições como a Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa no Estado de São Paulo) ou **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**”. Já as que são patrocinadas, todo o custo é de responsabilidade do laboratório”, completou.

Sobre os recursos existentes, a avaliação de Uip é que quanto maior for a relevância da pesquisa, maior será a possibilidade de se conseguir financiamento, considerando a oferta de recursos públicos. “Quanto mais qualificada for a pesquisa, maior as chances de dela ser viabilizada.”

© Knewin 2011-2019 Todos os direitos reservados

topo ↕

JORNAL GGN - TEMPO REAL

Das catacumbas de Chicago, uma política de exclusão social – a história cobrará seu preço

O Ministro Paulo Guedes acredita que o Estado não é necessário para amparar os excluídos da prosperidade

O Ministro Paulo Guedes acredita que o Estado não é necessário para amparar os excluídos da prosperidade, MAS ele estudou na Universidade de Chicago com uma bolsa da **CAPES**, portanto paga pela Estado brasileiro. Não é uma incoerência? É evidente, mas como procurar coerência em quem não tem a mínima noção de seu País? A visão dele é de mercado, ele é um homem de mercado e não de Estado, a partir do Plano Real a economia do Brasil é regida por “homens de mercado” e não por homens de Estado, com Paulo Guedes se chega a expressão máxima dessa anomalia.

A Escola de Economia de Chicago está HOJE absolutamente fora da corrente mais moderna do pensamento econômico nos Estados Unidos.

É uma doutrina que já estava fora da lógica econômica ANTES da crise financeira de 2008, mas a partir dessa catástrofe, salva pelo Estado, a escola de Chicago foi enterrada, ninguém mais a leva a sério suas cartilhas démodées, sua visão simplista de mundo que nem aos EUA serviu. Teve um fugidio ciclo de glória nos anos 70 e 80 nos governos Thatcher e Reagan com desdobramento nos porões do governo Pinochet no Chile mas mesmo no Chile o almanaque de Chicago foi arquivado com a queda humilhante do Ministro da Fazenda Sergio de Castro em 1982, um ícone de Chicago, episódio que aqui no Brasil os Chicago-boys jamais contam, o plano neoliberal da gestão Sergio de Castro, tão elogiado por quem não conhece a estória inteira, fez água, levou o Chile a uma mega crise financeira e política e uma completa troca da equipe econômica, o novo Ministro foi o General Enrique Montero, cuja política foi um reverso da anterior com o ápice numa crise cambial incontrolável, lembrando o que ocorreu com a gestão Gustavo Franco no BC do Brasil.

A escola de Chicago no Chile conduziu a economia chilena ao desastre, Pinochet trocou de política muito antes de cair, lá NÃO foi um sucesso.

Mas em Chicago uma curiosa recorrência aconteceu. Os alunos medíocres de Milton Friedman, muitos deles brasileiros, puseram na cabeça somente alguns capítulos de sua cartilha. Friedman era muito mais inteligente que seus alunos e ele tinha perfeita consciência das limitações da economia de mercado para organizar uma sociedade. Friedman foi um dos primeiros proponentes de um mecanismo de amparo social aos que não conseguem competir por limitações que são da própria natureza e não de culpa individual e para esses desafortunados Friedman defende o amparo do Estado, seu modelo é uma raiz da "bolsa família". Essa parte das aulas de Friedman os fanáticos da economia de mercado não aprenderam e não repercutem. Também não contam o final da vida de Friedman, que reviu muitas de suas lições em longas conversas com Alan Greenspan, que mostrou a Friedman a complexidade operacional da política monetária que ia muito além do que Friedman, um acadêmico puro, pensava.

A ESCOLA DE CHICAGO E O BRASIL

O país modelo para o qual deveria se projetar uma economia de mercado nos moldes de Chicago é os Estados Unidos. Os maiores pensadores da economia como ciência, de Keynes a Gunnar Myrdall tinham plena consciência de que uma política econômica não é universal, ele depende de circunstâncias de tempo e lugar. Nessa linha o grande Albert Hirschmann, que viveu quase 100 anos, tive o prazer de conhece-lo pessoalmente, critica o modelo de análises categóricas e fora da realidade social que é habito em muitos economistas, dai ser ele o mestre quando se trata da economia em situações de desequilíbrio, que é o caro de países não desenvolvidos, é a "teoria do possibilismo", daquilo que é possível e não daquilo que é ideal na cartilha.

Nessa linha as escolas (no sentido de linhas de pensamento econômico) da Costa Leste americana, as "salt water schools" como Yale, Harvard, MIT e Princeton (esta a escola de Hirschmann) sempre negaram a doutrina de Chicago, escolas mais sofisticadas porque viam o mundo fora do ambiente exclusivamente americano, típico do ambiente do meio Oeste, que foi o grande defeito desde sempre da escola de Chicago, localizada no coração dos EUA, para qual o mundo começa e acaba nos Grandes Lagos.

O drama de Chicago é o catecismo ser ensinado a provincianos de países marginais sem bagagem cultural antecedente, sem visão mais ampla de Historia, de historia politica e econômica e de historia do pensamento econômico, aprendem um credo nessa escola também limitada, Chicago não é Nova York ou Boston como centro de cultura e a partir dai, como aluno treinado na "lição de casa", o convertido quer aplicar o credo no seu Pais carente, que não tem nada a ver com o ambiente de negócios do meio oeste americano, nem tem a mesma sociedade, a mesma cultura popular, a mesma trajetória de Pais.

Como Paulo Guedes não tem obra publicada, muito ao contrario de um sofisticado intelectual como Roberto Campos, não se conhece sua visão de mundo e de Pais, apenas o "mercado" o conhece, o que é muito pouco para dirigir os destinos de um grande Pais.

A MAIS ALTA CONCENTRAÇÃO DE RENDA DO MUNDO

Em um país com 13 milhões de desempregados e na realidade 60 milhões de pessoas desocupadas, que repercutindo suas famílias chegam a 180 milhões de pobres ou de

baixa ou nenhuma renda, com 66 milhões de endividados com nome “sujo” no SERASA, aplicar a frio nesse ambiente um tipo política de Chicago é uma loucura a frio. Significa aumentar a pobreza quando a função de um governo é diminuir a pobreza e melhorar as condições de vida.

A concentração de renda no Brasil é mais perversa ainda porque se localiza não no setor produtivo e sim no setor improdutivo.

O que significam bilionários cuja origem de fortuna não tem um tomate, um parafuso, um barbante?

O que é uma QUALICORP, uma empresa vendida por mais de um bilhão cujo negocio é ser corretora de planos de saúde, nem sequer é um plano de saúde?

Essa mesma empresa pagou 150 milhões de Reais ao seu fundador, depois que ele vendeu a empresa, para que ele não abrisse uma outra concorrente.

Ou uma XP, vendida por 6 bilhões de Reais, não produz absolutamente nada a não ser horrendos anúncios com Luciano Huck, seu negocio é intermediar venda de fundos de investimento, tudo isso girando LIVRE DE IMPOSTOS, os acionistas de bancos receberam em 2018, 37 bilhões de Reais de dividendos sem pagar um centavo de imposto de renda e em cima dessa situação vamos melhorar ainda mais a vida dos que já são ricos, tirando o pouco que os pobres tem?

Essa é a essência da política desse Ministro de Chicago que pelo menos, louve-se, tem a franqueza de dizer o que pensa, quer acabar com toda a legislação trabalhista porque para ele é normal que o empregado negocie individualmente com o Banco Itaú seu salario e condições de trabalho, sem nenhuma garantia do Estado, é a “livre negociação de Chicago”, dá certo nos EUA, porque não dará certo no Brasil?

Nos EUA de hoje a erosão social é um fato político incontestável, está havendo um terremoto subterrâneo na política americana por causa das más condições de emprego e renda, o capitalismo financeiro está levando os EUA ao debacle, Trump é efeito desse mal estar e a ele se seguirão políticos em ascensão na contramão desse capitalismo destrutivo, não há desemprego mas há muito subemprego mal pago, os EUA são hoje um País doente econômica e politicamente, a crise domestica americana é visível a olho nu e estamos aqui copiando exatamente a lição errada da escola ultrapassada.

A CONTA DO AUMENTO DA EXCLUSÃO SOCIAL

O aumento da exclusão social por conta do projeto Paulo Guedes levará o país ao aumento de todas as distorções que já existem, começando na criminalidade, caminhando pela erosão na saúde publica, educação, situação ambiental, nada disso está no radar do Plano Paulo Guedes.

Um governo responsável trataria de uma política de inclusão social, com educação, emprego e melhoria dos serviços públicos. Absolutamente nada disso está no projeto Paulo Guedes, saudado como excelente pelo mercado e pela mídia, no entanto é um projeto DECLARADO de piora das condições de vida dos pobres com uma pífia, porque irreal, promessa de crescimento econômico que não virá porque a condição

desse crescimento é exatamente o inverso do que o plano Paulo Guedes persegue, é uma POLÍTICA DE INCLUSÃO SOCIAL, tal qual faz magistralmente a Índia e a China, fazer crescer a economia pela inclusão de mais pobres no mercado e isso através de POLÍTICAS DE ESTADO e não deixando por conta do mercado, que não tem essa função.

O resultado será mais ou menos tempo uma guerra civil de classes ou a erupção de movimentos confrontacionistas em um País dilacerado pela pobreza crescente e sem rota de saída para uma economia em decomposição.

topo ↕

FOLHA DE TOCATINS - TEMPO REAL

Cine Cultura promove sessão comentada do filme Vice, com 8 indicações ao Oscar 2019

A obra bibliográfica de Adam McKay, Vice, concorrente das categorias de Melhor Filme, Melhor Roteiro e Maquiagem, será o destaque da Sessão Comentada da Maratona do Oscar 2019, neste domingo, 10, às 14h30, com a presença e comentários do professor Gustavo Henrique Lima Ferreira, no Cine Cultura.

Com Christian Bale, na pele do personagem principal, o polêmico político republicano Dick Cheney, vice-presidente americano no governo de George W. Bush, entre 2001 e 2009, a longa conta ainda com Amy Adams como sua esposa Lynne Cheney; Steve Carell, que encarna o ex-secretário de defesa, Donald Rumsfeld; Sam Rockwell na pele de George W. Bush.

Criado nos mesmos moldes do aplaudido filme anterior de McKay, “A Grande Aposta”, de 2015, Vice, além de melhor filme, também concorrerá a outras sete categorias, incluindo melhor ator (Christian Bale), ator coadjuvante (Sam Rockwell) e Melhor Diretor e Edição.

Comentarista

O filme será comentado por Gustavo Henrique Lima Ferreira, professor do curso de Licenciatura em Teatro na Universidade Federal do Tocantins (UFT). Possui graduação em Artes Cênicas – Habilitação em Direção Teatral pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2010) e mestrado em Artes Cênicas pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte (2013). Fotógrafo amador, cantor e tocador de cuíca nas horas vagas, tem experiência na área de Artes, com ênfase em Direção Teatral e em investigações sobre os diálogos do teatro com outras artes, em especial o cinema.

“A maratona do Oscar proporciona um mergulho no melhor da produção cinematográfica mundial, abrindo também espaço para a reflexão através dos comentários e debates ao final dos filmes. De minha parte, é uma honra participar dessa troca que é fundamental para a formação de público e para a difusão da cultura aqui em Palmas” comentou Gustavo Henrique.

Adam McKay

Adam McKay é um ator, cineasta, comediante, produtor e roteirista americano, reconhecido por ser condecorado em diversas premiações, como Globo de Ouro e BAFTA Film Award. O cineasta lançou “Os Outros Caras”, a sequência da saga de Ron Burgundy, “Tudo Por um Furo”, produziu diversos filmes e, por fim, se uniu à toda poderosa Marvel como produtor e co-escrever “Homem Formiga”. Mas o grande

sucesso veio mesmo no ano de 2015. Partindo de uma adaptação do livro de “The Big Short”, livro de Michael Lewis que destrincha as causas e os efeitos da crise econômica de 2008 nos Estados Unidos e no Mundo, McKay escreveu e dirigiu “A Grande Aposta”.

Sinopse

Na juventude, Dick Cheney (Christian Bale) se aproximou do Partido Republicano ao ver na política uma grande oportunidade de ascender de vida. Para tanto, se aproxima de Donald Rumsfeld (Steve Carell) e logo se torna seu assessor direto. Com a renúncia do ex-presidente Richard Nixon, os poucos republicanos que não estavam associados ao governo ganham imediata importância e, com isso, tanto Cheney quanto Rumsfeld retornam à esfera de poder do partido. Décadas depois, com a decisão de George W. Bush (Sam Rockwell) em se lançar candidato à presidência, Cheney é cortejado para assumir o posto de vice-presidente. Ele aceita, mas com uma condição: que tenha amplos poderes dentro do governo, caso a chapa formada seja eleita.

Maratona do Oscar 2019

As Sessões Especiais fazem parte da Maratona do Oscar 2019, que exibirá mais de 12 filmes comentados. Estão confirmadas as participações dos seguintes comentaristas convidados pela Fundação Cultural de Palmas (FCP): Rafaela Lobato, (jornalista); Sérgio Ricardo Soares (professor do curso de Jornalismo da UFT); Paulo Kulsar (cientista social), Adriana Carvalho Capuchinho (professora do curso de Letras da UFT); Sonielson Luciano de Sousa (professor e jornalista); André Araújo (cineasta) e Matheus Falcão (professor e historiador).

topo ↕

THE WORLD NEWS - BRASIL - TEMPO REAL

Das catacumbas de Chicago, uma política de exclusão social – a história cobrará seu preço

O Ministro Paulo Guedes acredita que o Estado não é necessário para amparar os excluídos da prosperidade, MAS ele estudou na Universidade de Chicago com uma bolsa da **CAPES**, portanto paga pelo Estado brasileiro. Não é uma incoerência? É evidente, mas como procurar coerência em quem não tem a mínima noção de seu País? A visão dele é de mercado, ele é um homem de mercado e não de Estado, a partir do Plano Real a economia do Brasil é regida por “homens de mercado” e não por homens de Estado, com Paulo Guedes se chega a expressão máxima dessa anomalia.

A Escola de Economia de Chicago está HOJE absolutamente fora da corrente mais moderna do pensamento econômico nos Estados Unidos.

É uma doutrina que já estava fora da lógica econômica ANTES da crise financeira de 2008, mas a partir dessa catástrofe, salva pelo Estado, a escola de Chicago foi enterrada, ninguém mais a leva a sério suas cartilhas démodées, sua visão simplista de mundo que nem aos EUA serviu. Teve um fugidio ciclo de glória nos anos 70 e 80 nos governos Thatcher e Reagan com desdobramento nos porões do governo Pinochet no Chile mas mesmo no Chile o almanaque de Chicago foi arquivado com a queda humilhante do Ministro da Fazenda Sergio de Castro em 1982, um ícone de Chicago, episódio que aqui no Brasil os Chicago-boys jamais contam, o plano neoliberal da gestão Sergio de Castro, tão elogiado por quem não conhece a estória inteira, fez água, levou o Chile a uma mega crise financeira e política e uma completa troca da equipe econômica, o novo Ministro foi o General Enrique Montero, cuja política foi um reverso da anterior com o

ápice numa crise cambial incontrolável, lembrando o que ocorreu com a gestão Gustavo Franco no BC do Brasil.

A escola de Chicago no Chile conduziu a economia chilena ao desastre, Pinochet trocou de política muito antes de cair, lá NÃO foi um sucesso.

Mas em Chicago uma curiosa recorrência aconteceu. Os alunos medíocres de Milton Friedman, muitos deles brasileiros, puseram na cabeça somente alguns capítulos de sua cartilha. Friedman era muito mais inteligente que seus alunos e ele tinha perfeita consciência das limitações da economia de mercado para organizar uma sociedade. Friedman foi um dos primeiros proponentes de um mecanismo de amparo social aos que não conseguem competir por limitações que são da própria natureza e não de culpa individual e para esses desafortunados Friedman defende o amparo do Estado, seu modelo é uma raiz da "bolsa família". Essa parte das aulas de Friedman os fanáticos da economia de mercado não aprenderam e não repercutem. Também não contam o final da vida de Friedman, que reviu muitas de suas lições em longas conversas com Alan Greenspan, que mostrou a Friedman a complexidade operacional da política monetária que ia muito além do que Friedman, um acadêmico puro, pensava.

A ESCOLA DE CHICAGO E O BRASIL

O país modelo para o qual deveria se projetar uma economia de mercado nos moldes de Chicago é os Estados Unidos. Os maiores pensadores da economia como ciência, de Keynes a Gunnar Myrdall tinham plena consciência de que uma política econômica não é universal, ele depende de circunstâncias de tempo e lugar. Nessa linha o grande Albert Hirschmann, que viveu quase 100 anos, tive o prazer de conhece-lo pessoalmente, critica o modelo de análises categóricas e fora da realidade social que é habito em muitos economistas, dai ser ele o mestre quando se trata da economia em situações de desequilíbrio, que é o caro de países não desenvolvidos, é a "teoria do possibilismo", daquilo que é possível e não daquilo que é ideal na cartilha.

Nessa linha as escolas (no sentido de linhas de pensamento econômico) da Costa Leste americana, as "salt water schools" como Yale, Harvard, MIT e Princeton (esta a escola de Hirschmann) sempre negaram a doutrina de Chicago, escolas mais sofisticadas porque viam o mundo fora do ambiente exclusivamente americano, típico do ambiente do meio Oeste, que foi o grande defeito desde sempre da escola de Chicago, localizada no coração dos EUA, para qual o mundo começa e acaba nos Grandes Lagos.

O drama de Chicago é o catecismo ser ensinado a provincianos de países marginais sem bagagem cultural antecedente, sem visão mais ampla de Historia, de historia politica e econômica e de historia do pensamento econômico, aprendem um credo nessa escola também limitada, Chicago não é Nova York ou Boston como centro de cultura e a partir dai, como aluno treinado na "lição de casa", o convertido quer aplicar o credo no seu Pais carente, que não tem nada a ver com o ambiente de negócios do meio oeste americano, nem tem a mesma sociedade, a mesma cultura popular, a mesma trajetória de Pais.

Como Paulo Guedes não tem obra publicada, muito ao contrario de um sofisticado intelectual como Roberto Campos, não se conhece sua visão de mundo e de Pais, apenas o "mercado" o conhece, o que é muito pouco para dirigir os destinos de um grande Pais.

A MAIS ALTA CONCENTRAÇÃO DE RENDA DO MUNDO

Em um país com 13 milhões de desempregados e na realidade 60 milhões de pessoas desocupadas, que repercutindo suas famílias chegam a 180 milhões de pobres ou de baixa ou nenhuma renda, com 66 milhões de endividados com nome “sujo” no SERASA, aplicar a frio nesse ambiente um tipo política de Chicago é uma loucura a frio. Significa aumentar a pobreza quando a função de um governo é diminuir a pobreza e melhorar as condições de vida.

A concentração de renda no Brasil é mais perversa ainda porque se localiza não no setor produtivo e sim no setor improdutivo.

O que significam bilionários cuja origem de fortuna não tem um tomate, um parafuso, um barbante?

O que é uma QUALICORP, uma empresa vendida por mais de um bilhão cujo negocio é ser corretora de planos de saúde, nem sequer é um plano de saúde?

Essa mesma empresa pagou 150 milhões de Reais ao seu fundador, depois que ele vendeu a empresa, para que ele não abrisse uma outra concorrente.

Ou uma XP, vendida por 6 bilhões de Reais, não produz absolutamente nada a não ser horrendos anúncios com Luciano Huck, seu negocio é intermediar venda de fundos de investimento, tudo isso girando LIVRE DE IMPOSTOS, os acionistas de bancos receberam em 2018, 37 bilhões de Reais de dividendos sem pagar um centavo de imposto de renda e em cima dessa situação vamos melhorar ainda mais a vida dos que já são ricos, tirando o pouco que os pobres tem?

Essa é a essência da politica desse Ministro de Chicago que pelo menos, louve-se, tem a franqueza de dizer o que pensa, quer acabar com toda a legislação trabalhista porque para ele é normal que o empregado negocie individualmente com o Banco Itaú seu salario e condições de trabalho, sem nenhuma garantia do Estado, é a “livre negociação de Chicago”, dá certo nos EUA, porque não dará certo no Brasil?

Nos EUA de hoje a erosão social é um fato politico incontestável, está havendo um terremoto subterrâneo na politica americana por causa das más condições de emprego e renda, o capitalismo financeiro está levando os EUA ao debacle, Trump é efeito desse mal estar e a ele se seguirão políticos em ascensão na contramão desse capitalismo destrutivo, não há desemprego mas há muito subemprego mal pago, os EUA são hoje um Pais doente econômica e politicamente, a crise domestica americana é visível a olho nu e estamos aqui copiando exatamente a lição errada da escola ultrapassada.

A CONTA DO AUMENTO DA EXCLUSÃO SOCIAL

O aumento da exclusão social por conta do projeto Paulo Guedes levará o país ao aumento de todas as distorções que já existem, começando na criminalidade, caminhando pela erosão na saúde publica, educação, situação ambiental, nada disso está no radar do Plano Paulo Guedes.

Um governo responsável trataria de uma política de inclusão social, com educação, emprego e melhoria dos serviços públicos. Absolutamente nada disso está no projeto Paulo Guedes, saudado como excelente pelo mercado e pela mídia, no entanto é um projeto DECLARADO de piora das condições de vida dos pobres com uma pífia, porque irreal, promessa de crescimento econômico que não virá porque a condição desse crescimento é exatamente o inverso do que o plano Paulo Guedes persegue, é uma POLITICA DE INCLUSÃO SOCIAL, tal qual faz magistralmente a Índia e a China, fazer crescer a economia pela inclusão de mais pobres no mercado e isso através de POLITICAS DE ESTADO e não deixando por conta do mercado, que não tem essa função.

O resultado será mais ou menos tempo uma guerra civil de classes ou a erupção de movimentos confrontacionistas em um País dilacerado pela pobreza crescente e sem rota de saída para uma economia em decomposição.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Pesquisadoras brasileiras rifam iPhone para pagar viagem a congresso acadêmico nos EUA

Segundo a doutoranda Cecilia de Menezes, que concorre ao prêmio de melhor trabalho em evento internacional no Arizona, a combinação entre dólar alto e falta de financiamento à pesquisa fez com que ela e outras três pesquisadoras pedissem dinheiro pela internet.

A pesquisadora fluminense Cecilia de Menezes, de 32 anos, foi selecionada para apresentar sua pesquisa inédita sobre o armazenamento seguro de rejeitos radioativos em um congresso nos Estados Unidos no início de março. Seu trabalho concorre ao prêmio de melhor projeto inscrito no WM Symposia, que começa no mês que vem em Phoenix, no Arizona. Mas, sem dinheiro suficiente para pagar pelas passagens aéreas nem ajuda de custo das agências de fomento, ela e três colegas também selecionadas decidiram rifar um iPhone 7 novo para pagar pela viagem.

O sorteio do telefone será realizado no próximo sábado (16) e cada número da rifa custa R\$ 25. Ao G1, a pesquisadora de Niterói (RJ) explicou que já vendeu cerca de 300 números, mas a ideia original, de vender 700 cotas para custear a viagem dela e de outras três pesquisadoras brasileiras, já foi parcialmente abandonada.

"Somos quatro brasileiras tentando ir. Duas delas já desistiram por conta do alto preço das passagens. Eu ainda não desisti", afirmou Cecilia de Menezes, que tem apenas 20 dias para conseguir os recursos e garantir a passagem.

As duas que acabaram desistindo são Ana Paula Tessaro e Natalie Rolindo. Elas já participaram do evento acadêmico em 2018 e, por isso, cederam sua parte da rifa para aumentar as chances de Cecilia e Naomi Watanabe, a quarta pesquisadora do grupo, conseguirem os cerca de R\$ 6 mil de que cada uma precisa para a viagem, e poderem expor seu trabalho no evento internacional.

Para divulgar a rifa, elas criaram um folheto virtual com os números de WhatsApp nos quais organizam o pagamento em dinheiro, depósito ou pelo aplicativo picpay, no nome de ceciliamadeira. "Com R\$ 25 você compra uma rifa, concorre a um iPhone 7 e ajuda no reconhecimento da ciência brasileira", escreveram elas (veja abaixo).

Pesquisa para salvar vidas

Além de garantir uma vaga entre os melhores trabalhos inscritos no WM Symposia, a relevância do projeto de pesquisa de mestrado desenvolvido por Cecília Ihe abriu a oportunidade, ainda em estudo, de saltar direto para o doutorado do Instituto de Pesquisas Energéticas e Nucleares (Ipen), em São Paulo.

Com duas graduações – em relações internacionais pelo Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (Iuperj) e gestão ambiental pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) –, a pesquisadora decidiu unir as duas áreas para investigar e propor maneiras de, a longo prazo, garantir o armazenamento seguro de rejeitos radioativos não só no Brasil, mas em toda a América Latina.

Sem poder entrar em detalhes sobre sua pesquisa, que até o mês que vem se mantém inédita, ela explica que os rejeitos radioativos não são muito diferentes dos das barragens de rejeitos minerais em Mariana e Brumadinho. Mas, se o rompimento dessas duas barragens já foi capaz de provocar estragos ambientais e sociais até certo ponto irreversíveis, um acidente envolvendo material radioativo pode provocar uma devastação em escala ainda maior.

"Imagina se aquele rejeito mineral fosse todo rejeito radioativo? Iria ser catastrófico pra todo o país", explica ela, afirmando que, hoje, o continente latino-americano não tem um espaço seguro para depositar esse material.

Rejeitos radioativos no Brasil

Em 1987, o Brasil foi vítima de um desastre desse tipo em Goiânia após dois catadores de recicláveis acharem um aparelho de radioterapia descartado de forma inadequada por uma clínica de radiologia, desmontarem o equipamento e vendê-lo a um ferro velho. O contato da população local com o Césio 137 que estava nele deixou quatro mortos e 249 contaminados.

Até hoje, mais de 31 anos depois, o governo local paga pensões especiais às vítimas do acidente que, no âmbito radioativo, foi o segundo pior da história mundial, perdendo apenas para o de Chernobyl, na Ucrânia.

Atualmente, Cecília diz que o material radioativo recolhido após essa tragédia está armazenado em Abadia de Goiás.

Além disso, outros tipos de rejeitos radioativos são produzidos diariamente por diversos setores da sociedade, como nos hospitais, durante tratamento de câncer e aplicação de exames, e na indústria alimentícia, no processo de envasar bebidas em latas de alumínio. No passado, a pesquisadora diz que os para-raios instalados no topo de edifícios no Brasil também continham o material. Cecília explica que os hospitais e clínicas são responsáveis pelo armazenamento de seus rejeitos, mas que a maior parte do resto do material produzido é encaminhado ao Ipen, onde ela faz sua pesquisa.

A cada dia o Ipen vê aumentar o acúmulo desse material contaminante, mas até hoje não existe um local seguro onde ele possa permanecer sem que se torne um perigo nas próximas décadas ou séculos.

"Meu estudo é sobre um repositório definitivo para rejeitos radioativos, de modo que

eles fiquem em perfeito condicionamento, sem prejudicar a população hoje e no futuro. Hoje, não temos local apropriado pra muitos tipos de rejeitos radioativos e esse problema não pode ser negligenciado."

Ela afirma que o controle da segurança desse repositório deve ser feito em nível institucional. "Eu estudo a estabilidade institucional a longo prazo, pois não temos a garantia de que nenhuma instituição brasileira consiga se manter estável por séculos, vide nossas turbulências políticas e econômicas. E qualquer instabilidade da instituição responsável por essa segurança poria em risco a sociedade."

Financiamento pela internet

Quando descobriram que seus trabalhos haviam sido selecionados para o evento nos Estados Unidos, Cecilia e as três colegas do Ipen foram atrás da viabilização da viagem. Com o dólar alto e as datas do evento coincidindo com o Carnaval no Brasil, a pesquisadora afirmou que, somando as passagens aéreas até Phoenix e o valor que elas devem carregar em dólares para que possam ter a entrada liberada nos Estados Unidos, cada uma precisa desembolsar cerca de R\$ 6 mil. "Um aluno de mestrado no Ipen recebe bolsa de R\$ 1.500. Porém, nem bolsa de pesquisa eu estou recebendo", afirmou a candidata ao doutorado direto.

Após uma tentativa frustrada de pedir ajuda de custo junto ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), e de pedidos negados pelas companhias aéreas de desconto na passagem, Naomi, que havia comprado um iPhone novo e sem uso, teve a ideia de rifá-lo para arrecadar o dinheiro, e as demais toparam a empreitada de divulgar a campanha.

Até este sábado (9), a 20 dias da viagem, Cecilia diz que as vendas da rifa já foram suficientes para cobrir o custo do telefone e cerca de R\$ 5 mil dos R\$ 24 mil necessários para a participação das quatro brasileiras. Ana Paula e Natalie, então, desistiram da ideia de ir até o Arizona para que as outras tivessem maior chance de conseguir o custeio.

"Nunca imaginei que eu teria que pedir dinheiro pela internet pra conseguir representar o Brasil em um congresso desse porte", lamentou ela ao G1. "O Brasil tem essa cultura de não valorizar a ciência e a pesquisa, mas é daí que saem as melhores soluções pro dia-a-dia, às vezes soluções que podem salvar vidas."

"É um congresso importante, como se fosse uma vitrine pro mundo, pra que possamos mostrar o que o Brasil tem visto e estudado a respeito da tecnologia nuclear. Está todo mundo de olho nisso, a gente não pode ficar pra trás", defendeu Cecilia. "Meu objetivo é apresentar meu trabalho e conseguir financiamento, apoiadores, cientistas do mundo irão demonstrar interesse. Mas, pra isso, eu preciso estar lá."

topo ↕

PORTAL EXAME - TEMPO REAL

Dodge quer que R\$ 1,9 mi de delator da Odebrecht seja destinado ao MEC

Valor tem origem em acordo de delação premiada firmado em 2017 por executivos da empreiteira na operação Lava Jato

São Paulo – A procuradora-geral, Raquel Dodge, pediu ao Supremo, nesta sexta-feira, 8, que a multa no valor de R\$ 1,9 milhão depositada por um delator da Odebrecht em conta judicial seja destinada integralmente ao Ministério da Educação.

O valor tem origem em acordo de delação premiada firmado em 2017, no âmbito das investigações da Operação Lava Jato, por executivos da empreiteira.

As informações foram divulgadas pela Secretaria de Comunicação Social da Procuradoria.

Raquel pede que os recursos sejam transferidos para ações de Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica; de Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica e de Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica – Caminho da Escola.

No documento, a procuradora destaca que ‘acordos de colaboração premiada visam a “reparação dos danos sofridos pelas vítimas e pela coletividade, sujeitos passivos mediatos e imediatos”’.

Segundo ela, ‘é nesse contexto que, no momento da destinação da multa, aplica-se dispositivo do Código Penal que prioriza o direito da vítima em relação ao da União’.

Raquel assinala que a multa tem o propósito não apenas de indenizar a vítima, ‘mas também de reparar e minimizar os prejuízos causados pelos ilícitos praticados e os danos acarretados à ordem econômica, à administração pública e à moralidade administrativa’.

“Considerando o interesse público em formar cidadãos de modo a contribuir para uma sociedade que valorize a honestidade e seja mais justa, inclusive, e solidária, repudiando toda forma de corrupção de verbas públicas, parece também oportuno o encaminhamento dos valores para ações orçamentárias do Ministério da Educação”, argumenta Raquel Dodge.

CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA

Fies oferece 550 mil contratos

Estão abertas as inscrições ao programa de Financiamento Estudantil (Fies) para jovens que queiram obter empréstimos para custear mensalidades de instituições privadas de ensino superior. O prazo começou na última quinta-feira e vai até o próximo dia 14, por meio do site do Ministério da Educação (MEC). No total, o programa oferece 550 mil vagas. Os candidatos devem ficar atentos contudo, para as regras, que estão mais restritivas.

Desde o ano passado, com o objetivo de reduzir a inadimplência, que chega a quase 50% dos contratos, o governo mudou as normas para obtenção do empréstimo. A carência de 18 meses, por exemplo, foi reduzida. Assim, o estudante que contratar o financiamento deve iniciar o pagamento logo no mês subsequente ao fim da graduação, contanto que esteja empregado. As parcelas de pagamento serão descontadas diretamente do salário. O prazo de pagamento vai até 14 anos.

O resultado prévio da primeira chamada será em 25 de fevereiro. Para obter o crédito, os estudantes devem ter participado do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), obtendo nota média 450, no mínimo, além de não terem zerado a redação.

Criado em 2001, pelo MEC, o Fies já passou por várias alterações no modelo de financiamento. O programa, que teve forte adesão durante os anos iniciais do governo da ex-presidente Dilma Rousseff, perdeu força à medida que crescia a inadimplência dos beneficiários. Atualmente, a previsão é de que, até 2021, sejam ofertados 100 mil

contratos por ano.

Assim como em 2018, o Fies, em 2019, terá duas opções. Segundo o MEC, serão oferecidas 100 mil vagas na primeira modalidade, o “Fies”, que abarca alunos com renda per capita familiar mensal de até três salários mínimos, modelo no qual a taxa de juros é zero.

O financiamento mínimo nessa modalidade é de 50% do valor do curso, norma em vigor desde o segundo semestre de 2018. O limite máximo de financiamento é de R\$ 42.983,70 por semestre, o que equivale a uma mensalidade máxima de R\$ 7.163,95, equiparada a cursos como o de medicina.

Já a modalidade denominada “P-Fies” é destinada a estudantes de famílias com renda per capita de três a cinco salários mínimos. A taxa de juros varia de acordo com a instituição financeira contratada. Nesta opção, o limite de vagas é de até 450 mil. Em 2018, porém, o “P-Fies” teve apenas 0,34% das vagas preenchidas.

topo ↕

CORREIO BRAZILIENSE - DF - OPINIÃO

Jovens - Estudem mais, o país precisa!

Muitos jovens sonham em chegar à universidade: basta olhar o número de inscritos a cada ano no Exame Nacional do ensino médio (Enem). Para alguns, isso representa um sonho de criança, moldado algumas vezes pelo desejo dos próprios pais. Para outros, porque esse é o caminho mais seguro para ter, no futuro, um status social mais elevado. Seja qual for a razão, chegar à universidade faz parte do projeto de vida da larga maioria dos jovens brasileiros.

Impulsionados por esse sonho, colocamos a seguinte questão: vale mesmo a pena ter um diploma de ensino superior? Um dos pesquisadores que melhor responde a essa questão é o professor Marcelo Neri, da Fundação Getúlio Vargas (FGV) do Rio de Janeiro, usando dados do Programa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad) do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Segundo ele, cada ano a mais de escolaridade representa, em média, 11% a mais na renda de uma pessoa!

Sabemos que ter um diploma de nível superior não é garantia de emprego, mas coloca o trabalhador em vantagem salarial cada vez maior. Ainda segundo Marcelo Neri, um trabalhador com Ensino Superior completo recebe, em média, 5,7 vezes o rendimento de um brasileiro com até um ano de estudo. E mais: o ensino superior é uma oportunidade para reduzir as desigualdades em nosso país. Por exemplo, o salário de quem tem curso superior e pais sem instrução é de R\$ 2.603,00. Quando os pais têm curso superior, a renda sobe para R\$ 6.739,00. “O retorno da educação que você vai conquistar será tão maior quanto maior for a educação dos pais, por causa da bagagem familiar, das conexões e da qualidade da educação”, afirma Neri. A primeira conclusão que tiramos é: quanto mais você estuda, maiores as chances de ter uma renda maior e menores as de perpetuar a desigualdade!

Arelada a essa questão vem outra: há uma relação entre mais anos de estudo e a produtividade média de um trabalhador? Quem responde bem a essa questão é Ricardo Paes de Barros, economista-chefe do Instituto Ayrton Senna e professor no Insper, quando mostra que, em países em que os estudantes têm um ano a mais de escolaridade, a produtividade média do trabalho é 25% maior. E mais, esse impacto é tanto maior

quanto melhor a qualidade da educação.

Uma comparação simples da produtividade do trabalhador brasileiro com a do americano e do argentino revela que são precisos cinco trabalhadores brasileiros para fazer o que faz um americano, e três brasileiros para o que faz um argentino. E grande parte dessa proporção pode ser explicada pela qualidade do nível educacional. Mais uma conclusão: o impacto de um ano a mais de escolaridade na produtividade média do trabalhador depende do país onde isso ocorre, em função da qualidade da educação oferecida. Em outras palavras, um país com mais e melhor educação produz mais.

Vale também registrar, olhando gráficos de produtividade média do trabalhador versus anos de escolaridade de diversos países, que é a partir do ensino médio que o impacto na produtividade é ainda mais relevante! Isso nos leva, naturalmente, à pergunta seguinte: e como anda nosso ensino médio? A resposta é simples: muito ruim, infelizmente. Apesar de o problema começar lá na alfabetização, o tamanho do desastre educacional brasileiro, em termos de qualidade, atinge o ápice no ensino médio. De cada 100 jovens que concluem esta última etapa da educação básica, apenas sete aprendem o que seria esperado em matemática; em língua portuguesa, esse número sobe para 28, resultado nada relevante. Por ano, aproximadamente 550 mil jovens abandonam o ensino médio, o que representa, só em custo educacional — não estou levando aqui em conta o custo social —, algo da ordem de 3,5 bilhões de reais.

A baixa qualidade da educação básica é um dos principais fatores do baixo percentual de jovens, na faixa etária de 18 a 24 anos, no ensino superior — hoje estimado em 19%. A meta para 2024, em conformidade com o Plano Nacional de Educação (PNE), é chegar a 33%. Seja pela queda do financiamento público em educação superior por meio do Fies, seja por essa baixa qualidade, não vamos alcançar essa meta — que, diga-se de passagem, era a prevista no PNE que se encerrou em 2010. Essa meta foi jogada para 2024, e, mesmo assim, vamos fracassar mais uma vez.

Conclusão geral: é preciso que nossos jovens estudem mais e que tenham uma educação com significado. Isso vai ter um impacto relevante na produtividade e, por conseguinte, em nosso Produto Interno Bruto (PIB), que por sua vez reverterá diretamente nos níveis de investimento na educação, reduzindo as desigualdades e efetivando o sonho da maioria desses jovens: ter um curso superior.

*Este artigo foi inspirado em palestra dada no Centro Universitário UDF/Brasília quando da inauguração do Auditório Professor Hermes Ferreira Figueiredo, em 1º de fevereiro de 2019.

topo ↕

FOLHA DE S. PAULO - SP - MERCADO

Não realizar prejuízo é falácia que vale para ações ou casamento infeliz

Não se deve se prender a algo que não tem futuro, não importa o quanto foi investido

A atualidade de muitas de suas ideias, rejeitadas na época, espanta: conservação de florestas, investimentos em portos e estradas, despoluição das baías de Sepetiba e da Guanabara, liberdade de comércio internacional, limitação dos privilégios às empresas nacionais e luta por educação básica universal de qualidade.

Leia a matéria na íntegra acessando o link:

<https://www1.folha.uol.com.br/colunas/rodrigo-zeidan/2019/02/nao-realizar-prejuizo-e-falacia-que-vale-para-aco-es-ou-casamento-infeliz.shtml>

topo ↕

ISTOÉ - SP - BRASIL CONFIDENCIAL

Sem livros

A diretora-executiva da Câmara Brasileira do Livro, Fernanda Gomes Garcia, está preocupada com o fato de o Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) não ter concluído a compra dos livros didáticos do processo do ano passado. São mais de 10 milhões de livros que deveriam já ter sido entregues às escolas públicas. Corre-se o risco de a compra acabar não sendo concluída. Fernanda enviou uma nota aos associados da Câmara informando que esteve no FNDE para saber da situação. Ela diz ter verificado que as equipes que cuidam do processo são muito enxutas e que há confusão com a mudança de governo. “Ficou claro que não existe qualquer intenção de suspender a compra”, pondera ela na nota.

Crédito suplementar

Mas questões burocráticas terão que ser superadas pelo atraso. Como os contratos não foram firmados, não será possível usar o recurso disponível em 2018 agora. O FNDE, explica Fernanda, terá que obter junto ao Ministério da Educação a aprovação de um crédito suplementar.

Brumadinho

O Instituto Paraná Pesquisas realizou um levantamento sobre a percepção da sociedade com relação ao rompimento da barragem da Vale em Brumadinho, que resultou na morte de mais de uma centena de pessoas. Para 63,4% dos entrevistados, a Vale é a responsável pelo ocorrido. E 52,6% consideram que os executivos da companhia deveriam ser presos.

topo ↕

DIÁRIO DA AMAZÔNIA - RO - GERAL

Como assim?

Os vídeos teriam sido proibidos pelo MEC por conter supostas abordagens consideradas de ideologia de esquerda, na visão do ministro. Calero tem ganhado apoio de mestres universitários e de várias entidades no questionamento.

topo ↕

EXTRA - RJ - GANHE MAIS

Cursos online e gratuito de Educação Financeira

O núcleo de Educação à distância (EAD) da TV Escola, do Ministério da Educação, está oferecendo curso completo de Educação Financeira especialmente para professores e educadores. O curso é gratuito, 100% online e tem carga horária de 50 horas. O prazo para conclusão é de até 4 meses. Em parceria com a Associação de Educação Financeira (AEF), o curso tem quatro módulos temáticos. O acesso ao conteúdo pode ser realizado pela plataforma <http://ead.vidae-dinheiro.gov.br/>. Neste link, o usuário também encontra informações sobre a certificação.

topo ↕

FOLHA DE LONDRINA - PR - GERAL

A língua dos sinais em evidência

Professor da UFSC comenta avanços nos direitos dos surdos e problemas no ensino especializado
EDUCAÇÃO

André Ribeiro Reichert percorre escolas bilíngues de todo o País em mapeamento para o Ministério da Educação

O discurso da primeira-dama Michele Bolsonaro, na posse do marido, o presidente da República Jair Bolsonaro, colocou em destaque a língua de sinais e a importância de se avançar nas políticas públicas voltadas aos surdos. André Ribeiro Reichert, professor da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina), que se "descobriu" surdo na pré-adolescência, comemora a projeção, mas pondera que histórico de lutas não pode ser esquecido.

Reichert coordena uma equipe nomeada pelo Ministério da Educação que faz o mapeamento das escolas bilíngues de todo o País. O acordo de cooperação técnica prevê a elaboração de estratégias de implementação e fiscalização da educação bilíngue. Ele destaca os avanços obtidos nas últimas décadas, mas expõe um longo caminho a ser percorrido. Confira a entrevista.

Como você se "descobriu" surdo e como lidou com isso?

Me descobri surdo quando estava já na pré-adolescência, em uma escola bilíngue para surdos. Foi neste espaço que eu pude olhar para mim mesmo como um sujeito cultural e aprender a minha língua, a língua de sinais. "Lidar" com essa descoberta significou uma mudança determinante para o meu sucesso enquanto aluno, cidadão, e como pessoa. Tratou-se, para mim, de um ambiente em que eu pude ter o exemplo de outros surdos, aprender com eles e me tornar também um modelo, como participante de uma comunidade linguística. A escola de ouvintes, que cheguei a frequentar sendo eu o único surdo em uma sala de aula, não havia me dado essa oportunidade. A escola bilíngue de surdos é que foi a responsável por oportunizar que eu me visse enquanto diferente e aí poder valorizar o que eu sou e o que os outros são.

Acredita que tivemos avanços no combate ao preconceito nas últimas décadas?

Sim, muitos. A legislação que trata da língua de sinais e as políticas implementadas, principalmente nas últimas duas décadas, são provas de que avançamos. As famílias e as escolas também vêm se envolvendo num processo de integração do surdo na sociedade. Porém, a mudança principal ainda está sendo construída, que é a mudança subjetiva em relação ao significado de ser surdo e a valorização daquilo que há de positivo e belo na cultura surda. Em geral, o entendimento é de que o surdo tem uma deficiência que deve ser compensada com a reabilitação auditiva e uso de próteses e implantes cocleares. E isso ocorre mesmo depois de muitos anos de luta política dos surdos em favor da língua de sinais e da possibilidade de um olhar cultural sobre esses sujeitos. O risco é também a glamourização da língua de sinais e consequente visão romantizada da surdez. Devemos avançar em relação a esses discursos. A partir do subjetivo, partir, então para o social, abrangendo as várias comunidades.

Como você avalia o paralelo entre surdez e educação hoje no País?

A educação de surdos apresenta um panorama preocupante. Primeiro, porque a educação básica do Brasil é problemática, apresentando índices nada positivos e é ainda um desafio no sentido de valorizar o professor, os espaços escolares e não-escolares, e, fundamentalmente, produzir nas pessoas o imaginário de que a educação é um processo

vital para a nossa civilização. Talvez seja por essa falta de valorização da Educação como um todo é que ainda há pouco cuidado em relação aos processos implicados em projetos educacionais e em políticas públicas que envolvam a escolarização. Digo isso em função das políticas de Educação Inclusiva, que são o trend das últimas décadas. Pouco se analisou as especificidades dos surdos quando da criação e implementação de políticas inclusivas. Então, questões como a aquisição de língua em um ambiente de usuários adultos da língua de sinais foram preteridas em favor de uma política que simplesmente visava a convivência entre surdos e ouvintes. Concordo que os surdos devem conviver, e obviamente convivem, com ouvintes, com pessoas de diversos grupos sociais e culturais. Mas o que deve ser priorizado? O principal é que o surdo adquira sua língua, em um ambiente apropriado, torne-se fluente em língua de sinais, e, então, possa aprender a língua portuguesa. Outro problema é a confusão entre políticas educacionais e de saúde. Quando se fala em protetização, tudo parece fluir nas políticas. Quando o assunto é formação de professores habilitados ao ensino de Libras, as coisas são bem diferentes. Precisamos de formação para atuação em escolas bilíngues, em que a língua de comunicação entre todos os alunos, professores e funcionários seja a Libras. A educação de surdos depende dessa concepção para que os alunos tenham uma língua adquirida já na primeira infância, e, conseqüentemente, acesso pleno aos direitos educacionais, ao direito à uma educação de qualidade.

A língua de sinais ganhou holofote com o discurso da primeira-dama na posse de Jair Bolsonaro. Isso pode ser um sinal de fortalecimento das políticas públicas nesse sentido?

Penso que o discurso da primeira-dama foi sim, para a língua de sinais, uma projeção. Mas é preciso ter cuidado para não deixarmos à sombra todo o histórico de lutas das pessoas surdas no Brasil. A Feneis (Federação Nacional de Educação e Integração dos Surdos), da qual sou diretor de Políticas Educacionais, há décadas vem trabalhando no sentido de buscar a valorização social da pessoa surda, há também os pesquisadores surdos e ouvintes de várias universidades no País, professores de escolas, intérpretes de língua de sinais, enfim, são muitos atores que dedicaram vidas inteiras à causa. O que esperamos é que haja avanços, valorização da formação de professores, da pesquisa acadêmica, etc. A Libras deve ser entendida como um bem cultural da nação, por isso, esperamos poder comemorar avanços, mas que sejam avanços que contemplem os surdos e outros grupos sociais, dos quais os surdos também participam, como negros, indígenas, pessoas LGBTQ, etc. Penso que quando assumimos uma interpretação cultural da surdez, o mais lógico é que sejamos sensíveis a todas as diferenças, não apenas à diferença surda.

Comente um pouco sobre sua trajetória profissional e seu trabalho de cooperação técnica de levantamento em escolas bilíngues de todo Brasil

Durante a maior parte da minha trajetória eu atuei como professor de Libras e líder na comunidade surda. Ensinei essa língua para pessoas ouvintes em universidades e tive a oportunidade de ensinar crianças e jovens surdos em uma escola bilíngue de Porto Alegre. Atualmente sou professor da UFSC (Universidade Federal de Santa Catarina) e, paulatina e voluntariamente, diretor nacional de políticas educacionais e linguísticas da Feneis, e foi nessa condição que fui convidado pelo ex-ministro da Educação Rossieli Soares a assumir, por um ano, a cooperação técnica para elaborar as estratégias de implementação e fiscalização da educação bilíngue dos surdos brasileiros. Quanto às

escolas bilíngues, o que se tem percebido são problemas decorrentes da falta de políticas linguísticas voltadas para as pessoas surdas. É preciso primeiramente entender a Libras como língua e não como recurso didático. A Libras deve fazer parte de todos os aspectos da vida dos surdos, para isso é preciso que bebês surdos sejam expostos à essa língua, que todos os veículos midiáticos tenham acessibilidade, enfim, para que o surdo se torne bilíngue, ou seja, para que saiba a Libras e consiga ler e escrever textos em português, ele precisa de muito mais do que uma escola que seja bilíngue. A família deve se envolver nesse processo, o surdo precisa ver a sua língua em muitos espaços, ter isso como natural e constante em seu cotidiano. Se percebemos que mesmo muitos dos professores de surdos não sabem a língua de sinais, ou sabem apenas os rudimentos, insuficientes para um trabalho pedagógico efetivo, é por conta dessa falta de entendimento da Libras como um sistema linguístico que abrange todas as dimensões da vida.

Para finalizar, quais são suas expectativas para as próximas décadas. O quanto precisamos evoluir para solidificar a inclusão?

Primeiro, é preciso entender o que é inclusão, há que se redefinir essa ideia levando em conta aquilo que os surdos já vêm alertando há muitos anos. Inclusão significa, entre outras coisas, promover a autonomia das pessoas, a mobilidade nos espaços sociais, acesso aos bens culturais, etc. Inclusão não se trata exclusivamente do convívio em um mesmo espaço. Para os surdos, isso só será alcançado quando se compreender que a escola bilíngue proporciona aquisição de uma primeira língua, a Libras, e isso possibilita o sucesso acadêmico. Para as próximas décadas, espero que os ouvintes percebam a riqueza e o valor da língua de sinais e a vejam como um artefato cultural da humanidade, que deve ser preservado, explorado, divulgado e que os surdos não podem ser reduzidos à sua condição auditiva. Inclusão social não é o mesmo que inclusão educacional. São propostas diferentes que não atendem aos surdos. Por exemplo, a inclusão social é uma das bandeiras que os surdos levantam nas suas lutas, nos seus movimentos, pois vivemos numa comunidade (surda) dentro de uma outra comunidade maior (surdos, ouvintes, índios, negros, mas, majoritariamente, ouvintes), assim, saber uma das línguas reconhecidas no Brasil favorece a inclusão do sujeito que a usa e enriquece culturalmente a sociedade. A inclusão educacional diz respeito a pessoas com deficiências que precisam ser incluídas num espaço, mas que partilham de uma mesma língua e, talvez, cultura. Surdos são uma comunidade linguística e cultural, logo, a inclusão educacional que tanto pregaram os governos anteriores, não os atende. De forma alguma. Pelo contrário, infringe todos seus direitos linguísticos, culturais e educacionais.

topo ↕

GAZETA DE ALAGOAS - AL - INTEGRAÇÃO MELHORIA NA EDUCAÇÃO

Os prefeitos pretendem formalizar aos integrantes do novo governo federal propostas para algumas mudanças na área da Educação, com a finalidade de adequar as realidades dos municípios. Uma reunião foi realizada no final de janeiro entre o novo ministro da Educação, o colombiano Ricardo Vélez, e o presidente da Confederação Nacional dos Municípios (CNM), Glademir Aroldi.

Na oportunidade, o líder municipalista destacou a importância de pautas como a alteração do critério de reajuste anual do piso nacional do magistério; a transformação do Fundeb em mecanismo permanente para o financiamento da educação básica pública

brasileira; a definição em lei de reajustes anuais para os valores das políticas nacionais de Alimentação Escolar (PNAE) e de Transporte Escolar (PNATE). Também figuram entre as prioridades dos municípios: a regulação por lei complementar das normas de cooperação da oferta da educação, com aperfeiçoamento do Sistema Nacional de Educação; solução para as obras inacabadas e paralisadas do ProInfância e mais recursos federais para manutenção das creches por meio do Programa Brasil Carinhoso.

Os municípios são responsáveis pela oferta da educação infantil, e a maioria das matrículas nos anos iniciais do ensino fundamental encontra-se nas redes municipais. Nesse sentido, Aroldi também solicitou ao ministro Vélez que a CNM seja ouvida e possa participar da definição das políticas do Ministério da Educação (MEC) em relação à alfabetização e educação infantil, especialmente em relação às creches.

topo ↕

CBN - TEMPO REAL

Em cinco anos, Brasil investe 5% do investido pela União Europeia em pesquisas sobre envelhecimento

Entre 2014 e 2018, o investimento das agências públicas Capes, CNPq e Fapesp para isso foi de R\$ 448 milhões. Tudo isso de olho em 2047, quando o número de mortes vai ultrapassar o número de nascimentos. No futuro seremos menos, mas viveremos mais.

"A vida tem sons que pra gente ouvir / Precisa entender que um amor de verdade / É feito canção, qualquer coisa assim / Que tem seu começo, seu meio e seu fim", diz a canção do Roupas Nova.

Início, meio e fim. Assim é a vida. Mas a verdade é que cada vez mais, o fim é menos breve.

A sessão de musicoterapia no 4º andar do hospital Oswaldo Cruz é oferecida para pacientes e acompanhantes. A programação ainda tem aromaterapia, reflexologia e yoga. Essa foi uma das ideias do hospital para se adaptar ao fato de que além de 60% dos pacientes serem idosos, eles também passaram a receber acompanhantes mais velhos, com suas próprias limitações e até oferecem dietas específicas.

O hospital privado paulistano é referência em envelhecimento e fez parcerias pra ajudar outros 40 hospitais públicos de 9 estados brasileiros. A longevidade é um dos pilares disso.

Além da ala para acompanhantes, o hospital também fez adaptações nos quartos e corredores, treina funcionários e criou um manual de independência pós-alta para o público com idade mais avançada.

A Fátima Gerolin é superintendente assistencial do hospital e responde: com tudo isso, essas pesquisas e parcerias, o Brasil vai estar preparado para o aumento exponencial de quem tem mais de 60 anos?

"Isso eu não posso garantir (risos). Acho que tem uma grande chance. Gosto de pensar inclusive positivamente. Mas acho que existe uma grande possibilidade, porque existe de uma certa forma uma troca grande entre o hospital público e privado", aposta ela.

Pra poder entender quanto de fato as principais agências de pesquisa brasileira investem

em envelhecimento, a reportagem da CBN encomendou levantamentos para o Capes, o CNPq e a Fapesp. Eles pesquisaram 16 marcadores de tema de pesquisa relacionados com isso entre 2014 e 2018 e chegaram aos seguintes números:

Ao todo, o país investiu R\$ 448 milhões de reais em pesquisas sobre o assunto. Foram 1736 estudos realizados e pelo menos 588 continuam em andamento em 2019.

Há desde bolsas simples, como projetos mais complexos. Uma parceria entre o CNPq e a agência de pesquisas chilena Conicyt garantiu R\$ 566 mil pra duas pesquisas. Uma sobre cidades latino-americanas para o envelhecimento saudável. Outra que fala sobre o declínio cognitivo no Alzheimer. No Capes, editais específicos financiaram pesquisas de tecnologia assistiva, serviços e produtos que garantem independência no envelhecimento, o que acaba ajudando quem tem dificuldade pra andar.

A professora Tania Zahar é especialista nesse mercado e dá aulas na pós-graduação da ESPM, incentivando esse tipo de estudo. Ela avalia que, a exemplo das universidades, as empresas deveriam se debruçar sobre o tema, pra se preparar pro futuro.

"Há de se mudar muitas coisas, inclusive a forma de se estudar o idoso, de entender o comportamento dele, de segmentar. O Ipsos, que é um estudo de meios super famoso, ele fez uma ressegmentação dos 50+. Que não é mais um bloco só. Eles estão trabalhando 50 até 55, 55 até 60, 60 até 65, eles estão trabalhando em grupos etários distintos. Isso já é um sinal de que as empresas também precisam olhar o público idoso de um jeito diferente e se comunicar com eles já é um grande desafio", explica.

Mas será que o Brasil tá bem na fita? O que os outros países andam fazendo por aí?

Horizon 2020: o maior programa de pesquisas do mundo é uma iniciativa da União Europeia, o maior bloco de países do mundo. €\$ 80 bilhões para investimentos variados em pesquisas de diversas áreas entre 2014 e 2020.

Uma das categorias estudadas é o envelhecimento. São €\$ 2 bilhões, que equivalem a R\$ 8,6 bilhões. A ideia é fazer projetos que preparem os países para dar longevidade e atender bem os mais velhos.

São 28 países no bloco, o que dá uma média de R\$ 307 milhões por país. Um valor menor do que os R\$ 448 milhões investidos pelo Brasil no mesmo período dos últimos 5 anos.

Só que além das pesquisas sobre o público com mais de 60, tem também as pesquisas de quem já tem essa idade e pensa no mundo do futuro como faz o José Umberto Damigo, de 75 anos, que se juntou num projeto de empreendedorismo com outros contemporâneos e decidiu estudar a compostagem.

"No início é insignificante, mas se pegar como pegou a reciclagem, vai ter alguma proporção na economia de espaço e proteção ao meio ambiente transformando resíduos orgânicos em adubo ao invés de dispensar em aterros sanitários. É uma ideia que eu comecei agora, neste ano, estou ainda na fase de pesquisa, de me aculturar do assunto, pra depois propor alguma ação mais prática", diz.

Pois é, José, olhando pro Brasil do futuro, tem outro número que chama a atenção. Nas projeções do IBGE, o ano de 2047 marcará uma virada. É quando o número de mortes vai ultrapassar o número de nascimentos.

Também pudera, se hoje nossa idade mediana é de 33 anos. Em 2060 vai ser de 46. Um salto rápido, né?

Ao longo da semana falamos do Brasil! Que não tem pra onde correr, vai ficar mais velho mesmo...

Mas, e você? Tá preparado pra envelhecer?

topo ↕

JORNAL DA FRANCA - TEMPO REAL

Unesp seleciona tutores para disciplina de Libras: inscrições até dia 11/02
Bolsistas serão alunos da pós e acompanharão atividades acadêmicas; serão 38 vagas no 1º semestre

Núcleo de Educação a Distância (NEaD) e a Pró-reitoria de Graduação (Prograd) tornam público o edital de seleção de tutores para atuarem no acompanhamento das atividades acadêmicas da disciplina de “Libras, Educação Especial e Inclusiva”.

O processo seletivo tem por objetivo selecionar bolsistas que atuarão como tutores no suporte às atividades do referido curso, a ser oferecido aos alunos da Unesp em 2019. A atuação como bolsista tutor se dará sem vínculo empregatício, pelo prazo máximo de duração da disciplina, a ser ministrada pela Unesp na modalidade a distância.

Para se candidatar, é necessário estar regularmente matriculado em curso de pós-graduação stricto sensu da Unesp, em Educação ou área afins, validadas pela **Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)** em sua última avaliação e possuir experiência na área de educação a distância. O período de inscrições começou nesta semana, no último dia 4, e vai até as 22h de 11 de fevereiro, próxima segunda-feira.

O número de vagas previsto é de 38 no primeiro semestre e 46 no segundo semestre, podendo aumentar ou diminuir, de acordo com a necessidade.

O candidato selecionado terá remuneração mensal pelo período em que permanecer exercendo suas atribuições. A carga horária semanal é de, no mínimo, 20 horas no Ambiente Virtual de Aprendizagem e nos encontros e/ou atividades presenciais.

topo ↕

TÉCNICO DE AGRONEGÓCIO - TEMPO REAL

Pesquisadores desenvolvem feromônio sintético de importante praga do coqueiro
Pesquisadores da UFPR e Embrapa conseguiram identificar e sintetizar em laboratório, pela primeira vez, a molécula que atua como feromônio de agregação do besouro *Homalinotus depressus*, conhecido como broca do coqueiro, uma das pragas mais frequentes em coqueirais no Brasil, que causa grandes perdas financeiras na cultura, principalmente na região Norte.

Realizada entre 2012 e 2016, a pesquisa com achados inéditos sobre a broca do coqueiro é tema de um artigo publicado no final de janeiro na versão on-line da *Scientific Reports*, prestigiada revista científica internacional do grupo Nature Research.

O artigo, intitulado *Isophorone derivatives as a new structural motif of aggregation pheromones in Curculionidae*, é assinado por pesquisadores do Programa de Pós-Graduação em Química, cuja excelência é reconhecida pela **Capes** com nota máxima. O texto é baseado na tese de doutorado defendida pelo pesquisador Diogo Montes Vidal.

Além dele, assinam o texto Marcos Antônio Barbosa Moreira, pesquisador da Embrapa Tabuleiros Costeiros (Aracaju, SE), Miryan Denise Araujo Coracini e o professor Paulo Henrique Gorgatti Zarbin, orientador do trabalho.

Os feromônios são compostos químicos que, liberados no ar, servem como sinal de comunicação entre os animais, para fins de defesa, localização, atração sexual e agregação. No caso do coco, o besouro *Homalinotus depressus*, cuja infestação em coqueirais foi identificada pela primeira vez em 2008, aloja-se numa região conhecida como “axila” da fruta e suas larvas constroem galerias que interrompem o fluxo da seiva, causando a queda de flores e frutos.

Também são registrados ataques de insetos adultos em diferentes estágios do coqueiro. Por se alojar no interior da planta, essa praga não pode ser controlada com inseticidas convencionais.

Contribuição para outras pesquisas

Partindo da hipótese de que o uso dos feromônios para o controle da praga é promissor, os pesquisadores da UFPR trabalharam para identificar o feromônio do inseto macho responsável por atrair os besouros para as áreas de cultivo de coco.

Uma vez identificado o composto, ele foi sintetizado em laboratório e colocado em septos de borracha acoplados a armadilhas e instalados no alto de coqueiros. O produto natural sintético é liberado de forma controlada e tem seu efeito potencializado pelos compostos voláteis da própria planta.

O orientador do estudo, professor Paulo Zarbin, explica que vários grupos de pesquisa vêm trabalhando na identificação e síntese de feromônios de insetos da família *Curculionidae* (à qual pertence o *Homalinotus depressus*), mas até agora não havia estudos para nenhuma espécie do gênero *Homalinotus*.

“O nosso trabalho de identificação da estrutura química da molécula desse feromônio poderá contribuir para estudos relacionados a outros insetos da mesma família, que também causam prejuízos econômicos a diversas culturas”, afirma Zarbin.

Captura massiva

Segundo ele, a aplicação do resultado da pesquisa em campo está no primeiro estágio, no qual as armadilhas instaladas permitirão determinar a incidência da praga em cada área.

Num segundo estágio, com base nos dados recolhidos será desenvolvido um sistema de captura massiva de insetos, espalhando um número maior de armadilhas, conforme a necessidade de cada área.

“Além de resolver um problema do qual os inseticidas convencionais não dão conta, o

composto sintético desenvolvido na UFPR tem a vantagem de não criar resistência nos insetos, uma vez que é natural. Ele não dizima a praga, como fazem os agrotóxicos. A ideia é reduzir a população de insetos a um nível abaixo do ponto crítico para ser considerada uma praga”, afirma Zarbin.

Cultura do coco

O Brasil é o quarto maior produtor mundial de coco, atrás de Indonésia, Filipinas e Índia. De acordo com dados apresentados na tese de Diogo Vidal, o País produz em torno de 2,8 milhões de toneladas por ano, o que corresponde a 4% da produção mundial.

Os coqueirais brasileiros se estendem por uma área de aproximadamente 300mil hectares, desde o Pará até o Rio de Janeiro.

“É uma cultura com importância econômica e social, pois deste fruto obtém-se diversos produtos, como água e leite de coco, madeira, fibras, combustível, ração animal, óleos e outros derivados para o processamento agroindustrial”, afirma Vidal no texto. “Além disso, o cultivo pode ser consorciado com outras espécies vegetais anuais como a mandioca ou perenes como o cupuaçuzeiro, propiciando uma fonte de renda extra, principalmente, para o pequeno produtor”, explica.

De acordo com ele, insetos-praga estão entre os principais fatores responsáveis pelos os baixos índices de rendimento dos coqueirais brasileiros por provocarem prejuízos severos às plantas. Além do Brasil, há registro de ocorrência de Homalinotus nas Antilhas, Colômbia, Guiana Francesa, Guiana e Suriname.

Controle de pragas

Por ser uma cultura de regiões tropicais, cultivada em áreas mais quentes e úmidas, o coqueiro é suscetível a uma grande quantidade de doenças e pragas, muitas delas bastante agressivas, que podem chegar a dizimar plantações inteiras, como o amarelecimento letal, a resinose e atrofia letal da coroa.

O fato de não existir uma grande variedade de produtos para combate registrados e liberados para uso na cocoicultura, aliado aos riscos de resíduos desses produtos se integrarem à água e à polpa, tem motivado produtores e pesquisadores a buscar alternativas mais sustentáveis de manejo de pragas e doenças.

Entres essas técnicas está o manejo integrado de pragas (MIP), que combina medidas voltadas para diminuir o uso de agrotóxicos na produção convencional, buscando promover o equilíbrio nas plantas e monitorar as pragas evitando, ao máximo, o uso desses produtos no sistema, e o controle biológico, que busca controlar as pragas agrícolas e os insetos transmissores de doenças a partir do uso de seus inimigos naturais, que podem ser outros insetos benéficos, predadores, parasitóides, e microrganismos, como fungos, vírus e bactérias.

*Texto de Lorena Aubrift Klenk (Superintendência de Comunicação Social - UFPR), adaptado e complementado por Saulo Coelho (Jornalista - Embrapa Tabuleiros Costeiros)

topo ↕

AGÊNCIA CÂMARA - TEMPO REAL

Câmara analisa projetos antagônicos sobre o que pode ser ensinado na escola A criação dos programas Escola Sem Partido e Escola Sem Mordação promete mobilizar debates na Casa

Estabelecer ou não regras para o debate sobre determinados assuntos em sala de aula? Política, religião e questões de gênero ou apenas português, matemática e ciências? Com o reinício dos trabalhos legislativos, pelo menos quatro propostas devem reacender esse debate na Câmara dos Deputados (PLs 258/19, 246/19, 502/19 e 375/19).

Os deputados Pastor Eurico (Patri-PE) e Bia Kicis (PSL-DF) apresentaram projetos para impedir professores de usarem a sala de aula para influenciar alunos com suas preferências ideológicas, religiosas, morais e políticas.

Já os deputados Talíria Petrone (Psol-RJ) e Alexandre Padilha (PT-SP) entendem que o papel do professor é exatamente outro: mostrar diferentes visões de mundo e garantir a formação de indivíduos tolerantes e com capacidade de decidir sobre suas vidas.

Escola Sem Partido

O Projeto de Lei 246/19, da deputada Bia Kicis, por exemplo, cria o Programa Escola Sem Partido, retomando o nome pelo qual o debate ficou conhecido na última legislatura (2015-2019).

A proposta de Kicis proíbe o uso de técnicas de manipulação psicológica pelos professores com o objetivo de obter a adesão dos alunos a determinada causa. Além disso, assegura ao estudante o direito de gravar aulas para que pais e responsáveis tenham ciência do processo pedagógico. O projeto também veda a promoção de atividade político-partidária pelos grêmios estudantis.

Dep. Bia Kicis

Bia Kicis: "Em certos ambientes, um aluno que assuma postura que não seja a da corrente dominante corre risco de ser hostilizado"

A ideia, segundo a deputada, é que, ao tratar de questões políticas, socioculturais e econômicas, o professor seja obrigado a apresentar aos alunos as principais teorias, versões e opiniões sobre o assunto, evitando que ele utilize a audiência cativa dos alunos para promover seus próprios interesses, opiniões e concepções.

De acordo com o projeto, as novas determinações deverão ser aplicadas a políticas e planos educacionais, currículos, projetos pedagógicos, materiais didáticos e às avaliações.

Religião

Kicis propõe ainda que escolas particulares com orientação religiosa específica possam promover conteúdos de cunho religioso, moral e ideológico, desde que autorizados contratualmente por pais ou responsáveis.

Na última legislatura, a comissão especial que analisou a proposta conhecida como Escola sem Partido (PL 7180/14 e outros) encerrou seus trabalhos sem votar o relatório do ex-deputado Flavinho. O parecer, que acabou arquivado, previa seis deveres para os professores brasileiros, como a proibição de promover suas opiniões e preferências ideológicas, religiosas, morais e políticas nas escolas. Além disso, impedia o ensino da

“ideologia de gênero” e do termo “gênero” ou “orientação sexual” em salas de aula.

Escola Sem Mordça

Em contraponto ao Escola Sem Partido, a deputada Talíria Petrone apresentou o Projeto de Lei 502/19, que cria o Programa Escola Sem Mordça. O projeto tem por princípios a livre manifestação do pensamento, o pluralismo de ideias, a liberdade de aprender e ensinar e o respeito à liberdade religiosa.

Divulgação/Facebook

Deputados - S - Z - Taliria Petrone

Talíria Petrone: “Uma escola para a democracia é uma escola em que o debate não é insubordinação, mas senso crítico”

O texto veda, em todos os níveis e modalidades de educação, práticas que envolvam censura política, ideológica, filosófica, artística, religiosa ou cultural a estudantes e professores. O Escola Sem Mordça assegura a professores e alunos liberdade para se expressar e manifestar o próprio pensamento, garantindo diferentes pontos de vista e o debate democrático de ideias e visões de mundo nas escolas.

A proposta determina ainda que professores, estudantes ou funcionários somente poderão gravar vídeos ou áudios, durante as aulas e demais atividades de ensino mediante consentimento de quem será filmado ou gravado.

Já o ensino de conteúdo religioso, pelo projeto, deverá ficar restrito à disciplina específica e com frequência facultativa nas escolas públicas, não sendo permitido que dogmas religiosos interfiram no conteúdo de disciplinas baseadas em conhecimentos técnicos-científicos.

topo ↕

AGÊNCIA ESTADO - TEMPO REAL

Raquel defende R\$ 1,9 mi de delator da Odebrecht para educação básica Procuradora-geral destaca em petição ao Supremo que medida busca atender ao interesse público e tem efeito pedagógico

A procuradora-geral, Raquel Dodge, pediu ao Supremo, nesta sexta-feira, 8, que a multa no valor de R\$ 1,9 milhão depositada por um delator da Odebrecht em conta judicial seja destinada integralmente ao Ministério da Educação. O valor tem origem em acordo de delação premiada firmado em 2017, no âmbito das investigações da Operação Lava Jato, por executivos da empreiteira.

As informações foram divulgadas pela Secretaria de Comunicação Social da Procuradoria.

Raquel pede que os recursos sejam transferidos para ações de Apoio ao Desenvolvimento da Educação Básica; de Apoio à Infraestrutura para a Educação Básica e de Aquisição de Veículos para o Transporte Escolar da Educação Básica – Caminho da Escola.

No documento, a procuradora destaca que ‘acordos de colaboração premiada visam a “reparação dos danos sofridos pelas vítimas e pela coletividade, sujeitos passivos mediatos e imediatos’.

Segundo ela, ‘é nesse contexto que, no momento da destinação da multa, aplica-se dispositivo do Código Penal que prioriza o direito da vítima em relação ao da União’.

Raquel assinala que a multa tem o propósito não apenas de indenizar a vítima, ‘mas também de reparar e minimizar os prejuízos causados pelos ilícitos praticados e os danos acarretados à ordem econômica, à administração pública e à moralidade administrativa’.

“Considerando o interesse público em formar cidadãos de modo a contribuir para uma sociedade que valorize a honestidade e seja mais justa, inclusive, e solidária, repudiando toda forma de corrupção de verbas públicas, parece também oportuno o encaminhamento dos valores para ações orçamentárias do Ministério da Educação”, argumenta Raquel Dodge.

topo ↕

G1 - TEMPO REAL

Programa de pós-graduação do Instituto Metrópole Digital oferece 12 vagas com bolsa de R\$ 1.500 no RN

Inscrições para residência em Tecnologia da Informação seguem até o dia 17 de fevereiro. Taxa de inscrição é de R\$ 100.

Estão abertas inscrições para 12 vagas em uma nova turma do Programa de Residência em Tecnologia da Informação do Instituto Metrópole Digital (IMD) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN). Os aprovados na seleção terão direito a receber uma bolsa de estudos de R\$ 1.500 mensais.

As inscrições começaram na quinta-feira (7) e seguem até o dia 17 de fevereiro. Os bolsistas serão vinculados ao programa em regime de dedicação integral.

De acordo com o IMD, o curso visa qualificar profissionais através de atividades de capacitação e de sua inserção em ambientes e projetos reais de Tecnologia da Informação, para aumentar o número de pessoas qualificados na área, além de fomentar a inovação tecnológica nos diferentes setores e organizações da região.

Os candidatos vão concorrer a 12 vagas, que serão subdivididas em: Desenvolvimento de Software (6 vagas), Infraestrutura e Redes (3 vagas) e Business Intelligence e Analytics (3 vagas). Haverá também a formação de cadastro de reserva.

O processo seletivo vai acontecer em duas etapas. A primeira consiste em uma prova de conhecimentos específicos com 30 questões, de caráter eliminatório e classificatório, e a segunda é uma entrevista, de caráter classificatório.

As inscrições estão sendo realizadas exclusivamente através de Formulário de Inscrição próprio, disponibilizado no Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA) da UFRN, no item Pós-Graduação Lato Sensu (aqui). A taxa de inscrição é de R\$ 100,00.

topo ↕

JORNAL DO OESTE - TEMPO REAL

Sindicato move ação e Uniesp é derrotada na justiça

O SinproVales - Sindicato dos Professores de Indaiatuba, Salto e Itu - ganhou na Justiça causa importante contra a Uniesp, por falta de recolhimento de FGTS dos seus professores, além de aplicar mão de gato nos reajustes salariais e nas férias de 30 dias,

na unidade anteriormente mantida pela instituição em Itu. “É uma vitória importante, contra uma instituição que se habituou a violar direitos trabalhistas. Não mais”, diz o professor Gentil Gonçalves, presidente do SinproVales.

Recentemente denunciada pela Fepesp e seus sindicatos integrantes, o episódio da Uniesp em Itu não se trata de caso isolado, mas compõem a própria operação desta incorretamente autointitulada “Universidade do Brasil”. Alvo de denúncias pela grande imprensa e sindical por suas arbitrariedades, o grupo já enfrentou investigações por parte do poder público, como a Polícia Federal e o Ministério da Educação.

Em Indaiatuba, região que é amparada pelo SinproVales, ações foram acumulando-se contra a confraria da educação privada nos últimos anos. Numa destas, em que foi condenada, a Uniesp alterou a carga horária das aulas de seus professores sem compensação financeira adequada. A irregularidade entrou na caracterização de redução salarial. Em outro inquérito, também, o sindicato da região delatou a Uniesp de não recolher a contribuição sindical.

A principal ação coletiva dos professores representados pelo SinproVales, aberta em 2015, apenas neste ano teve resolução. Vitória em primeira instância da docência: a Uniesp perdeu, sob a acusação comprovada de não recolher o fundo de garantia, não pagar o reajuste salarial entre 2015 e 2016, e não cumprir o direito docente de 30 dias corridos de férias – permitiam que os professores usufríssem de apenas 20 dias, e os 10 restantes eram somados ao período de recesso, o que é uma prática ilegal.

“Notei que é uma prática que a Uniesp faz em diversas de suas sedes, em várias regiões”, diz Adriana Saker, advogada do Sinpro Vales, a respeito da transferência de dias das férias.

A expectativa é de que a Uniesp recorra, mas não consiga impedir sua condenação. O juiz determinou o valor dos reajustes salariais de dezembro de 2015 – que acabaram sendo pagos durante o processo; o acerto do valor sobre o fundo de garantia a partir de 2016; e pagamento de férias em dobro.

CATANDUVA NET - TEMPO REAL

Buscas gays no Tinder viram tema de mestrado em universidade federal

A busca de homens homossexuais por parceiros no Tinder virou tema de uma dissertação de mestrado na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), localizada na cidade de Rio Grande-RS.

Intitulada “A produção das masculinidades e socioespacialidades de homens que buscam parceiros do mesmo sexo no aplicativo Tinder em Rio Grande-RS”, a dissertação foi realizada por Diego Miranda Nunes com orientação da professora Susana Maria Veleda da Silva do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGeo). A defesa da dissertação será feita no próximo dia 25 de fevereiro no Campus Carreiros.

Segundo resumo do trabalho apresentado no Seminário “Corpus Possíveis no Brasil Profundo”, a pesquisa buscou “investigar as masculinidades produzidas nos perfis de homens que buscam parceiros do mesmo sexo no aplicativo Tinder” utilizando um formulário online, feito no Google Forms, respondido por 154 homens homossexuais.

Para realizar o estudo, Diego Miranda Nunes recebeu, nos últimos dois anos, uma bolsa

de R\$ 1.500,00 mensais paga pela “**Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior**” (CAPES). A orientadora da pesquisa, Susana Maria Veleda da Silva, é uma das responsáveis pela linha de pesquisa “Relações de Gênero na Geografia do Trabalho e da População” do “Núcleo de Análises Urbanas” da FURG.

Diego também foi candidato a vereador de Rio Grande-RS pelo Partido dos Trabalhadores (PT) em 2016, mas recebeu apenas 410 votos e não eleito.

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - NOTÍCIAS

Não haverá corte nas bolsas, diz presidente da Capes em visita à Andifes

Reunião do Conselho Pleno da Andifes aconteceu nesta quarta-feira, 6 de fevereiro

Durante a primeira reunião do Conselho Pleno de 2019, nesta quarta-feira (6), a Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) recebeu o novo presidente da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**, **Anderson Correia**, presidente da **CAPES**, acompanhado pela diretora de Avaliação, Sônia Nair Bao; da diretora de Programas e Bolsas no País, pela Zena Maria Martins; e pelo assessor especial, Darson Astorga De La Torre.

Anderson Correia afirmou que não há perspectiva de corte de bolsas para pesquisa e pós-graduação. “Se conseguirmos recompor o orçamento, já estamos com a garantia de que conseguiremos atender todo o sistema de pós-graduação no Brasil com elevada qualidade. A pós-graduação não pode ter seu crescimento interrompido, deve ser crescente. O tamanho desse crescimento dependerá do diálogo que teremos entre **Capes**, Governo Federal, Andifes e Congresso. Vamos trabalhar para que não haja cortes.”

O presidente da **Capes** anunciou o lançamento do edital do Programa Ciência nas Escolas. Ele explicou que se trata de uma parceria entre a **CAPES**, o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPQ) e o Ministério de Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC) para que professores universitários com experiência na área de educação desenvolvam projetos nas escolas públicas de nível básico, de modo a incrementar o nível de estudo e conhecimento de ciências nas escolas.

Ao agradecer a presença dos representantes da **Capes**, o presidente da Andifes, reitor Reinaldo Centoducatte (UFES), afirmou ser importante que as duas instituições trabalhem juntas na defesa do Ensino Superior e da pesquisa. “Foi significativo para nós que o senhor tenha se disponibilizado a ouvir nossas questões, e nos mostrar seu reconhecimento do Sistema de Universidades Federais para o Ensino Superior na formação de profissionais qualificados, na produção de conhecimento e para o desenvolvimento do nosso País. Agradecemos seu compromisso de atuar em proximidade com a colaboração efetiva do sistema de universidades federais para o crescimento do País e para que esse sistema siga avançando, com programas específicos, dentro da perspectiva de cada região brasileira, considerando as complexidades e diferenças de cada universidade. Isso é fundamental para que possamos aplicar, não apenas recursos, mas políticas que equalizem e forneçam qualidade a programas sociais que ofereçam aquilo que as regiões, dentro de suas especificidades, anseiam”, finalizou.

topo ↕

JORNAL DA CIÊNCIA - NOTÍCIAS

Aplicativo que permite previsão imediata do clima leva primeiro lugar do Prêmio Péter Murányi 2019

Solução informa sobre quedas de raios, possibilidade de enchentes na região em que está e orienta o que fazer nessas situações

Trabalho que resultou na criação de um aplicativo capaz de fornecer aos usuários de smartphones informações precisas sobre a ocorrência de chuvas intensas é o vencedor do Prêmio Péter Murányi 2019, edição Ciência & Tecnologia, conforme decisão do júri, realizado hoje (5). Coordenado por Luiz Augusto Machado e Eduardo Guarino, o App “SOS Chuva” oferece aos usuários acesso a radares meteorológicos que monitoram todo o território brasileiro.

Iniciado em 2013, o projeto foi criado para reduzir a vulnerabilidade de moradores da região de Campinas (Interior de São Paulo) a eventos climáticos extremos, dando-lhes a oportunidade de planejar ações para que sejam reduzidos danos materiais e físicos a essa população. Posteriormente, o alcance da ferramenta tornou-se nacional.

Integrado a estações responsáveis pela previsão do tempo em todo o Brasil, o serviço permite o monitoramento do clima em tempo real, visualização de satélites e o compartilhamento de informações sobre o clima em determinadas regiões e como os moradores destas localidades devem agir em caso de enchentes, além de informar quantos raios podem cair em um determinado perímetro em um espaço de cinco minutos.

Para a presidente da Fundação Péter Murányi, Vera Murányi Kiss, entidade organizadora do evento, o resultado da votação evidencia o poder da informação para a melhoria da qualidade de vida das populações.

“O resultado desta edição reforça o papel da tecnologia em nosso dia a dia, e quanto a informação pode contribuir para a preservação de vidas e de incidentes que poderiam impactar uma parcela grande da população. Os aplicativos ganharam uma função social, e o vencedor comprova isso”, destaca.

Além da solução, o trabalho dos pesquisadores originou um sistema de previsão imediata, voltado a meteorologistas operacionais, e que permite a esses profissionais prever tempestades, incluindo eventos com raios.

“A previsão imediata é algo novo e se faz cada vez mais necessária diante de tantas mudanças climáticas repentinas. É importante que a população tenha acesso a essas informações, para que ela possa tomar decisões corretas em situações como essas”, contam Machado e Guarino. O projeto levou dois anos para ser concluído.

De acordo com a vice-presidente da SBPC (Sociedade Brasileira do Progresso da Ciência), Vanderlan Bolzani, o Brasil é um país reconhecido mundialmente em algumas áreas que possuem um lastro científico quando comparadas com países de primeiro mundo. “O trabalho da Fundação é muito importante, pois, até pela nossa cultura, não temos o hábito de premiar a academia. São necessários prêmios que possam ter grande visibilidade e que mostrem à sociedade a importância da ciência que se faz no país, para o desenvolvimento tecnológico e da qualidade de vida”, afirma a especialista.

Por dentro do Prêmio Péter Murányi 2019

Para esta edição, o Prêmio Péter Murányi recebeu 140 trabalhos, vindos de toda a América Latina.

O trabalho vitorioso foi selecionado por um júri composto por representantes de entidades nacionais e internacionais ligadas à área de ciência e tecnologia, integrantes de universidades federais, estaduais e privadas, personalidades de renome e membros da sociedade.

O Prêmio Péter Murányi é realizado anualmente, com temas que se alternam a cada edição: Saúde, Ciência & Tecnologia, Alimentação e Educação. Cada tema é revisitado a cada quatro anos. O valor total é de R\$ 250 mil, divididos entre o vencedor (R\$ 200 mil), o segundo colocado (R\$ 30 mil) e o terceiro (R\$ 20 mil). A entrega ocorrerá em abril, durante a festa de premiação.

A premiação conta com o apoio das seguintes entidades: ABC (Academia Brasileira de Ciências), Aconbras (Associação dos Cônsules no Brasil); Aciesp (Academia de Ciências do Estado de São Paulo); Anpei (Associação Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento das Empresas Inovadoras); **Capex (Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior)**; CIEE (Centro de Integração Empresa-Escola); CNPq (Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico); Fapesp (Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo); e SBPC (Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência).

[topo](#)

JORNAL DA CIÊNCIA - NOTÍCIAS

Universidades apresentam projetos de modernização

O encontro tratou dos projetos para a expansão dos cursos de engenharia apresentados pelas Instituições de Ensino Superior (IES) selecionadas no edital nº 23/2018

A **Capex** sediou nesta quinta-feira, 07, a primeira reunião do Programa Brasil-Estados Unidos de modernização da educação superior na graduação, PMG-EUA. O encontro tratou dos projetos para a expansão dos cursos de engenharia apresentados pelas Instituições de Ensino Superior (IES) selecionadas no edital nº 23/2018.

Este primeiro edital do PMG foi direcionado especialmente aos cursos de engenharia e conta com a cooperação da Comissão Fulbright e o apoio do Conselho Nacional de Educação (CNE). Participaram do diálogo representantes do programa e das oito universidades selecionadas pelo projeto.

Anderson Correia, presidente da **CAPES**, explicou que a parceria Brasil-EUA é de extrema importância para a graduação e para a produção de projetos inovadores: “A desmotivação na área das engenharias é um problema em comum entre o Brasil e o EUA. Este programa é um incentivo”, pontuou.

[topo](#)

JORNAL DA CIÊNCIA - NOTÍCIAS

Bolsa Nota 10 abre o calendário 2019 de editais da Faperj

Abrindo o calendário de Editais 2019, a Diretoria Científica da Fundação divulgou nesta quinta-feira, 07 de fevereiro, o lançamento do edital que tem como objetivo incentivar

os Programas de Pós-Graduação do Estado do Rio de Janeiro de significativa excelência

O programa Bolsa Nota 10 destina-se a incentivar os Programas de Pós-Graduação do Estado do Rio de Janeiro de significativa excelência, mediante a concessão de bolsas com valores diferenciados a alunos de mestrado e doutorado com destacado desempenho acadêmico. As bolsas do programa Bolsa Nota 10 contemplam apenas os últimos 12 meses de curso para os alunos de mestrado (13º ao 24º mês) e os últimos 24 meses de curso para os alunos de doutorado (25º ao 48º mês).

Entre as exigências do edital está a necessidade de que os proponentes sejam alunos de programas de pós-graduação stricto sensu, e que estes programas tenham conceitos 5, 6 ou 7, na última avaliação da **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)**. A cota de bolsas para cada programa é anual de acordo com o quadro disponível neste link. <http://www.faperj.br/?id=3703.2.1>

A inscrição poderá ser feita em dois períodos distintos. O prazo para submissão de propostas para implementação de bolsas no primeiro semestre (vigência inicial a partir de março) se estenderá até 12 de março, com implementação das bolsas para março. Para as bolsas a serem implementadas no segundo semestre, o prazo é de 13 de junho a 23 de julho, com início de vigência das bolsas para agosto.

topo ↕

SIMI - TEMPO REAL

Tecnologia ajuda na coleta de informações debaixo d'água

Redes de sensores sem fio ficam no fundo dos rios, lagos e oceanos coletando dados de interesse em ambientes aquáticos

Você sabia que mais de 95% do volume dos oceanos nunca foram vistos pelos seres humanos? Isso significa que há muitos segredos escondidos no fundo dos mares e somente com a tecnologia descobriremos esse ambiente inexplorado. Uma das possibilidades é o uso de redes de sensores sem fio, que ajudam a coletar dados debaixo d'água, revelando informações essenciais e submersas.

As redes de sensores sem fio aquáticas (RSSFAs) são compostas por dispositivos computacionais (nós sensores) que têm capacidades de processamento, armazenamento e comunicação sem fio, bem como de sensoriamento de variáveis e eventos de interesse em ambientes aquáticos.

Os nós sensores aquáticos não são exclusivamente usados em oceanos. São depositos, também, em lagos e rios para a coleta autônoma de dados.

Podem ser úteis para:

- monitoramento da qualidade da água em reservatórios e rios;
- detecção precoce de tsunamis e maremotos,
- acompanhamento da vida marinha;
- verificação do impacto da atividade humana nos oceanos (medições da temperatura nos oceanos, por exemplo);

– monitoramento de vazamentos em plataformas de petróleo, entre outros.

O pesquisador Rodolfo Wanderson Lima Coutinho é um especialista no assunto. Ele é autor da tese “Controle de topologia e roteamento oportunístico em redes de sensores aquáticas”, desenvolvida na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e vencedora do Prêmio **Capes** de Tese 2018, na categoria Ciência da Computação. Ele pesquisou a topologia das RSSFAs e desenvolveu um protocolo de roteamento para melhorar a entrega dos dados dessas redes.

Desafios de informações submersas

Segundo o cientista, a topologia tem um papel fundamental no processo de comunicação entre os dispositivos em uma rede e, no caso de informações submersas, há algumas especificidades.

“Diferentemente de uma rede celular ou uma rede local cabeada, a topologia de uma rede de sensores sem fio aquática dificilmente seguirá um planejamento, dado as dificuldades de deposição dos nós sensores aquáticos e os eventos que acontecem nos meios aquáticos como, por exemplo, correntes aquáticas que fazem com que os nós sensores não permaneçam em uma mesma localização. A topologia dinâmica da rede resulta em desafios para a comunicação. Contudo, ela pode ser controlada por meio do ajuste de parâmetros em nós sensores, por exemplo, a potência de transmissão usada na comunicação sem fio”, explica.

Essas informações coletadas debaixo d’água são enviadas pelos nós sensores a uma central de monitoramento. Sendo assim, o controle de topologia em RSSFAs é fundamental para aprimorar a coleta e eficiência dos caminhos de roteamentos. Além disso, melhora o aproveitamento energético e, conseqüentemente, prolonga o tempo de vida útil de uma RSSFA.

Durante os trabalhos da tese, Rodolfo Coutinho criou o GEDAR, protocolo de roteamento com objetivo de resolver o “vazio de comunicação”. “Esse problema acontece sempre que um nó não possui um vizinho cuja distância para o destinatário é menor que a sua. A abordagem que havia na literatura para lidar com esse problema era a busca de um caminho de roteamento alternativo. Para isso, era necessário o envio de pacotes adicionais de controle, para descobrir e manter esse caminho de roteamento alternativo. Isso resultava num gasto excessivo de energia, visto que a topologia da rede mudava frequentemente devido a mobilidade no meio aquático”, detalha o pesquisador.

Na tese, conforme explica Rodolfo Coutinho, foi proposto um método inovador para lidar com o problema. Quando um nó sensor está em uma área de “vazio de comunicação”, o GEDAR determina uma nova profundidade para o nó, que permitirá a entrega de pacotes de dados produzidos a partir das informações que ele coletou do ambiente. “Essa abordagem evita que se tenha um gasto excessivo de energia, visto que alguns nós sensores aquáticos no mercado apresentam mecanismos para o movimento vertical (ajuste da profundidade) com um baixo custo de energia”.

Para testar o modelo matemático, o pesquisador usou o simulador ns2 (network simulator 2) para reproduzir o ambiente aquático e as RSSFAs. Com ele, é possível imitar o ruído que afeta as transmissões acústicas no meio aquático, como por exemplo,

a temperatura da água, vento, turbulência e atividades marítimas. Simulam-se também as colisões de pacotes quando há vários nós sensores aquáticos em um mesmo instante e em uma mesma área de cobertura; a absorção do sinal acústico e outras características importantes de RSSFAs e da comunicação acústica nos ambientes aquáticos. De acordo com o cientista, essa ferramenta permitiu simular a mobilidade dos nós sensores aquáticos em função das correntes marítimas.

MFC: O que te motivou a estudar o tema?

Rodolfo Coutinho: os grandes desafios presentes nessas redes e a importância em habilitar aplicações de monitoramento de ambientes aquáticos. Na graduação, tive meu primeiro contato com redes de sensores sem fio terrestres para aplicações de monitoramento do meio ambiente. Fiquei fascinado naquela época por estar conhecendo uma algo diferente das tradicionais redes de computadores.

Alguns anos depois, me aprofundei sobre o tema, inicialmente para escrever um projeto de pesquisa para minha inscrição no mestrado e posteriormente para desenvolver a dissertação na área. Foi nessa época que conheci os trabalhos desenvolvidos no SensorNet, um grupo de pesquisa no Departamento de Ciência da Computação (DCC) na UFMG, que estudava os desafios de pesquisa na área de redes de sensores sem fio terrestres.

Conheci as redes de sensores aquáticas e comecei a estudar. Quanto mais eu aprendia sobre RSSFAs, mais identificava os desafios que precisavam ser superados e entendia a verdadeira importância dessa tecnologia para os seres humanos e o meio ambiente. Isso fez com que eu desenvolvesse minha pesquisa nessa área, buscando entender e resolver problemas fundamentais no roteamento dos dados para que possamos ter uma coleta eficiente, autônoma e em larga escala de variáveis.

MFC: O que é ser cientistas na área de computação?

Rodolfo Coutinho: estudar problemas desafiadores, avançar a fronteira do conhecimento e resolver problemas fundamentais que permite o aperfeiçoamento e a criação de novas tecnologias que impactam positivamente na vida dos seres humanos.

MFC: Quai contribuições sua tese deixa para essa área da ciência?

Rodolfo Coutinho: o desenvolvimento de soluções que permitirão uma coleta de dados mais eficientes em RSSFAs. Essas soluções avançam o estado da arte em direção a uma nova tecnologia de redes das coisas aquáticas, que quando atingir maturidade, permitirá coletar grandes volumes de dados sobre os oceanos e a vida marítima. Isso ajudará a entender o papel dos ambientes aquáticos na manutenção da vida na Terra.

Sobre o pesquisador

A formação escolar e acadêmica Rodolfo Coutinho é toda em escolas públicas – do ensino básico ao doutorado. É graduado em sistemas de informação pela Universidade Federal do Pará (UFPA), onde iniciou os caminhos de pesquisa em projetos de iniciação científica. Fez mestrado de Engenharia Elétrica, na linha de Computação Aplicada, na mesma universidade, quando pesquisou modelagem de um controle conjunto de admissão de chamadas para redes 4G e WiFi co-localizadas.

O doutorado na UFMG foi sob orientação do prof. Antonio A. F. Loureiro e, posteriormente, sob a co-orientação do prof. Luiz Vieira. Rodolfo Coutinho foi aceito

no doutorado cotutela na UFMG e Universidade de Ottawa, Canadá, onde passou a trabalhar sob a orientação do prof. Azzedine Boukerche e, atualmente, desenvolve as pesquisas do pós-doutorado.

O PROGRESSO - MA - POLÍTICA

Marco Aurélio: Persistimos na luta pela Bonificação no Enem

O deputado estadual Professor Marco Aurélio (PCdoB), usou a tribuna na manhã desta quarta-feira (06), para reafirmar o compromisso com a defesa do Ingresso Qualificado na Universidade Federal do Maranhão - UFMA. Conhecido popularmente como Bonificação Regional, a medida foi aprovada pelo Conselho de Ensino Pesquisa e Extensão da UFMA - Consepe no segundo semestre de 2017 e garantiu o acréscimo de 20% às notas de alunos que tenham cursado pelo menos o último ano do ensino fundamental e todo o ensino médio em escolas públicas ou privadas do Maranhão.

Um dos principais defensores da causa, o deputado Marco Aurélio realizou inúmeras audiências ao longo do mandato anterior discutindo e amadurecendo a ideia junto à reitoria da Universidade Federal, professores e à comunidade estudantil. "Depois de muita mobilização, inclusive com uma audiência muito prestigiada por centenas alunos e professores de Imperatriz e Região Tocantina, depois do reforço de vários deputados através da criação da Frente Parlamentar em Defesa da Bonificação, veio uma resposta e a UFMA aprovou o ingresso qualificado. A comunidade estudantil vibrou com a possibilidade de corrigir uma distorção grave que acontece em alguns dos principais cursos de nossa universidade." Destacou Marco Aurélio, que tratou do alto número de vagas ociosas deixadas por estudantes de outros estados que buscam a UFMA para os cursos mais concorridos, a exemplo do que acontece em medicina, mas que muitos acabam deixando a instituição na primeira oportunidade.

O Ministério Público Federal entrou com uma ação solicitando a suspensão do Ingresso Qualificado e a Justiça Federal, em primeiro grau determinou pela suspensão da Bonificação. Neste momento, dois recursos tramitam no Tribunal Regional Federal da 1ª Região, em Brasília, sendo um da Advocacia Geral da União e outro pela Defensoria Pública. Marco Aurélio se disse confiante de que o Ingresso Qualificado seja garantido pela justiça, de uma vez por todas. "Tenho convicção de que iremos vencer, porque em nenhum outro estado a bonificação foi derrubada. Agora mesmo, muita gente fez a inscrição no Sisu e percebeu que quase todos os estados adotam essa bonificação regional. Por que somente no nosso estado ela caiu?" indagou o deputado.

Segundo dados da primeira chamada do Sisu, dentre as 10 maiores notas de corte para medicina de todos o país, 7 são de universidades que fazem uso da política afirmativa da Bonificação Regional. A maior nota é da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, que acrescenta 20% para estudantes da terra.

Marco Aurélio garantiu que continuará buscando que essa injustiça seja corrigida e garantiu que a Assembleia Legislativa continuará firme nesta causa junto com a Universidade Federal do Maranhão e os estudantes.

topo ↕

JORNAL DIA A DIA - TEMPO REAL

IFMS adota cartão Pesquisa para facilitar gestão de recursos em projetos institucionais

Inicialmente, foram emitidos 29 cartões para pesquisadores do IFMS utilizarem em editais que somam R\$ 2,8 milhões em fomento.

Os pesquisadores do Instituto Federal de Mato Grosso do Sul (IFMS) passam a contar, neste início de 2019, com uma ferramenta que busca facilitar a gestão dos recursos destinados à execução de pesquisas com fomento institucional e externo. Trata-se do Cartão Pesquisa, já utilizado por instituições como a **Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes)** e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Foram emitidos, neste primeiro momento, 29 cartões a pesquisadores da instituição, que irão gerir cerca de R\$ 2,8 milhões relativos a projetos em andamento no IFMS. São pesquisas referentes a editais do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações (MCTIC), estruturação das unidades da Incubadora Mista e Social do IFMS (TecnoIF) e dos espaços de inovação (IF Maker), e de apoio à participação de estudantes em olimpíadas de conhecimento.

“Cada projeto é vinculado a um cartão, dessa forma se o pesquisador desenvolve três projetos, terá três Cartões Pesquisa e o limite de cada documento estará condicionado ao fomento destinado pelo respectivo edital”, explica a diretora executiva da Pró-Reitoria de Pesquisa, Inovação e Pós-Graduação, Caroline Aires.

Na avaliação de Caroline, que é responsável por alterar limites, renovar contrato e solicitar novos cartões, a iniciativa demonstra a preocupação do IFMS com o controle dos recursos destinados à pesquisa e inovação.

“Antes, o dinheiro caía na conta pessoal do pesquisador. Com o Cartão Pesquisa, temos a possibilidade de fazer a gestão dos recursos, observando valores já utilizados e tipos de gastos. O servidor só consegue passar o cartão em estabelecimentos que tenham relação com as aquisições previstas no edital de fomento”.

Todas as operações precisam ser validadas pelo Centro de Custo, cuja gestão é feita pela Propi, pelo gestor financeiro, da Pró-Reitoria de Administração, e pelo ordenador de despesas, o reitor do IFMS.

Regras de utilização – O Regulamento para Utilização do Cartão Pesquisa do IFMS estabelece critérios e procedimentos que devem ser seguidos pelos pesquisadores da instituição que utilizam o cartão.

O documento define, por exemplo, que os pesquisadores devem apresentar, no projeto de pesquisa, a quantidade de todos os bens permanentes, materiais de consumo e serviços que deverão ser adquiridos durante a execução do estudo, além do cronograma para utilização dos recursos e a justificativa para aquisições e contratações.

Para receber o Cartão Pesquisa, o servidor deve ter o projeto de pesquisa aprovado pela Propi. Depois, é preciso assinar o Termo de Responsabilidade de Apoio Financeiro e enviar o documento à pró-reitoria, apresentar a certidão negativa expedida pela Receita Federal e, por fim, assinar o Cadastro de Portador. Com o cartão em mãos, o pesquisador deve cadastrar a senha em uma das agências do Banco do Brasil.

O regulamento também estabelece regras para a utilização dos recursos vinculados ao Cartão Pesquisa. As despesas poderão ser pagas nas opções crédito e saque, sendo essa em casos excepcionais.

Para o pagamento de serviços executados por pessoa física, o pesquisador deve utilizar o formulário “Recibo/Serviços de Terceiros – Pessoa Física”, disponibilizado pela Propi.

No caso da contratação de serviços ou aquisições de materiais e equipamentos de pessoas jurídicas, o pesquisador deve fazer cotação prévia de preços no mercado com, no mínimo, três fornecedores. Nesses casos, é obrigatória a emissão de nota fiscal por parte do fornecedor.

Também constam no regulamento informações sobre a classificação das despesas, restrições e cancelamentos de projetos e prestação de contas.

[topo](#) 

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Universidades apresentam projetos de modernização

A CAPES sediou nesta quinta-feira, 07, a primeira reunião do Programa Brasil-Estados Unidos de modernização da educação superior na graduação, PMG-EUA. O encontro tratou dos projetos para a expansão dos cursos de engenharia apresentados pelas Instituições de Ensino Superior (IES) selecionadas no edital nº 23/2018.

Este primeiro edital do PMG foi direcionado especialmente aos cursos de engenharia e conta com a cooperação da Comissão Fulbright e o apoio do Conselho Nacional de Educação (CNE). Participaram do diálogo representantes do programa e das oito universidades selecionadas pelo projeto.

Anderson Correia, presidente da CAPES, explicou que a parceria Brasil-EUA é de extrema importância para a graduação e para a produção de projetos inovadores: “A desmotivação na área das engenharias é um problema em comum entre o Brasil e o EUA. Este programa é um incentivo”, pontuou.

(Brasília – CCS/CAPES) - 07.02.2019

[topo](#) 

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Parfor : Alemanha é destino de estudos de alunos do Paraná

Um grupo de 15 alunos da Universidade Federal do Paraná (UFPR) completou o estudo de alemão como segunda língua pelo Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (Parfor), voltado para licenciaturas. O curso de três anos foi financiado por uma parceria entre a CAPES e o governo alemão.

O último módulo da formação ocorreu na Alemanha, durante o mês de janeiro. Os alunos puderam vivenciar cultura e língua alemãs, em aulas com professores locais. Desde 2016, a UFPR participa do Parfor. Atualmente, três turmas do curso de licenciatura em Alemão fazem parte do programa.

Marcilene Reinert é professora de língua inglesa e completou agora a licenciatura em língua alemã. As principais motivações para o novo curso foram a procura pela língua, a influência alemã em Joinville (SC) - cidade onde mora –, além da presença de empresas alemãs.

A professora destacou a riqueza de aprendizado durante a imersão naquele país,

explicando como esta experiência pode mudar a forma de ensinar a seus alunos. "Vivenciamos a cultura, a história. Tivemos a oportunidade de conversar com pessoas que viveram a guerra. A gente se sentia dentro da história. Agora partimos de outro ponto de vista. Dá para trazer essas experiências para os alunos", completou.

CAPES - 07.02.2019

topo ↕

UNIVERSIA BRASIL - TEMPO REAL

Qual a diferença entre uma pós-graduação e um MBA?

Durante a carreira é preciso continuar nos formando. Mas, qual curso escolher?

Você conhece a diferença entre uma pós-graduação e um MBA?

Depois da graduação, um dos caminhos naturais da carreira é a realização de uma pós-graduação.

Entre mestrados e doutorados a oferta no mercado brasileiro é grande: existem mais de 5 mil cursos.

Mas, qual a diferença entre pós graduação e MBA?

Pós-graduação no Brasil

Existem dois tipos de cursos de pós-graduação. "Lato sensu", como as especializações e os MBA, e os "stricto sensu", que são os mestrados e os doutorados.

As pós-graduações "lato sensu" têm menor duração e tendem a ser menos exigentes que os mestrados e doutorado e não requerem de uma autorização prévia do MEC. A instituição que já oferece cursos de graduação, e é autorizada pelo ministério a funcionar, não precisa pedir permissão ao MEC para criar novos cursos. Tendem a ser mais flexíveis, conseguindo atender necessidades mais específicas do mercado de trabalho.

Os cursos "stricto sensu" precisam de autorização do governo para funcionar. A **Capes** é a responsável de realizar a recomendação do curso para que ele possa funcionar. as notas para cada um dos programas de pós-graduação ("stricto sensu") existentes no país são determinadas pela avaliação feita pela **Capes**. Essa pontuação se torna pública e atesta o nível de qualidade do curso, tornando-se mais fácil a escolha do candidato.

Especialização

No geral, todo curso que é realizado após o ensino superior é chamado de curso de pós-graduação e é associado a cursos de especialização. Os cursos de especialização costumam ser abertos a graduados de qualquer área de conhecimento.

Segundo o MEC, a pós-graduação é um curso que tem o objetivo técnico ou profissional mais específico, sem abranger totalmente uma área de conhecimento. No entanto, ele precisa seguir algumas regras mínimas: o requisito mínimo exigido é que o candidato tenha diploma de curso superior; por meio do sistema eletrônico E-mec é possível fazer uma busca em todas as faculdades, centros universitários e universidades brasileiras e encontrar o endereço da instituição, telefones e sites, além de conferir as áreas de conhecimento dos cursos de graduação que a instituição oferece.

Dos professores que farão parte do corpo docente do curso, pelo menos metade deles devem ser mestres ou doutores. E os demais, devem ter, pelo menos, a formação de especialista. Os cursos têm duração mínima de 360 horas.

Os cursos de especialização são pagos, tanto em instituições privadas quanto nas públicas. A cobrança pelo pagamento em universidades estaduais e federais, por exemplo, ocorre porque esses cursos não são considerados "atividades de ensino regulares, como os mestrados e o doutorado".

Os cursos exigem a elaboração de uma monografia. No entanto, é possível outras modalidades de trabalho final, como a elaboração de artigos, por exemplo. Ao concluir o curso, o aluno recebe o título de especialista. Com o documento em mãos, o candidato pode ser professor universitário em instituições privadas, por exemplo.

MBA

O MBA (da sigla em inglês, Master Business Administration) é um curso "lato sensu". Muitas de suas características coincidem com as características de uma pós-graduação. De acordo com o MEC, os MBA são cursos de especialização em nível de pós-graduação na área de Administração.

A grande maioria dos cursos oferecidos é dirigida aos negócios e à gestão. Mas também é possível encontrar MBA de outras áreas, como comunicação e saúde.

Um MBA é visto como uma oportunidade de realização e troca de contatos profissionais. Com o objetivo de fomentar o networking é comum algumas instituições exigirem que o candidato tenha tido experiências de trabalho já consolidadas. O diploma da graduação também é obrigatório.

Assim como acontece nos cursos de especialização, o candidato pode consultar o portal E-mec para obter mais informações sobre se a instituição pretendida oferece algum tipo de MBA, assim como se ele faz parte da Associação Nacional de MBA (Anamba) - uma organização que monitora os parâmetros de qualidade.

Os MBA têm duração mínima de 360 horas. Cada instituição define os seus critérios de seleção.

No geral, os cursos de MBA são pagos, tanto em instituições privadas quanto públicas. A cobrança pelo pagamento em universidades estaduais e federais, por exemplo, ocorre porque esses cursos não são considerados "atividades de ensino regulares", como os mestrados e o doutorado. Para um trabalho final de conclusão, os cursos costumam exigir a elaboração de uma monografia ou outras modalidades de trabalho final. O candidato recebe um título de pós-graduação em nível "lato sensu" como conclusão do curso.

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

MEC atua para resolver situação das crianças venezuelanas para que possam estudar no Brasil

O Ministério da Educação, em conjunto com a Secretaria Estadual de Educação e Desporto de Roraima, a Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Boa Vista e a Universidade Federal de Roraima (UFRR), realizou, em janeiro, uma força-tarefa para normalizar a documentação escolar de crianças venezuelanas que necessitem realizar matrículas em escolas brasileiras. Por meio de uma prova simulada, as crianças puderam ser avaliadas e niveladas para ingressar na rede de ensino brasileira.

"Nós temos uma base de conteúdo aplicada no Brasil inteiro", explicou o secretário de Modalidades Especializadas de Educação do MEC, Bernardo Goytacazes de Araújo. "Mais ou menos a partir da idade de cada uma das crianças é possível identificar quais competências e habilidades elas têm condições de nos responder."

De acordo com o secretário, há uma atenção especial para a avaliação do nível de escolaridade das crianças venezuelanas. "Como elas fizeram a prova em língua portuguesa, nós colocamos à disposição um leitor que auxiliou na tradução *ipsis litteris* na interpretação dos quesitos para o espanhol. Ao aplicar essa prova, ao passar por esse nivelamento, a criança já seria matriculada na série correta e, assim, já teria condição de iniciar os estudos", completou.

Goytacazes reforçou também a necessidade do nivelamento ser feito ainda no estado de fronteira com a Venezuela. "Imagina cada estado do país ter que fazer o teste de nivelamento para duas, três crianças que estão em Roraima e querem ingressar na rede de ensino", pontuou. "Então, isso foi solucionado para todas as crianças, pois, ao serem interiorizadas, elas vão para as cidades já com a série definida."

A força-tarefa faz parte de uma missão do governo federal para atender aos refugiados venezuelanos, que envolve diversos órgãos, como o Exército Brasileiro, o Ministério da Defesa e a Receita Federal. O MEC entrou nesse esforço conjunto com a visita, em janeiro, do ministro da Educação, Ricardo Vélez Rodríguez, ao estado de Roraima.

Na ocasião, o ministro se colocou à disposição do governo estadual para auxiliar no processo de alfabetização das crianças em idade escolar vindas da Venezuela. A partir dessa visita, tiveram início os testes de nivelamento para regularizar a documentação escolar das crianças. A ação teve resultado: o estado registrou 2.024 novas matrículas concluídas na rede estadual de janeiro para cá. Com esse crescimento, hoje Roraima conta com mais de três mil crianças venezuelanas matriculadas e niveladas para serem transferidas a outras redes estaduais.

A secretária de Educação de Roraima, Leila Perussolo, comemora os resultados. Segundo ela, há uma real necessidade de ação do estado e do MEC em relação à regularização da documentação escolar das crianças venezuelanas, para que elas possam ingressar nas escolas brasileiras. "Nós tivemos aqui recentemente uma visita do MEC, que veio verificar a situação da imigração no estado de Roraima. Hoje, nós estamos com muitas crianças venezuelanas que estão com seus pais em abrigos ou em casas de amigos que os acolheram", diz. "A preocupação é atender essas crianças, tanto na rede estadual quanto na rede municipal, e fazer com que, dentro desse processo da regularidade da escolarização básica, essas crianças tenham cumprido a sua escolaridade conforme normas brasileiras".

Segundo Leila, um levantamento mostrou que hoje existem mais de seis mil crianças venezuelanas em idade escolar, entre 6 e 17 anos, nas redes estadual e municipal de Roraima. "Hoje, nas duas redes, nós estamos atendendo 6.460 alunos venezuelanos com documentação regularizada para o ano de 2019", concluiu.

Vagas ociosas – Aos adolescentes venezuelanos com idade superior a 18 anos, já aptos a concluir o ensino médio, está sendo aplicada uma avaliação específica de finalização

para dar a certificação do ensino médio, a exemplo do que ocorre com o Exame Nacional para Certificação de Competência de Jovens e Adultos (Encceja). “Com essa conclusão do ensino médio, o jovem se habilita a concorrer às vagas ociosas que a Universidade Federal de Roraima pode vir a ter ou a oferecer a eles”, explica o secretário Bernardo Goytacazes

“A regularização nesses casos também já está sanada. Seja em Roraima ou qualquer outro estado, esse jovem também já vai possuir a documentação escolar necessária. Ao receber esse refugiado, espera-se que todos lhe deem plena condição de dignidade, inclusive no acesso ao ensino de qualidade”, comemora o secretário de Modalidades Especializadas de Educação do MEC.

Assessoria de Comunicação Social - MEC (07.02.2019)

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Lançado projeto-piloto para formar em libras professores e servidores públicos de todo o país

O Ministério da Educação, por intermédio da Secretaria de Modalidades Especializadas da Educação (Semesp), lançou na última terça-feira, 5, em Sumaré (SP), o projeto-piloto de Libras nas Cidades. O objetivo é ampliar a formação dos tradutores de libras e a qualificação dos servidores públicos municipais, para que possam atender a população de deficientes auditivos da cidade.

“Seja dentro das escolas, com projeto de inclusão, ou socialização, para que a população surda possa ser atendida em todos os âmbitos do serviço público”, completou o secretário Bernardo Goytacazes de Araújo, titular da Semesp. “Uma das maiores dificuldades era formar esse funcionalismo público. O MEC veio hoje aqui, em parceria com o Instituto Nacional do Ensino dos Surdos (Ines), fazer com que Sumaré seja a primeira cidade a oferecer essa qualificação.”

Ainda de acordo com ele, o projeto-piloto será expandido para o todo Brasil nos próximos meses. “De Sumaré, vamos lançar para o Brasil inteiro. Aqui vamos verificar as maiores dificuldades, os maiores desafios, o que dá certo e o que dá errado, para quando lançarmos para o Brasil”, completou.

A primeira dama, Michelle Bolsonaro, que já expressou o desejo de participar de projetos e ações sociais do governo, disse que é muito importante essa iniciativa do MEC, em parceria com o Instituto Nacional de Educação de Surdos (Ines). “É muito importante porque vai ampliar o acesso da comunidade surda à educação e também a vários serviços fundamentais”, afirmou.

“Eu torço para que mais municípios adotem esse projeto, e que tanto professores como servidores abracem essa causa e aproveitem essa oportunidade maravilhosa de aprender libras e atender melhor os nossos surdos”, completou Michelle Bolsonaro.

Prazo – Segundo Bernardo de Araújo, o governo espera implantar o projeto em todo o país nos primeiros cem dias de governo. “Isso já está contemplado na nossa meta dos cem dias, que é a ampliação do ensino de libras no Brasil. Praticamente a Semesp já está com todos os projetos contemplados para os cem dias em fase de implantação. É o MEC presente com a ideia de menos Brasília, mais Brasil. Todos os projetos feitos pela

secretaria foram pensados exatamente dentro dessa tônica”, acrescentou.

O lançamento do projeto-piloto Libras nas Cidades aconteceu na Prefeitura de Sumaré. A meta é atingir um grande número de pessoas no primeiro ano de implantação. “O projeto vai ser tocado pela prefeitura. O objetivo é atingir mil pessoas ao longo do ano. Entre servidores, alunos, funcionários e pessoas da comunidade que queiram participar”, explicou o secretário.

Autismo – O MEC, em parceria com associações dos autistas, de instituições como Apae e Pestalozzi, vai lançar também, no segundo semestre, o primeiro Fórum Nacional sobre autismo, de altas habilidades, que até então não havia sido trabalhado.

“Estivemos visitando a Pestalozzi, e vamos lançar, no início do segundo semestre, o primeiro fórum nacional do espectro do autismo e altas habilidades, que era um tema muito fechado”, antecipou Bernardo de Araújo. “Vamos trazer o debate à tona; a quantidade de autistas no Brasil vem crescendo cada vez mais. É um tema que precisa ser enfrentado”, finalizou Bernardo de Araújo.

Assessoria de Comunicação Social - MEC (07.02.2019)

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Mais resultados do Enceja 2018 serão divulgados nesta sexta-feira

Os resultados individuais do Exame Nacional para Certificação de Competências de Jovens e Adultos (Enceja) – referentes ao Enceja Exterior Regular, Enceja Exterior PPL (pessoas privadas de liberdade) e Enceja Nacional PPL – serão divulgados nesta sexta-feira, 8 de fevereiro, como anunciado pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). Nessa divulgação serão liberadas apenas as notas do Ensino Médio. Os resultados do Ensino Fundamental estão previstos para o final de fevereiro.

Certificado e Declaração Parcial de Proficiência – Quem obteve a nota mínima exigida em todas as quatro áreas de conhecimento e na redação deve se dirigir às Secretarias Estaduais de Educação e dos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, escolhida durante a inscrição, para solicitar o certificado. Aqueles que obtiveram a nota mínima apenas em algumas áreas de conhecimento também devem procurar as secretarias para solicitar a declaração parcial de proficiência. Com a declaração o participante fica liberado de repetir as provas da mesma área de conhecimento em futuras edições do Enceja. Ou, caso complete as declarações nas quatro áreas, já pode solicitar o certificado.

Enceja – Criado em 2002 para aferir competências, habilidades e saberes de jovens e adultos que não concluíram o Ensino Fundamental ou o Ensino Médio na idade adequada, o exame voltou a certificar o Ensino Médio em 2017. O Enceja é aplicado pelo Inep, mas a emissão dos documentos certificadores (certificado e declaração de proficiência) é responsabilidade das Secretarias Estaduais de Educação e Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, que firmaram Termo de Adesão ao Enceja.

Assessoria de Comunicação Social - INEP (07.02.2019)

topo ↕

REVISTA GESTÃO UNIVERSITÁRIA - TEMPO REAL

Aplicativo do Inep auxilia avaliação in loco dos cursos de graduação e Instituições de Educação Superior

O Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) é responsável pela avaliação de todos os cursos de graduação e Instituições de Educação Superior. A Avaliação in loco do Inep desloca docentes a instituições de todo o Brasil com o objetivo de verificar a qualidade da Educação Superior brasileira. Desde o final de 2018 o processo ganhou um aliado: o Aplicativo Avaliação in loco. Gratuito, o app está disponível para download nas lojas Google Play e App Store.

Por meio da ferramenta, Procuradores Institucionais e integrantes do Banco de Avaliadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (BASIS) têm acesso facilitado aos instrumentos que orientam a avaliação. São dois instrumentos da Avaliação Institucional (Credenciamento e Recredenciamento) e dois instrumentos da Avaliação de Curso (Autorização e Reconhecimento).

O aplicativo lista todos os indicadores avaliados e permite fazer anotações sobre cada um durante as visitas às IES. As anotações auxiliam o avaliador na preparação do relatório de avaliação, posteriormente. O app também pode auxiliar o trabalho dos próprios servidores do Inep e dos membros da Comissão Técnica de Acompanhamento da Avaliação (CTAA). Outra funcionalidade é um Glossário da área e orientações para a visita.

Conheça os atos de avaliação in loco

AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

Credenciamento – ato de entrada no sistema nacional de avaliação de IES que desejam ofertar educação superior.

Recredenciamento – ato de permanência no sistema nacional de avaliação em que uma IES precisa se submeter para continuar tendo o direito de ofertar a educação superior.

AVALIAÇÃO DE CURSO

Autorização – pedido formal para oferta de um curso de graduação por uma IES que não tem autonomia para normatizar seus próprios cursos.

Reconhecimento – ato obrigatório que toda IES do sistema federal de ensino precisa pedir para legalizar os diplomas de seus cursos de graduação ou para renovar o reconhecimento do curso de graduação.

Assessoria de Comunicação Social - INEP